cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2026.04.23 10:19:46 -03'00'

Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 23 de abril de 2026 • Nº 2283 • R$ 1,00
www.diariodoacionista.com.br

AÇÕES

Capital do BRB pode subir para até R$ 11,16 bi

Os acionistas do Banco de Brasília (BRB) aprovaram, nesta quarta-feira, a proposta de aumento de capital da instituição estatal, cujo principal acionista é o Governo do Distrito Federal (GDF), que detém 53,7% das ações. A proposta aprovada durante a Assembleia Geral Extraordinária desta quarta prevê que o banco emita ações ordinárias e preferenciais até o limite de R$ 8,81 bilhões. Cada ação será emitida por R$ 5,36 no mercado, para subscrição privada. A expectativa dos dirigentes do BRB é que, com a emissão de ações, o capital social do banco passe dos atuais R$ 2,344 bilhões para, no mínimo, R$ 2,88 bilhões. Já o máximo previsto chegaria a R$ 11,16 bilhões. Ainda de acordo com o BRB, o aumento de capital visa a assegurar níveis adequados de capitalização do banco; ampliar a capacidade de crescimento das operações da companhia e reforçar sua estrutura de capital, fortalecendo seus indicadores prudenciais e patrimoniais. PÁGINA 2

GUERRA

Irã nega intenção de negociar com os EUA

O Irã não tem, por enquanto, intenção de negociar com os Estados Unidos no Paquistão nesta sexta-feira e o presidente norte-americano, Donald Trump, está mentindo sobre a possibilidade de uma nova rodada de diálogo com o país persa no fim da semana, informou a agência de notícias iraniana Tasnim em publicação numa rede social. A informação da agência iraniana acontece após Trump afirmar ao New York Post que "boas notícias" poderiam surgir sobre um acordo com Teerã, depois de conversas frustradas na terça-feira na capital paquistanesa de Islamabad. Na esteira de incertezas, em outra mensagem, a Tasnim classificou o Estreito de Ormuz como uma "artéria vital" dos cabos de internet dos países do Golfo Pérsico. "Segundo dados de redes submarinas, pelo menos sete cabos principais de comunicação dos países do Golfo Pérsico passam por essa rota", relembrou a agência iraniana. PÁGINA 14

IMPORTADOS

CNI: 'taxa das blusinhas' preservou 135 mil empregos

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que a chamada "taxa das blusinhas" impediu a entrada de R$ 4,5 bilhões em produtos importados e ajudou a preservar mais de 135 mil empregos e quase R$ 20 bilhões na economia brasileira. Os dados constam de nota técnica elaborada pela entidade e divulgada nesta quarta-feira. O imposto de importação de 20% sobre as compras internacionais de até US$ 50 está em vigor desde agosto de 2024, após pressão do varejo nacional, sendo parte do Programa Remessa Conforme, iniciativa da Receita Federal para regulamentar as compras feitas em plataformas de varejo internacionais. A alíquota foi criada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), depois de ser aprovada pelo Congresso Nacional. PÁGINA 2

STF

EDILSON RODRIGUES/AGÊNCIA SENADO

Mendonça pede vista de ação contra Eduardo Bolsonaro

O ministro André Mendonça (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista e suspendeu o julgamento virtual do processo em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é acusado de difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP). O julgamento começou na sexta-feira (17). Até o momento, o placar está 4 votos a 0 pela condenação do ex-parlamentar. MAlém de Alexandre de Moraes, relator, os votos foram proferidos pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. A data para retomada do julgamento ainda não foi definida. O processo foi movido pela deputada contra Eduardo Bolsonaro após uma postagem nas redes sociais. PÁGINA 12

SAÚDE

Governo lança campanha para vacinação em 100 mil escolas

CANALGOV/REPRODUÇÃO

O governo federal vai promover entre os dias 24 e 30 de abril uma semana de vacinação nas escolas públicas de todo o país. A expectativa é de que a ação, que faz parte do Programa Saúde na Escola, alcance 27 milhões de alunos em 104,9 mil escolas públicas. Mas será possível se vacinar nessas instituições até o dia 31 de maio. A medida é uma estratégia do governo para ampliar a cobertura vacinal de crianças e adolescentes de 9 meses a 15 anos. Serão oferecidas as seguintes vacinas: tríplice viral, tríplice bacteriana, febre amarela, HPV, meningocócica ACWY e Covid-19. PÁGINA 13

SÃO PAULO

Rede endossa candidatura de Marina ao Senado

A Executiva Estadual de São Paulo do partido Rede Sustentabilidade manifestou apoio à pré-candidatura da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva ao Senado e à do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) ao governo do estado. A sigla também classificou o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) como "desastroso", apontando a "necessidade de retomar a capacidade" do estado. "Os desafios atuais do estado, agravados pelo governo desastroso de Tarcísio de Freitas, evidenciam a necessidade de retomar a capacidade de planejamento, fortalecer políticas sociais, enfrentar desigualdades e preparar o território para os impactos das mudanças climáticas", diz a nota. PÁGINA 11

INDICADORES

IBOVESPA 0,33% / 656,62 / 198.657,33 / Volume: 33.255.133.146 / Negócios: 4.091.030

Mais Negociados

	Preço	%	Oscil.
PETR4	47,88	–3,82	–1,90
ITSA4	14,83	+0,82	+0,12
B3SA3	19,68	+2,18	+0,42
COGN3	3,28	+4,79	+0,15
BBDC4	20,78	+0,92	+0,19

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BOBR4	1,44	+22,03	+0,26
EQPA5	12,00	+19,28	+1,94
TPIS3	10,69	+18,91	+1,70
AMER3	7,24	+15,65	+0,98
PMAM3	0,64	+14,29	+0,08

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MAPT4	3,10	–19,90	–0,77
SEQL3	0,140	–12,50	–0,020
CEGR3	32,91	–11,22	–4,16
BRSR6	16,80	–11,16	–2,11
BRSR5	17,54	–7,68	–1,46

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	48.535,99	+0,66
S&P 500	6.967,38	+1,18
NASDAQ Composite	23.639,083	+1,96
Nasdaq 100	25.841,995	+1,81
Euronext 100	1.846,36	+0,89
CAC 40	8.327,86	+1,12

Salário mínimo	R$ 1.621,00	**IGP-M**	0,52% (mar.)
Ufir-RJ	R$ 4,9604	**IPCA**	0,88% (mar.)
Taxa Selic		**CDI**	
(18/03)	14,75%	(18/03)	14,65%
TR		**OURO**	
(15/04)	0,1712%	BM&F/grama/RJ	R$ 780,18
Poupança		**EURO Comercial**	
15/04)	0,6721%	Compra: 5,8875	Venda: 5,8881

EURO turismo	
Compra: 5,9583	Venda: 6,1383
DÓLAR Ptax - BC	
Compra: 4,9806	-0,87%
DÓLAR comercial	
Compra: 4,9928	Venda: 4,9934
DÓLAR turismo	
Compra: 5,0135	Venda: 5,1935

MERCADOS

Ibovespa passa por nova correção e recua para 192 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Na contramão de Nova York, o Ibovespa retrocedeu aos 192 mil pontos nesta quarta-feira, em dia de perdas que não foram ainda maiores pelo efeito proporcionado por Petrobras (ON +1,86%, PN +1,38%), que mais uma vez acompanhou a alta do petróleo, com ganhos superiores a 3% em Londres e Nova York na sessão.

Entre as principais blue chips, a correção no setor financeiro, o de maior peso no índice, ficou entre -2,66% (Bradesco ON) e -3,62% (Banco do Brasil ON) no fechamento. E Vale ON, principal papel do Ibovespa, recuou 1,70%, na mínima do dia no encerramento, a R$ 87,22.

Ao fim, o índice da B3 mostrava baixa de 1,65%, aos 192.888,96 pontos, com mínima a 192.687,29 nesta quarta-feira em que saiu de abertura a 196.132,06 pontos, em patamar correspondente à máxima do dia. O nível de fechamento foi o menor desde 8 de abril. Na semana, o Ibovespa acumula perda de 1,45%, com ganho no mês ainda a 2,90%. No ano, sobe 19,71%. O giro da sessão ficou em R$ 26,6 bilhões.

Em Nova York, os principais índices de ações mostraram alta de 0,69% (Dow Jones), 1,05% (S&P 500) e 1,64% (Nasdaq), em que tanto a referência ampla (S&P 500) como a de tecnologia (Nasdaq) renovaram recordes.

Na B3, na ponta ganhadora, destaque para as ações do setor de energia: além de Petrobras, apareceram PetroReconcavo (+3,82%) e Prio (+1,74%). Hapvida também foi bem, em alta de 2,18% no fim do dia. No lado oposto, Cogna (-6,97%), Embraer (-6,01%) e Yduqs (-5,43%).

"Ontem, sem negócios na B3 pelo feriado de Tiradentes, o dia não havia sido legal para as ADRs brasileiras em Nova York. Então, na sessão de hoje prevaleceu um alinhamento, um catch up, em relação ao que se viu na terça-feira por lá", diz Matheus Spiess, analista da Empiricus Research.

"Era uma correção, um ajuste que já estava contratado. E o clima externo continua a não ser dos melhores, por mais que se tenha visto essa alta, hoje, em Nova York, muito pautada também por resultados corporativos nessa temporada que se inicia", acrescenta o analista.

Ele observa ainda que apesar da relativa distensão geopolítica, em especial com a extensão do cessar-fogo anunciada na terça-feira pelo governo dos Estados Unidos em relação ao Irã - e que terminaria na noite desta quarta -, as negociações têm se mostrado, até o momento, longe de uma "linearidade" que conduza a um cenário de superação do conflito.

"Permanece a disfunção na passagem de petróleo pelo Estreito de Ormuz", com efeito direto sobre os preços, o custo da energia, em nível global, acrescenta o analista. "O que nos ajuda é que somos exportadores líquidos de petróleo", ressalva Spiess, enfatizando também a exposição da B3 a ações do setor de energia, com destaque para Petrobras, que têm sido o fator determinante para o desempenho do Ibovespa nos dias mais voláteis, de alta ou baixa do petróleo.

Apesar da renovação do cessar-fogo por iniciativa do governo Trump, "o Irã tem afirmado que não retomará as negociações com os Estados Unidos até que ocorra uma cessação das ameaças", aponta Daniel Teles, especialista e sócio da Valor Investimentos.

Ele observa que a questão do enriquecimento de urânio, um aspecto central ao programa nuclear do Irã, passou também ao centro do debate, e tem sido um aspecto dos mais delicados no longo histórico de disputas e desconfiança mútua não apenas entre EUA e o país, mas também envolvendo o maior adversário regional do regime persa, Israel. "Ormuz continua com tráfego, praticamente, zero."

IMPORTADOS

CNI: 'taxa das blusinhas' preservou 135 mil empregos

FLÁVIA SAID/AE

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) calcula que a chamada "taxa das blusinhas" impediu a entrada de R$ 4,5 bilhões em produtos importados e ajudou a preservar mais de 135 mil empregos e quase R$ 20 bilhões na economia brasileira. Os dados constam de nota técnica elaborada pela entidade e divulgada nesta quarta-feira.

O imposto de importação de 20% sobre as compras internacionais de até US$ 50 está em vigor desde agosto de 2024, após pressão do varejo nacional, sendo parte do Programa Remessa Conforme, iniciativa da Receita Federal para regulamentar as compras feitas em plataformas de varejo internacionais.

A alíquota foi criada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), depois de ser aprovada pelo Congresso Nacional. Nas últimas semanas, alas do governo passaram a defender a sua derrubada, principalmente pela impopularidade da medida em um ano eleitoral.

No fim de semana, o vice-presidente da República e ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, disse que esse assunto foi "uma decisão do Congresso Nacional" e que "não há ainda uma decisão sobre isso" por parte do governo.

Na nota técnica divulgada nesta quarta-feira, a CNI mostra que, em 2024, 179,1 milhões de remessas de produtos chegaram ao país por meio do Remessa Conforme. Em 2025, o número caiu para 159,6 milhões, retração de 10,9%. Segundo projeção da confederação, 205,9 milhões de pacotes entrariam no Brasil no ano passado sem a "taxa das blusinhas", o que representaria 46,3 milhões de unidades a mais do que o registrado. Além disso, o valor médio das remessas que entraram no país pelo programa foi de R$ 96,88.

Considerando a diferença entre o volume projetado pela CNI e o registrado, e o valor médio das remessas em 2025, calcula-se que o Imposto de Importação reduziu em R$ 4,5 bilhões o valor das compras no exterior, contribuindo para a manutenção de 135,8 mil empregos e de R$ 19,7 bilhões na economia brasileira. Por sua vez, a arrecadação federal com o tributo saltou de R$ 1,4 bilhão em 2024 para R$ 3,5 bilhões em 2025, primeiro ano completo de vigência da taxa.

"O objetivo principal da taxa das blusinhas não é tributar o consumidor, mas proteger a economia. Tornar a indústria brasileira competitiva é primordial para que nós possamos manter empregos e gerar renda. Ninguém aqui é contra as importações. Elas são bem-vindas, aumentam a competitividade, mas é preciso que entrem no Brasil em condições de igualdade", afirma o superintendente de Economia da CNI, Marcio Guerra.

"O Remessa Conforme reduziu o desequilíbrio das condições de concorrência dos produtos nacionais com os importados e contribuiu para moderar o ritmo das importações que se beneficiavam do tratamento tributário desigual", avalia Guerra.

Até agosto de 2024, as encomendas de até US$ 50 enviadas de pessoa física para pessoa física eram isentas do imposto de importação. A CNI entende que houve desvirtuamento da regra, com práticas como subfaturamento, adulteração de documentação fiscal, fracionamento de encomendas e o enquadramento de vendas realizadas por pessoas jurídicas como se fossem operações entre pessoas físicas se tornando comuns. Além disso, cita um ambiente de concorrência tributária assimétrica entre o setor produtivo nacional e as empresas estrangeiras.

As empresas nacionais alegam que bens produzidos no País permaneciam sujeitos à incidência de IPI, ICMS e PIS/Cofins, enquanto parte expressiva das mercadorias importadas de pequeno valor ingressavam sem o recolhimento integral de tributos.

Atualmente, as remessas de até US$ 50 estão sujeitas a 20% de imposto de importação, além do ICMS; para compras acima de US$ 50, a alíquota do imposto foi fixada em 60%, com dedução de US$ 20 no valor devido, mantendo-se igualmente a incidência de ICMS. A mudança marcou o abandono prático da alíquota zero de Imposto de Importação, conhecida como de minimis.

Balança comercial brasileira tem superávit de US$ 877 milhões

Flávia Said/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US$ 877,7 milhões na terceira semana de abril. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados nesta quarta-feira, o valor foi alcançado com exportações de US$ 6,442 bilhões e importações de US$ 5,564 bilhões.

O mês de abril acumula superávit de US$ 7,544 bilhões, decorrente de US$ 21,241 bilhões em exportações e US$ 13,697 bilhões em importações.

Até a terceira semana de abril, comparado a abril de 2025, as exportações cresceram 18,5%. O desempenho dos setores foi o seguinte: alta de 16,1% em Agropecuária, que somou US$ 5,537 bilhões; crescimento de 29,9% em Indústria Extrativa, que somou US$ 5,475 bilhões; e, por fim, alta de 14,4% Indústria de Transformação, que alcançou US$ 10,115 bilhões.

Em relação às importações, houve alta de 2,7% na mesma comparação. Houve queda de 32% em Agropecuária, que somou US$ 230,8 milhões; crescimento de 21,8% em Indústria Extrativa, que chegou a US$ 795,2 milhões; e, por fim, alta de 3% em Indústria de Transformação, que alcançou US$ 12,617 bilhões.

De janeiro até a terceira semana de abril, o ano acumula superávit de US$ 21,719 bilhões, um crescimento de 39,5% em relação ao mesmo período de 2025, quando o superávit no período somava US$ 17,270 bilhões.

A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial seja de US$ 72,1 bilhões neste ano. O resultado projetado para este ano é decorrente de uma previsão de US$ 364,2 bilhões em exportações e US$ 292,1 bilhões em importações.

Apesar de aversão ao risco, dólar fecha estável a R$ 4,97

ANTONIO PEREZ/AE

Após operar em leve baixa ao longo da tarde, o dólar à vista ganhou fôlego na reta final do pregão e encerrou a sessão desta quarta-feira estável, a R$ 4,9740. Operadores pontuam que o avanço do petróleo, com o barril do tipo Brent acima de US$ 100, deu suporte ao real em dia sinal predominante de alta da moeda norte-americana no exterior e de queda aguda do Ibovespa.

A escalada da commodity contrabalança o aumento da percepção ao risco no exterior ao favorecer os termos de troca do país e, em tese, diminuir menos espaço para a redução da taxa Selic. A perspectiva de juros ainda muito elevados, com amplo diferencial em relação ao exterior, mantém a atratividade do carry trade e torna muito custosas apostas contra a moeda brasileira.

Apesar do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, ter anunciado extensão do prazo de cessar-fogo com o Irã, após a ausência de progresso nas negociações de paz no fim de semana, o tráfego de embarcações pelo Estreito de Ormuz - por onde é escoada cerca de 20% da produção global de petróleo - segue comprometido. Trump reiterou o bloqueio a navios e portos iranianos. Já Teerã reportou a apreensão de duas embarcações no Estreito.

À tarde, a porta-voz da Casa Branca, Karoline Leavitt, disse que Trump ainda não determinou o prazo para um cessar-fogo, desmentindo a informação de prolongamento da trégua por período de 3 a 5 dias que circulou mais cedo. A porta-voz relatou que os EUA ainda aguardam uma resposta de lideranças iranianas, que estariam divididas e transmitindo mensagens divergentes.

BRASÍLIA

Acionistas aprovam aumento de capital do BRB para até R$ 11,16 bi

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Os acionistas do Banco de Brasília (BRB) aprovaram, nesta quarta-feira, a proposta de aumento de capital da instituição estatal, cujo principal acionista é o Governo do Distrito Federal (GDF), que detém 53,7% das ações.

A proposta aprovada durante a Assembleia Geral Extraordinária desta quarta prevê que o banco emita ações ordinárias e preferenciais até o limite de R$ 8,81 bilhões. Cada ação será emitida por R$ 5,36 no mercado, para subscrição privada.

A expectativa dos dirigentes do BRB é que, com a emissão de ações, o capital social do banco passe dos atuais R$ 2,344 bilhões para, no mínimo, R$ 2,88 bilhões. Já o máximo previsto chegaria a R$ 11,16 bilhões.

Ainda de acordo com o BRB, o aumento de capital visa a assegurar níveis adequados de capitalização do banco; ampliar a capacidade de crescimento das operações da companhia e reforçar sua estrutura de capital, fortalecendo seus indicadores prudenciais e patrimoniais.

Para viabilizar a proposta, os acionistas autorizaram o Conselho de Administração do banco a tomar todas as providências necessárias ao aumento de capital. Também foram homologadas na assembleia as nomeações do atual presidente da instituição, Nelson Antônio de Souza, e de Joaquim Lima de Oliveira e de Sergio Iunes Brito para o Conselho de Administração.

Criado em 1964, o BRB enfrenta uma crise institucional sem precedentes em sua história. Ao deflagrar a primeira fase da Operação Compliance Zero, em novembro de 2025, a Polícia Federal expôs um esquema de fraudes financeiras, tornando público que o BRB teve um prejuízo bilionário ao adquirir créditos do Banco Master.

O controlador do Master, Daniel Vorcaro está preso desde o início de março deste ano, e os desdobramentos da investigação resultaram no afastamento e na prisão do ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa (PHC). O ex-executivo é suspeito de envolvimento em crimes financeiros, corrupção, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

Na segunda-feira, o BRB anunciou que assinou um memorando de entendimento com a empresa gestora de fundos de investimentos Quadra Capital para se desfazer de ativos comprados do Banco Master.

A gestora se comprometeu em pagar, à vista, entre R$ 3 bilhões e R$ 4 bilhões pelos créditos que o BRB adquiriu do Master, e mais R$ 11 bilhões ou R$ 12 bilhões, a depender dos resultados alcançados na cobrança destes títulos.

A operação de cobrança dos créditos será feita por um fundo de investimento para a gestão e monetização dos ativos, do qual o BRB e a Quadra terão ações. A negociação ainda precisa ser analisada pelo Banco Central (BC).

"Obviamente, o fundo de investimento a ser estruturado vai ter que performar. A Quadra só fará os pagamentos das parcelas restantes se o fundo obtiver retorno. Ou seja, se ela conseguir receber, dos devedores, ao menos parte considerável dos créditos que o BRB comprou do Master", disse o economista e professor da Universidade de Brasília, César Bergo, à Agência Brasil.

Com larga experiência no setor financeiro, Bergo acredita que, se aprovado, o acordo entre BRB e a Quadra pode "atenuar" a crise do banco público, mas não resolverá a situação.

"É um negócio que possibilita ao BRB respirar um pouco, por aparelhos, mas serão necessárias outras ações. E, por isso, ele está pedindo [mais de R$ 6 bilhões] de empréstimo ao Fundo Garantidor de Créditos [FGC] e sinalizando a intenção de implementar uma administração austera, com uma possível mudança da estratégia de negócios", finalizou Bergo.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Bondinho Pão de Açúcar®

Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

RELATÓRIO DA ADMNISTRAÇÃO: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31/12/2025, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, acrescidas da demonstração do valor adicionado–DVA, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** O Parque Bondinho Pão de Açúcar vai além de oferecer uma das mais belas vistas do Brasil. Sua missão é transportar visitantes para um universo de encantamento, lazer e entretenimento, proporcionando experiências memoráveis, sustentáveis e alinhadas à valorização da cultura brasileira. Com investimentos contínuos em segurança, conforto e inovação, o empreendimento consolidou-se como um verdadeiro monumento em movimento, unindo natureza e engenharia em perfeita harmonia. Desde sua origem, marcada por uma visão pioneira de conectar pessoas a um dos mais emblemáticos cenários naturais do país, o Parque representa o resultado da integração entre o trabalho humano e a grandiosidade da paisagem carioca. O Pão de Açúcar constitui, simultaneamente, um marco natural, geológico, histórico e turístico da cidade do RJ. Natural, por servir como referência aos navegadores que chegam à Baía de Guanabara; geológico, por integrar um sítio de relevância científica para a compreensão da formação do planeta; histórico, por situar-se na região onde Estácio de Sá fundou, em 1º/03/1565, a cidade de São Sebastião do RJ; e turístico, pois a inauguração do teleférico projetou internacionalmente a imagem do Brasil como destino turístico. O Bondinho do Pão de Açúcar foi o 1º teleférico instalado no Brasil e o 3º no mundo, mantendo-se até hoje como o teleférico em operação contínua mais antigo do planeta, preservando sua relevância histórica ao mesmo tempo em que evolui para oferecer experiências cada vez mais inovadoras e sustentáveis aos visitantes. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança (ASG) estão integradas às ações do Parque Bondinho. Como reflexo desse compromisso, a operação do Parque Bondinho é certificada pelos padrões globais do Sistema B, possuímos o selo Great Place to Work (GPTW), que reconhece a empresa como um excelente ambiente de trabalho, e somos signatários do Pacto Global da ONU. No eixo ambiental, temos diretrizes internas inegociáveis e metas atreladas a temas ambientais investimos em projetos de reflorestamento e conservação de áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. No âmbito social, atuamos na gestão de projetos internos voltados ao bem-estar, desenvolvimento, capacitação, diversidade e inclusão, bem como à promoção da saúde de nossos colaboradores. Externamente, realizamos o monitoramento e a escuta ativa de nossas partes interessadas por meio de canais de comunicação e indicadores específicos, com o objetivo de gerar impacto positivo nas comunidades do entorno, por meio de ações conjuntas e investimentos diretos e indiretos. Nas ações de Diversidade e inclusão destacamos a distribuição do Colar do Girassol - símbolo de apoio a pessoas com deficiências não visíveis. No pilar de governança, o Parque Bondinho vem evoluindo de forma consistente ao longo dos anos e atualmente conta com rotinas estruturadas de compliance, incluindo canal de denúncias independente, auditorias internas, auditoria externa independente, emissão de relatório de sustentabilidade, avaliação dos riscos estratégicos e a atuação de diversos comitês de assessoramento, tais como ética, auditoria, segurança e privacidade de dados e sustentabilidade, entre outros. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2025:** Em 2025, o Parque Bondinho recebeu aproximadamente 2,1 milhões de visitantes. A receita líquida consolidado total foi de R$ 325 milhões, sendo que a receita de bilheteria representou 89% da receita total no período. A estrutura de custos do Grupo Iter está totalmente associada à operação dos parques, com destaque para despesas com pessoal, prestadores de serviços operacionais e marketing. No resultado financeiro, observa-se um saldo negativo de juros sobre empréstimos no montante de R$ 51 milhões, decorrente das captações realizadas com o objetivo de suportar o pipeline de investimentos da Cia., alinhado à sua estratégia de crescimento e expansão de longo prazo. **Demais eventos ocorridos em 2025: (a) Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo prevê a substituição de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS) e da redução do campo de incidência do IPI. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2027, com transição completa até 2033, não havendo impactos nas DFs de 2024 e 2025. Em 2025, a Cia. iniciou análise técnica dos impactos potenciais dos novos tributos sobre suas operações, contando com consultoria especializada para avaliação dos efeitos fiscais, contábeis e operacionais e para apoiar o planejamento tributário diante do novo ambiente regulatório. Paralelamente, estão em andamento adequações no sistema ERP, com suporte de consultoria especializada, visando assegurar conformidade nos processos de emissão e recebimento de documentos fiscais a partir de 2026. **(b) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021 para mitigar os impactos da pandemia no setor de eventos, concedeu alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS às empresas habilitadas. Em 2024, o programa foi alterado pela Lei nº 14.859/2024, que instituiu limite global de gastos e mecanismos adicionais de controle, resultando na posterior descontinuidade dos benefícios. A Cia. e sua controlada usufruíram do benefício até dezembro de 2024. Em 2025, a alíquota zero de IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à Cia. a partir de janeiro, mantendo-se para a controlada apenas até março; já os benefícios de PIS e COFINS permaneceram para ambas até março, sendo extintos a partir de abril, com impacto no resultado do exercício pela retomada da tributação integral. Para resguardar seus direitos, a Cia. e a controlada Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. (PATUR) adotaram medidas judiciais relacionadas ao encerramento do PERSE. No mandado de segurança da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar (Processo nº 5035567-61.2025.4.02.5101), houve concessão de liminar e posterior sentença parcialmente favorável, reconhecendo a aplicação do princípio da anterioridade tributária, com manutenção da alíquota zero de PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025 e de IRPJ até janeiro de 2026, além do direito à compensação administrativa de valores recolhidos indevidamente após o trânsito em julgado; a decisão está sob recurso da Fazenda Nacional. Já no mandado de segurança da PATUR (Processo nº 5035568-46.2025.4.02.5101), a liminar foi indeferida e o processo segue em andamento, aguardando sentença. RJ, 13/02/2026. A Diretoria.

Balanço patrimonial	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		**364.453**	**374.993**	**368.610**	**376.973**
Circulante		**176.180**	**218.404**	**235.738**	**245.188**
Caixa e equivalentes de caixa	6	147.735	180.749	202.795	204.796
Contas a receber	7	24.261	18.857	28.503	21.445
Estoques		1.687	1.389	1.687	1.389
Despesas Antecipadas		691	399	691	400
Tributos a recuperar	8	675	3.563	930	3.716
Adiantamento a fornecedores	9	251	2.510	251	2.510
Instrumentos financeiros derivativos	16	872	5.445	872	5.445
Partes Relacionadas	19	3	5.439	3	5.434
Outros ativos circulantes		5	53	5	53
Não Circulante		**188.272**	**156.588**	**132.873**	**131.785**
Realizável a Longo Prazo		**185.402**	**150.764**	**129.694**	**122.996**
Tributos Diferidos	10	505	1.010	505	1.010
Tributos a recuperar	8	564	3.053	702	3.752
Depósitos judiciais	20	1.801	1.626	1.972	1.797
Aplicações financeiras		-	135	-	2.230
		2.870	5.824	3.179	8.789
Investimentos	4	55.812	27.999	-	-
Ativo de Direito de Uso	11	526	707	526	707
Intangível	12	1.386	907	1.386	907
Imobilizado	13	127.642	121.115	127.745	121.346
Comodato		36	36	36	36
Passivo e Patrimônio Líquido		**364.453**	**374.993**	**368.610**	**376.973**
Circulante		**73.980**	**77.936**	**78.056**	**79.825**
Fornecedores	14	4.807	4.603	4.831	4.608
Salários e encargos a pagar		6.446	4.579	6.884	5.002
Tributos a recolher	15	13.084	2.209	15.125	2.465
Empréstimos e Financiamentos	16	16.082	20.635	16.082	20.635
Nota Comercial	17	12.523	6.267	12.523	6.267
Passivo de arrendamento	11	569	733	569	733
Dividendos a pagar	21	9.138	-	9.138	-
Receita Diferida	18	4.520	1.759	5.911	2.208
Partes Relacionadas	19	4.094	35.901	4.102	35.906
Outros passivos circulantes		2.718	1.250	2.893	2.001
Não Circulante		**151.454**	**166.733**	**151.536**	**166.825**
Tributos em discussão judicial		695	695	737	737
Empréstimos e Financiamentos	16	49.054	51.146	49.054	51.146
Nota Comercial	17	30.894	43.252	30.894	43.252
Provisão para contingências	20	781	1.604	821	1.654
Comodato–Passivo		36	36	36	36
Partes Relacionadas	19	69.993	70.000	69.993	70.000
Total do passivo		**225.434**	**244.670**	**229.592**	**246.650**
Patrimônio líquido	21	**139.019**	**130.323**	**139.019**	**130.323**
Capital social		69.073	69.073	69.073	69.073
Reserva legal		13.815	13.815	13.815	13.815
Reserva de Retenção de Lucros		54.820	43.339	54.820	43.339
Reserva de contingência		1.311	1.311	1.311	1.311
Outros Resultados Abrangentes		-	2.785	-	2.785
		139.019	130.323	139.019	130.323

Demonstração do resultado	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	22	292.660	224.579	324.625	251.158
Custo dos serviços prestados	23	(51.910)	(43.863)	(52.690)	(46.109)
Lucro bruto		**240.750**	**180.716**	**271.936**	**205.049**
Despesas com vendas	24	(11.527)	(7.691)	(11.535)	(7.691)
Despesas gerais e administrativas	25	(63.177)	(53.732)	(67.501)	(55.879)
Outras receitas (desp.) operac. líquidas		232	(347)	234	(113)
Resultado de equivalência patrimonial	4	27.812	24.119	-	-
Lucro operacional		**194.091**	**143.065**	**193.133**	**141.366**
Receitas financeiras		35.337	19.147	40.827	21.825
Despesas financeiras		(51.210)	(23.724)	(51.252)	(23.777)
Resultado financeiro	26	**(15.874)**	**(4.577)**	**(10.425)**	**(1.952)**
Lucro antes dos impostos		**178.217**	**138.488**	**182.708**	**139.414**
I.R. e C.S.	27	(44.647)	(816)	(49.138)	(1.732)
Lucro líquido do exercício		**133.570**	**137.672**	**133.570**	**137.682**

Demonstração do resultado abrangente	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	133.570	137.673	133.570	137.673
Outros resultados abrangentes	(2.785)	(76)	(2.785)	(76)
Resultado abrangente total	**130.785**	**137.597**	**130.785**	**137.597**

Demonstração dos fluxos de caixa	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício ajustes por:	**133.570**	**137.673**	**133.570**	**137.673**
Depreciação e amortização	7.004	6.210	7.021	6.345
Equivalência Patrimonial em Controlada	(27.812)	(24.119)	-	-
(Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	5.662	(1.489)	5.662	(1.489)
Arrendamentos	546	461	546	461
Imposto Diferido	-	816	-	816
Baixa de ativos imobilizado/intangível	652	1.101	652	1.101
Provisão para contingências	494	404	505	444
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	422	(413)	688	(1.932)
Variação cambial empréstimo	1.724	1.547	1.724	1.547
Amortizações custo de transação de Nota Comercial	142	(2.947)	142	(2.947)
Juros sobre Nota Comercial	7.655	-	7.655	-
Juros sobre empréstimos	15.008	11.718	15.008	11.718
Juros sobre debêntures	11.052	4.885	11.052	4.885
	156.119	135.847	184.224	158.622
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento)/Redução em Contas a receber	(5.404)	(4.415)	(7.057)	(4.027)
(Aumento)/Redução em Estoque	(298)	(97)	(298)	(95)
(Aumento)/Redução em Trib. a Recuperar	5.378	(1.209)	5.836	(1.139)
(Aumento)/Redução em Adiantamento a fornecedores	2.259	577	2.259	577
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(292)	(80)	(292)	(79)
(Aumento)/Redução em Outros ativos circulantes	48	(9)	48	(2)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	(176)	(275)	(176)	(390)
(Aumento)/Redução em Partes Rel.	(26.377)	28.325	(26.379)	28.335
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras a longo prazo	135	(6)	2.230	1.121
Aumento/(Redução) em Dividendos e participações	9.138	(1)	9.138	(1)
Aumento/(Redução) em Fornecedores	204	235	222	(1)
Aumento/(Redução) em Salários e encargos a pagar	1.867	167	1.882	157
Aumento/(Redução) em Tributos a recolher	10.875	(685)	12.660	(1.089)
Aumento/(Redução) em Outros passivos	1.468	(196)	892	63
Aumento/(Redução) em Receita Diferida	2.761	541	3.702	840
Aumento/(Redução) em Contingência	(822)	1	(832)	2
Aumento/(Redução) com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	1.788	-	1.788	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	158.669	158.720	189.847	182.894
Juros de empréstimos pagos	(6.264)	(2.799)	(6.264)	(2.799)
Juros de Nota Comercial pagos	(7.650)	(5.823)	(7.650)	(5.823)
I.R. e C.S. pago	(29.836)	-	(30.002)	-
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	114.918	150.098	145.931	174.270
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições de ativo imobilizado/intangível	(15.630)	(14.617)	(15.630)	(14.617)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(15.630)	(14.617)	(15.630)	(14.617)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	-	50.000	-	50.000
Captação de Debêntures/Nota Comercial	-	50.000	-	50.000
Amortização de emprést. e financiamentos	(17.112)	(9.316)	(17.112)	(9.316)
Amortização de Debêntures/Nota Comercial (Nota 17)	(6.250)	(88.372)	(6.250)	(88.372)
Custo de transação debêntures	-	(711)	-	(711)
Pagamento de dividendos	(108.940)	(230.017)	(108.940)	(230.017)
Partes Relacionadas	-	72.137	-	72.137
Dividendos recebidos da controlada	-	39.581	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	(132.302)	(116.698)	(132.302)	(156.279)
(Redução)/ Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(33.014)	18.784	(2.001)	3.373
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equival. de caixa no início do exerc.	180.749	161.965	204.796	201.423
Caixa e equival. de caixa no fim do exerc.	147.735	180.749	202.795	204.796

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

	Capital social	Reserva legal	Reserva de contingências	Dividendos a distribuir	Reserva de Retenção lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/2023	**69.073**	**13.815**	**1.311**	**34.140**	**101.544**	**2.861**	**-**	**222.744**
Destinação de dividendos 2023	-	-	-	(34.140)	(101.544)	-	-	(135.684)
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(94.333)	-	-	(94.333)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	137.673	137.673
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(76)	-	(76)
Retenção de lucros	-	-	-	-	137.673	-	(137.673)	-
Saldos em 31/12/2024	**69.073**	**13.815**	**1.311**	**-**	**43.340**	**2.785**	**-**	**130.324**
Distribuição de dividendos 2024	-	-	-	-	(43.340)	-	-	(43.340)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	133.570	133.570
Dividendos e JCP distribuídos	-	-	-	-	-	-	(78.750)	(78.750)
Retenção de lucros	-	-	-	-	54.820	-	(54.820)	-
Saldos em 31/12/2025	**69.073**	**13.815**	**1.311**	**-**	**54.820**	**-**	**-**	**139.019**

Notas explicativas da administração

1.1 Contexto operacional: A Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar (a "Cia." ou "CCAPA"), sociedade anônima de capital fechado, com sede na Av. Pasteur, nº 520, Urca, RJ, Brasil foi construída em janeiro de 1911. A Cia. é controladora da Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda. ("PATUR"), sua subsidiária integral. A Cia. e sua controlada, em conjunto denominadas "Grupo", têm por objeto social a exploração comercial de parques turísticos, sendo responsáveis pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O Grupo também atua prestando serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia, por meio da PATUR. A Cia. é controlada integramente pela Iter Participações S.A. ("ITER"), sociedade com sede na cidade do RJ. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 13/02/2026. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC. Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na condução da gestão da Cia.. As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas DFs estão sumariadas na Nota 31. As DFs foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A elaboração das DFs requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que demandam maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2. **(a) DFs individuais:** As DFs individuais da Cia. foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC. Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. **(b) DFs consolidadas:** As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC. **1.3 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. A empresa controlada incluída na consolidação está descrita na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na Nota 30. **1.4 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: (a) Reforma Tributária:** A Reforma Tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º/01/2027, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas DFs de 31/12/2024 e de 31 de dezembro 2025. No exercício de 2025, a Cia. identificou a necessidade de conduzir uma análise técnica voltada à mensuração dos impactos que os novos tributos - Imposto Seletivo (IS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) - poderão gerar sobre suas operações, considerando exclusivamente o cenário futuro de incidência. Para esse fim, foi contratada uma consultoria especializada, com o objetivo de desenvolver estudo técnico detalhado sobre os potenciais efeitos fiscais, contábeis e operacionais decorrentes da Reforma, reforçando o compromisso da Cia. com o planejamento tributário e a adequação da preparação para o novo ambiente fiscal. Paralelamente, a Cia. conta com o suporte de uma consultoria responsável pela implementação e adequação do sistema ERP, de forma a garantir a aderência às exigências legais para a emissão e o recebimento de notas fiscais a partir de 1º/01/2026. **(b) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) foi instituído pela Lei nº 14.148/2021, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19 sobre as empresas do setor de eventos e atividades correlatas. O programa estabeleceu a possibilidade de redução a zero das alíquotas dos tributos federais IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, pelo prazo de até cinco anos, a contar da habilitação da pessoa jurídica junto à Receita Federal do Brasil, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Ao longo de 2024, a legislação do PERSE passou por revisões relevantes, com a publicação da Lei nº 14.859/2024, sancionada em maio de 2024, que alterou o programa, estabelecendo um limite global de gasto de R$ 15 bilhões e revogando dispositivo da Medida Provisória nº 1.202/2023. O principal objetivo da alteração foi restringir o acesso ao benefício, criar mecanismos de controle para prevenção de fraudes e conferir maior previsibilidade fiscal aos gastos públicos decorrentes do programa. Até dezembro de 2024, a Cia. e sua controlada, enquadradas, respectivamente, nos Regimes de Lucro Real e Lucro Presumido, atendiam aos critérios de elegibilidade e estavam habilitadas ao PERSE, usufruindo da alíquota zero para IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A partir/01/2025, o benefício da alíquota zero para IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à Cia., em razão de seu enquadramento no Regime de Lucro Real, mantendo-se apenas para sua controlada, optante pelo Lucro Presumido, até março de 2025. O benefício relativo ao PIS e à COFINS permaneceu vigente para a Cia. e sua controlada durante o 1º trimestre de 2025, sendo integralmente extinto a partir/04/2025, com o encerramento do programa. Em decorrência da extinção integral dos benefícios fiscais, houve impacto no resultado da Cia. e de sua controlada no exercício de 2025, em virtude da retomada da tributação plena dos tributos anteriormente abrangidos pelo PERSE. A Cia. permanece acompanhando os desdobramentos legais e regulamentares relacionados ao programa e eventuais medidas que possam ser editadas pelo Governo Federal, de forma a avaliar tempestivamente seus efeitos contábeis, fiscais e operacionais. Sem prejuízo deste acompanhamento, a Cia. e sua controlada adotaram medidas judiciais relacionadas ao encerramento do PERSE. Em mandado de segurança impetrado pela Cia. CAMINHO AEREO PAO DE ACUCAR (Processo n° 5035567-61.2025.4.02.5101), foi deferida liminar e posteriormente proferida sentença parcialmente favorável, reconhecendo que o encerramento dos benefícios fiscais deve observar os princípios da anterioridade tributária - permitindo a manutenção da alíquota zero para PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025, e para IRPJ até janeiro de 2026. A decisão também assegurou o direito à compensação administrativa de valores recolhidos indevidamente, após o trânsito em julgado. A Fazenda Nacional interpôs recurso contra esta decisão e o processo ainda segue pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Por sua vez, a controlada PÃO DE AÇÚCAR EMPREENDIMENTOS TURÍSTICOS LTDA também impetrou mandado de segurança (Processo n° 5035568-46.2025.4.02.5101), no qual a liminar requerida foi indeferida pelo juízo. A empresa segue trabalhando junto aos seus advogados objetivando o êxito em sentença que ainda não foi proferida no processo. **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.1 (b). **(b) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Cia. é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: (a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao definir o prazo do arrendamento, a Administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam incentivos econômicos para o exercício de opções de prorrogação ou para o não exercício de opções de rescisão. Dessa forma, períodos cobertos por opções de prorrogação, bem como períodos subsequentes às opções de rescisão, são incluídos no prazo do arrendamento apenas quando há certeza razoável de que tais opções serão exercidas ou de que a rescisão não ocorrerá. No reconhecimento inicial, as opções de prorrogação não foram incluídas na mensuração do passivo de arrendamento, uma vez que a Cia. não identificou evidências suficientes que tornassem razoavelmente certo o exercício dessas opções. O Grupo reavalia o prazo do arrendamento sempre que ocorrerem eventos ou mudanças nas circunstâncias sob seu controle que possam alterar esse julgamento. **3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** O Grupo realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros da Cia. foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial: O Grupo não possui risco relevante de variação cambial tanto para os anos de 2025 e 2024. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da Resolução 4131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a resultante seja uma dívida pré-fixada em Reais. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente títulos de entidades classificadas com rating mínimo "A" determinado pela Standard and Poor's ou rating similares de outras agências, conforme política interna. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro, através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levando em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. ***Impairment* de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: . contas a receber de clientes decorrente de locação e; . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não houve perda por *impairment* identificada. **Contas a receber de clientes:** Atualmente, as perdas de créditos esperadas são efetuadas com base na análise individual dos locatários, agências e vencimento dos títulos, conforme determinado em política interna de contas a receber alinhados com o CPC48. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza a análise de créditos vencidos. As contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. A composição de vencimento do contas a receber está demonstrada na nota 7. A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Controladora – Contas a receber 2025	Controladora – Contas a receber 2024
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	**(573)**	**(986)**
Aumento na provisão para perdas	(491)	(360)
Reversão de provisão	69	772
Atualização juros	-	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	**(995)**	**(573)**

	Consolidado – Contas a receber 2025	Consolidado – Contas a receber 2024
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	**(611)**	**(2.544)**
Aumento na provisão para perdas	(871)	(476)
Reversão de provisão	183	2.409
Atualização juros	-	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	**(1.300)**	**(611)**

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada em todas as empresas do Grupo e agregada pela sua tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e planos de investimento. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros em 31 de dezembro:

Controladora

2025	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	4.807	-	-	4.807
Empréstimos e Financiamentos	-	16.082	49.054	65.136
Nota Comercial	-	12.523	30.894	43.417
	4.807	**28.604**	**79.948**	**113.360**

2024	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	4.603	-	-	4.603
Empréstimos e Financiamentos	-	20.635	51.146	71.781
Debêntures/Nota Comercial	-	6.267	43.252	49.519
	4.603	**26.902**	**94.398**	**125.903**

Consolidado

2025	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	4.831	-	-	4.831
Empréstimos e Financiamentos	-	16.082	49.054	65.136
Nota Comercial	-	12.523	30.894	43.417
	4.831	**28.604**	**79.948**	**113.383**

2024	A vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	4.608	-	-	4.608
Empréstimos e Financiamentos	-	20.635	51.146	71.781
Debêntures	-	6.267	43.252	49.519
	4.608	**26.902**	**94.398**	**125.908**

3.2 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: . Nível 1–preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. . Nível 2–informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). . Nível 3–informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados. A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

Controladora

Ativo	2025 Nível 1	2025 Nível 2	2025 Nível 3	2025 Saldo Total	2024 Nível 1	2024 Nível 2	2024 Nível 3	2024 Saldo Total
Caixa e equivalentes de caixa		147.735		147.735		180.749		180.749
Aplicações financeiras		-		-		135		135

Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

Instrumentos financeiros derivativos	872	872	5.445	5.445
Contas a receber	24.261	24.261	18.857	18.857
Empréstimos com Partes Relacionadas	3	3	5.439	5.439
Total Ativo	**172.871**	**172.871**	**210.625**	**210.625**
Passivo				
Empréstimos e Financiamentos	65.136	65.136	71.781	71.781
Fornecedores	4.807	4.807	4.603	4.603
Nota Comercial	43.417	43.417	49.519	49.519
Empréstimos com Partes Relacionadas	74.087	74.087	105.901	105.901
Total Passivo	**187.447**	**187.447**	**231.804**	**231.804**

	Consolidado							
	2025				2024			
Ativo	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo Total**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Saldo Total**
Caixa e equivalentes de caixa	202.795			202.795	204.796			204.796
Aplicações financeiras	-			-	2.230			2.230
Instrumentos financeiros derivativos	872			872	5.445			5.445
Contas a receber	28.503			28.503	21.445			21.445
Empréstimos com Partes Relacionadas	3			3	5.439			5.439
Total Ativo	**232.172**			**232.172**	**239.356**			**239.356**
Passivo								
Empréstimos e Financiamentos	65.136			65.136	71.781			71.781
Fornecedores	4.831			4.831	4.608			4.608
Nota Comercial	43.417			43.417	49.519			49.519
Empréstimos com Partes Relacionadas	74.095			74.095	105.911			105.911
Total do Passivo	**187.478**			**187.478**	**231.819**			**231.819**

4 Investimentos: (a) Movimentação dos investimentos: A Cia. possui 100% de participação societária na controlada PATUR. No ano de 2025 não houve o pagamento de dividendos referentes ao ano de 2024.

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de janeiro	**27.999**	**43.461**
Dividendos recebidos da controlada	-	(39.581)
Resultado da Equivalência Patrimonial	27.812	24.119
Em 31 de dezembro	**55.812**	**27.999**

(b) Participação societária nos investimentos		
Controlada–PATUR	**2025**	**2024**
CCAPA	100%	100%

(c) Resumo das informações financeiras: O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras da controlada. **(i) Balanço patrimonial sintético**

	PATUR	
	2025	2024
Circulante		
Ativo	60.025	27.488
Passivo	(4.405)	(1.894)
Ativo circulante líquido	55.620	25.594
Não circulante		
Ativo	274	2.497
Passivo	(82)	(92)
Ativo não circulante líquido	192	2.405
Patrimônio líquido	55.812	27.999

(ii) Demonstração do resultado sintética	PATUR	
	2025	2024
Receita operacional líquida	31.956	26.439
Lucro antes dos impostos	32.303	25.035
I.R. e C.S.	(4.491)	(916)
Lucro Líquido do Exercício	**27.812**	**24.119**

(iii) Demonstração dos fluxos de caixa sintética		
PATUR	**2025**	**2024**
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	31.290	25.078
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	-	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	31.290	25.078
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.046	39.458
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	**55.059**	**24.046**

5 Instrumentos financeiros por categoria	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativos ao custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	147.735	180.749	202.795	204.796
Contas a receber de clientes	24.261	18.857	28.503	21.445
Outros créditos	5	53	5	53
Aplicações financeiras	-	135	-	2.230
Total ao custo amortizado	172.002	199.794	231.303	228.524
Ativos ao valor justo				
Derivativos	872	5.445	872	5.445
Total ao valor justo	872	5.445	872	5.445
Total geral dos Ativos	172.874	205.239	232.175	233.970

	Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivos ao custo amortizado				
Fornecedores	4.807	4.603	4.831	4.608
Outras contas a pagar	2.718	1.250	2.893	2.001
Empréstimos	65.136	71.781	65.136	71.781
Nota Comercial	43.417	49.519	43.417	49.519
Partes Relacionadas	74.087	70.000	74.095	70.000
Passivos de arrendamento	569	733	569	733
Total ao custo amortizado	190.735	197.886	190.941	198.642
Total geral dos Passivos	190.735	197.886	190.941	198.642

6 Caixa e equivalentes de caixa	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Caixa e bancos	510	154	522	164
Aplicações Financeiras	147.225	180.596	202.273	204.632
	147.735	**180.750**	**202.795**	**204.796**

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos classificados com rating A de grau de investimento, e remuneradas a taxas de mercado (101,7% CDI).

7 Contas a receber	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Clientes	10.953	7.777	15.498	10.404
Administradoras de cartão de crédito	14.303	11.652	14.303	11.652
Perdas Estimadas	(995)	(573)	(1.300)	(612)
	24.261	**18.857**	**28.503**	**21.444**

O saldo de contas a receber de clientes segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
A vencer	20.656	17.603	22.313	18.218
Vencidos: Até 30 dias	941	627	3.319	2.073
Entre 31 e 60 dias	661	71	673	101
Entre 61 e 180 dias	1.811	171	1.896	231
Acima de 181 dias	1.187	957	1.601	1.434
Total (desconsiderando perdas estimadas)	**25.256**	**19.429**	**29.801**	**22.057**

Para contas a receber de clientes, a Cia. aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

8 Tributos a recuperar	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
IRPJ a compensar	51	3.183	51	3.183
CSLL a compensar	380	380	405	405
Impostos S/ receita antecipada patrocínio	-	-	120	23
Contribuições sociais retidas na fonte	3	-	47	44
I.R. retido na fonte	13	-	31	13
I.R. retido s/ JCP	220	-	220	-
I.R. s/aplicação financeira	564	3.053	702	3.752
INSS a compensar	8	-	57	49
	1.238	**6.616**	**1.632**	**7.469**
Circulante	675	3.563	930	3.716
Não circulante	564	3.053	702	3.752

A Cia. adota como prática regular a revisão dos impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação tributária vigente. Essa prática busca assegurar que os pagamentos sejam efetuados corretamente, evitando tanto eventuais inconsistências quanto recolhimentos desnecessários, promovendo assim uma gestão tributária eficiente e alinhada aos interesses do negócio. Em 2025, com o término do PERSE, a Cia. passou a utilizar saldos de impostos a recuperar decorrentes do pagamento regular de tributos.

9 Adiantamento a Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Adiantamento Fornecedor Tirolesa (i)	-	2.058	-	2.058
Adiantamento Fornecedor Outros	251	452	251	452
	251	2.510	251	2.510

(i) Em 2025, a Cia. reclassificou os valores registrados como adiantamentos relacionados ao Projeto Tirolesa para o grupo de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado, de forma a refletir de maneira mais adequada a natureza e alinhar a classificação contábil às características do projeto.

10 Tributos Diferidos	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
I.R. e C.S. diferidos–Ativo	505	1.010	505	1.010
	505	**1.010**	**505**	**1.010**

A Cia. controla o seu imposto fiscal diferido, oriundo de diferenças temporárias tributáveis, em consonância com o CPC 32. A conciliação das despesas de I.R. e C.S. está apresentada na nota 28. A Cia. não possui ativos diferidos não registrados. **11 Arrendamentos: (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Ativos de direito de uso				
Máquinas e equipamentos	526	707	526	707
	526	707	526	707
Passivos de arrendamentos				
Circulante	569	733	569	733
	569	733	569	733

(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado: A demonstração de resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Equipamentos	501	339	501	339
	501	339	501	339
Despesas com juros	96	52	96	52

12 Intangível: a) Controlada			Software em	
	Software	**Marca**	**Andamento**	**Total**
Saldos em 1º/01/2024	1.422	188	-	1.610
Adições	212	-	121	333
Transferência	(792)	-	-	(792)
Amortizações	(244)	-	-	(244)
Saldos em 31/12/2024	598	188	121	907
Custo do intangível	2.277	188	121	2.586
Amortização acumulada	(1.679)	-	-	(1.679)
Valor contábil	598	188	121	907
Saldos em 1°/01/2025	598	188	121	906
Adições	115	-	121	236
Transferências	744	-	-	744
Amortizações	(501)	-	-	(501)
Saldos em 31/12/2025	956	188	121	1.386
Custo do intangível	3.136	188	241	3.566
Amortização acumulada	(2.180)	-	-	(2.180)
Valor contábil	956	188	241	1.386

13 Imobilizado: a) Controladora	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Instalações**	**Veículos**	**Equipamentos de Informática**	**Telefônico**	**Benfeitorias**	**Edificações**	**Terrenos**	**Imobilizações em andamento**	**Adto. Fornecedores Imob em andamento**	**Escultura**	**Total**
Saldos em 1º/01/2024	1.078	24.417	3.401	32	1.892	1.258	35.567	1.318	5	44.501	-	110	113.580
Adições	117	560	-	634	675	256	44	-	-	11.167	-	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	-	(269)
Depreciações	(185)	(2.661)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.217)	(30)	-	-	-	-	(5.627)
Saldos em 31/12/2024	1.001	22.316	2.816	608	1.807	1.357	34.394	1.288	5	55.399	-	124	121.116
Custo do imobilizado	3.795	51.306	10.568	846	7.220	12.957	57.494	2.123	5	55.400	-	124	201.838
Depreciação acumulada	(2.794)	(28.991)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.101)	(835)	-	-	-	-	(80.724)
Valor contábil	1.001	22.315	2.816	608	1.807	1.358	34.393	1.288	5	55.400	-	124	121.115
Saldos em 1°/01/2025	1.001	22.315	2.816	608	1.807	1.358	34.393	1.288	5	55.400	-	124	121.115
Adições	611	619	68	-	556	160	14	-	-	10.800	1.744	9	14.582
Baixas	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(646)	-	-	(652)
Transferências	(44)	114	5.553	-	(31)	-	2.275	-	-	(9.212)	-	(5)	(1.349)
Depreciações	(200)	(2.628)	(985)	(66)	(648)	(189)	(1.306)	(30)	-	-	-	-	(5.162)
Saldos em 31/12/2025	1.362	20.420	7.452	542	1.684	1.329	35.376	1.258	5	56.341	1.744	129	127.642
Custo do imobilizado	4.357	52.039	16.190	846	7.745	13.117	59.783	2.123	5	56.341	1.744	129	214.418
Depreciação acumulada	(2.994)	(31.619)	(8.737)	(304)	(6.061)	(11.789)	(24.407)	(865)	-	-	-	-	(86.776)
Valor contábil	1.362	20.420	7.453	542	1.684	1.329	35.376	1.258	5	56.341	1.744	129	127.642

b) Consolidado:	**Móveis e utensílios**	**Máquinas e Equipamentos**	**Instalações**	**Veículos**	**Equipamentos de Informática**	**Telefônico**	**Benfeitorias**	**Edificações**	**Terrenos**	**Imobilizações em andamento**	**Adt Fornecedores Imob em andamento**	**Escultura**	**Total**
Saldos em 1º/01/2024	1.175	24.571	3.401	32	1.892	1.258	35.680	1.318	5	44.501	-	110	113.945
Adições	117	560	-	634	675	256	44	-	-	11.167	-	14	13.472
Baixas	(9)	-	-	(26)	-	-	-	-	-	-	-	-	(35)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(269)	-	-	(269)
Depreciações	(204)	(2.736)	(585)	(32)	(760)	(157)	(1.258)	(30)	-	-	-	-	(5.762)
Saldos em 31/12/2024	1.079	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.399	-	124	121.346
Custo do imobilizado	4.689	53.097	10.568	846	7.220	12.957	57.907	2.123	5	55.400	-	124	204.936
Depreciação acumulada	(3.609)	(30.702)	(7.752)	(238)	(5.413)	(11.600)	(23.441)	(835)	-	-	-	-	(83.590)
Valor contábil	1.080	22.395	2.816	608	1.807	1.357	34.466	1.288	5	55.400	-	124	121.346
Saldos em 1°/01/2025	1.080	22.395	2.816	608	1.807	1.358	34.465	1.288	5	55.400	-	124	121.346
Adições	611	619	68	-	556	160	14	-	-	10.800	1.744	9	14.582
Baixas	(6)	-	-	-	-	-	-	-	-	(646)	-	-	(652)
Transferências	(44)	114	5.553	-	(31)	-	2.275	-	-	(9.212)	-	(5)	(1.349)
Depreciações	(215)	(2.703)	(985)	(66)	(648)	(189)	(1.345)	(30)	-	-	-	-	(6.181)
Saldos em 31/12/2025	1.426	20.425	7.453	541	1.684	1.329	35.410	1.258	5	56.341	1.744	129	127.745
Custo do imobilizado	5.250	53.830	16.190	846	7.745	13.117	60.196	2.123	5	56.341	1.744	129	217.516
Depreciação acumulada	(3.824)	(33.405)	(8.737)	(304)	(6.061)	(11.789)	(24.786)	(865)	-	-	-	-	(89.771)
Valor contábil	1.426	20.425	7.453	541	1.684	1.329	35.410	1.258	5	56.341	1.744	129	127.745

13.1 Imobilizações em Andamento: As adições à conta de Imobilizações em Andamento no exercício de 2025 estão relacionadas às obras do projeto da Tirolesa e aos projetos de revitalização melhorias na infraestrutura do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O andamento das obras de tais projetos está temporariamente paralisado em razão da necessidade de renovação das licenças e autorizações de obras necessárias juntos aos órgãos licenciadores competentes, após a recente reversão de decisão liminar proferida no âmbito de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a CCAPA e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em tramitação perante a 20ª. Vara Federal do RJ. Sem prejuízo de tal paralisação, foram realizadas movimentações relacionadas à manutenção e preservação do investimento, assegurando que a estrutura permaneça em condições adequadas para a retomada das obras. Em junho de 2023, a CCAPA ingressou com recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) visando à cassação da medida liminar referida acima. Após decisão favorável à CCAPA em julgamento realizado pelo TRF-2, o MPF interpôs recurso especial contra a decisão, ao qual foi concedido efeito suspensivo, mantendo-se os efeitos da medida liminar até a apreciação do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho de 2025, o STJ concluiu o julgamento do recurso especial, decidindo pelo não provimento ao recurso e a consequente derrubada da liminar. Após esta decisão do STJ, a CCAPA iniciou os procedimentos administrativos junto aos órgãos licenciadores responsáveis visando a renovação das licenças e autorizações necessárias para retorno das obras do projeto Tirolesa, tendo obtido até então a renovação do (i) Alvará de Obras dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, expedido pela GEO-RIO, da (ii) Autorização Ambiental Municipal dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento e (iii) da Licença de Obras do Morro da Urca, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU), ainda estando em curso na presente data os demais procedimentos para renovação de autorizações e licenças pendentes. Em paralelo, segue em andamento o processo em 1º grau. Recentemente foi concluída a fase pericial, tendo os resultados dos laudos periciais apresentados sido bastante favoráveis a continuidade e a conclusão das obras do projeto da Tirolesa. Por tais motivos, a administração mantém a convicção de que o desfecho do processo será favorável, possibilitando a continuidade do projeto e garantindo a plena realização do valor investido. **13.2 Vida útil do ativo imobilizado:** A Cia. realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens de seu ativo imobilizado, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir/01/2020. A administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente. **Impairment:** Não foram identificados indicativos de perda no valor recuperável dos itens do ativo imobilizado da Cia. para os exercícios encerrados em 31/12/2025.

14 Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Fornecedores	4.807	4.603	4.831	4.608
	4.807	**4.603**	**4.831**	**4.608**

Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios da Cia., não são contratadas operações de risco sacado.

15 Tributos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
PIS s/ faturamento	192	17	220	17
ISS retido a recolher	10	15	10	15
ISS s/ faturamento	1.387	1.212	1.558	1.249
COFINS s/ faturamento	905	96	1.031	96
FGTS a recolher	111	92	112	93
INSS a recolher	527	348	556	360
CSRF- lei 10.833	159	132	160	135
I.R. retido–terceiros	25	9	26	10
I.R. retido – empregados	343	175	378	185
I.R. retido–JCP	1.613	-	1.613	-
INSS retido s/ serviços	103	109	103	109
Outros–(Contribuição Sindical, Inss s/ 13º e Fgts s/ 13º)	7	5	7	5
I.R.–PJ	5.553	-	6.764	139
C.S.–PJ	2.148	-	2.587	52
	13.084	**2.209**	**15.125**	**2.465**

16 Empréstimos e Instrumentos derivativos	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante	**16.082**	**15.190**	**16.082**	**15.190**
Empréstimos Bancários	16.082	20.635	16.082	20.635
Não circulante	**49.054**	**51.146**	**49.054**	**51.146**
Empréstimos Bancários	49.054	51.146	49.054	51.146
Total dos empréstimos	**65.136**	**66.336**	**65.136**	**66.336**

Demonstramos abaixo a movimentação do saldo de empréstimos, desconsiderando o valor dos derivativos.

	Consolidado	
	2025	**2024**
Saldo inicial	**71.781**	**27.464**
Captação de empréstimos	-	50.000
Juros provisionados	15.008	4.885
Liquidação de empréstimos principal	(17.112)	(9.316)
Liquidação de empréstimos juros	(6.264)	(2.799)
Variação cambial	1.724	1.547
Saldo final	**65.136**	**71.781**

	Consolidado	
	2025	**2024**
Instrumentos financeiros derivativos	872	5.445

A Cia. possui atualmente três contratos vigentes de empréstimos relativos à Resolução 4.131, dois com o Banco Itaú e um com o Banco BOCOM BBM. O 1º empréstimo com o Itaú no valor captado de R$ 20 milhões possui taxa de juros de CDI + 3,00% ao ano e vencimento em 2028. O 2º empréstimo com o Itaú no valor captado de R$ 40 milhões possui taxa de juros de CDI + 2,34% ao ano e vencimento em 2029. Já o empréstimo com o Banco BOCOM BBM, possui valor captado de R$ 10 milhões e taxa de juros de CDI + 2,65% ao ano e vencimento em 2029. Para os empréstimos com o Banco Itaú, foram contratados Swaps (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Estes Swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a CCAPA. O empréstimo com o Banco BOCOM BBM já é denominado em Reais, não tendo sido necessária a contratação de instrumentos derivativos para a troca de taxas e exposição cambial. Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
REAIS	64.264	66.336	64.264	66.336
EUROS (Travados por NDFs por Resol. 4.131)	8.508	11.288	8.508	11.288

17 Nota Comercial	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Nota Comercial–CP	12.523	6.267	12.523	6.267
Nota Comercial–LP	30.894	43.252	30.894	43.252
	43.417	**49.519**	**43.417**	**49.519**

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Saldo inicial	**49.519**	**85.653**	**49.519**	**85.653**
Captação de Nota Comercial	-	50.000	-	50.000
Juros provisionados	7.655	11.718	7.655	11.718
(-) Amortização de juros	(7.650)	(5.823)	(7.650)	(5.823)
(-) Amortização principal	(6.250)	(88.372)	(6.250)	(88.372)
Custo de transação	-	(711)	-	(711)
(-) Amortização custo de transação	142	(2.947)	142	(2.947)
Saldo final	**43.417**	**49.519**	**43.417**	**49.519**

Em 20/06/2024, a CCAPA contratou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, estruturado na modalidade de Nota Comercial, conforme disposto no Art. 45 da Lei nº 14.195. A operação foi realizada no montante de R$ 50 milhões, com vencimento em junho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,90% ao ano. As cláusulas de covenants associadas ao Grupo Iter, que também abrangem a Nota Comercial da CCAPA, foram integralmente cumpridas em 31/12/2025. Dessa forma, a CCAPA permanece em conformidade com as obrigações pactuadas no contrato, refletindo a solidez financeira e a adequada gestão dos compromissos assumidos pelo Grupo Iter:

	Consolidado
	2025
Caixa	**289**
Caixa e equivalentes de caixa	289
Aplicações financeiras	-
Dívida Bruta	**443**
Emprestimos e financiamentos–CP	19
Instrumentos financeiros derivativos	(5)
Endividamentos–CP	13
Emprestimos e financiamentos–LP	160
Endividamentos–LP	230
Participações a Pagar–CP	11
Participações a Pagar–LP	11
Passivo de Arrendamento–CP	2
Passivo de Arrendamento–LP	2
Dívida Líquida	154
Ebitda LTM	160
Alavancagem	1,00
Covenants	2,50

18 Receita Diferida	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Circulante	4.520	1.759	5.911	2.208
	4.520	**1.759**	**5.911**	**2.208**

Os valores registrados em Receita Diferida correspondem principalmente aos valores de bilhetes vendidos e ainda não utilizados pelos visitantes, bem como aos montantes recebidos antecipadamente de contratos de patrocínio e parcerias comerciais firmados pela Cia.. Esses valores são reconhecidos como passivo até que a obrigação de desempenho associada seja cumprida. No caso dos bilhetes, a receita é reconhecida no resultado quando ocorre a efetiva utilização pelo visitante ou quando expirado o prazo de validade do bilhete (*no show*). No que se refere aos contratos de patrocínio, a receita é apropriada ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, refletindo o padrão de transferência contínua dos benefícios e obrigações previstos em contrato

19 Partes Relacionadas	Controladora	Consolidado
	2025	**2025**
Ativo		
Circulante (i)	3	3
	3	**3**
Passivo		
Circulante (ii)	4.094	4.102
Não Circulante (iii)	69.993	69.993
	74.089	**74.098**

(i) A CCAPA emitiu notas de débito, com o objetivo de compartilhamento de gastos, para as empresas sob controle comum Patur Empreendimentos Turísticos, Novo Caracol e Tainhas S.A. e C2Rio Viagens e Turismo Ltda. (ii) A CCAPA possui transações com partes relacionadas, como a ITER, referentes ao rateio das despesas, conforme estipulado no contrato entre as partes, que está registrado o montante de R$ 3.927, referentes ao exercício de 2025, as quais serão liquidadas em 2026. (iii) A CCAPA possui atualmente uma debênture oriunda de sua segunda emissão, simples, não conversível em ações, da espécie quirografária emitida em 07/10/2024 no valor de R$ 70 milhões e taxa de juros de CDI + 2,30%, subscrita e integralizada integralmente pela Iter Participações. Tal instrumento tem vencimento no dia 07/10/2034 com pagamento de principal e remuneração apenas nesta data, sem prejuízo da ocorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a Iter Participações, não há covenants previstos no respectivo contrato. **20 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** ***Provisão para contingências:*** A Cia. é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes:

Provisão para contingências – prováveis	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Trabalhistas	1.041	1.280	1.081	1.330
Tributárias	-	584	-	584
Cíveis	-	-	-	-
(-) Depósitos Judiciais	(260)	(260)	(260)	(260)
	781	1.604	821	1.654

Adicionalmente, há outros processos envolvendo a Cia., cujas probabilidades de perda foram estimadas pelos assessores legais como possíveis:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Trabalhistas	5.548	4.052	5.548	4.052
Cíveis (i)	50.072	50.543	50.119	50.620
	55.620	54.595	55.667	54.672

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes. (i) Valor atribuído a causa na Ação Civil Pública n° 5062735-09.2023.4.02.5101 referente aos pedidos formulados pelo Ministério Público Federal, autor do processo. A classificação como perda possível ocorre em razão da natureza dos pedidos formulados pelo MPF e considerando o atual estágio do processo, que se encontra em fase de alegações finais e aguarda sentença. **Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pelo Grupo, conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	**2024**	**2025**	**2024**
Depósitos judiciais	1.801	1.626	1.972	1.797
	1.801	1.626	1.972	1.797

21 Patrimônio Líquido: (a) Capital social: O capital social, totalmente subscrito e integralizado em 31/12/2025 é de R$ 69.073 representado por ações ordinárias e ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Em 31/12/2025, o capital social e o quadro acionário da Cia. estavam representados conforme abaixo:

Evolução do Capital Social	Controladora	
Em milhares de Reais	**2025**	**2024**
Capital Social	69.073	69.073
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	53.200	39.900
Ações preferencias	-	13.300
Total ações	53.200	53.200

	2025		
Acionistas	**Capital Integralizado**	**Ações nominativas**	**Participação %**
ITER Participações S. A	69.073	53.200	**100%**
	69.073	**53.200**	**100%**

(b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social. Em 2024 e 2025, não houve a constituição da reserva, uma vez que o limite estabelecido foi atingido no exercício de 2023. **(c) Reserva de Contingência:** Trata-se de reserva de lucros, constituída com a finalidade de absorver os impactos financeiros negativos decorrentes de processos judiciais em que a Cia. figure como ré. **(d) Dividendos:** Estatutariamente, a Cia. deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de JSCP. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

		2025	2024
Lucro do exercício		133.570	137.673
Reserva Legal (i)	5%	-	-
Lucro Líquido ajustado		133.570	137.673
Antecipação de Dividendos (ii)		52.000	94.333
JCP calculados a título de dividendos (iii)		26.750	26.750
Dividendos adicionais propostos		54.820	-

(i) Reserva legal não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido de 20% do capital social, o valor limite de constituição é de R$ 6.481; em 2025 a reserva legal já havia atingido o limite máximo e por isso não foi constituída reserva legal no exercício. (ii) A Cia. efetuou, nos meses de setembro e outubro de 2025, antecipação de dividendos no montante de R$ 52.000. Dessa forma, os dividendos mínimos obrigatórios já foram

Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

pagos ao longo de 2025. (iii) A Cia. deliberou a distribuição de JSCP (JCP) no montante de R$ 26.750. Adicionalmente, em 2025, a Cia. distribuiu o montante de R$ 43.340, referente ao saldo remanescente do exercício de 2024. **(e)Reserva de retenção de lucros:** Nessa reserva, são registrados os valores remanescentes dos lucros do exercício não destinados a outras reservas e que serão destinados em exercício futuros conforme decisão da administração. **22 Receita operacional líquida:** A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquida apresentada nas demonstrações do resultado é a seguinte:

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	316.687	236.496	349.951	263.206
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	(24.027)	(11.918)	(25.325)	(12.048)
Receita operacional líquida	**292.660**	**224.578**	**324.625**	**251.158**

23 Custo dos serviços prestados: O aumento dos custos de serviços prestados de 2024 para 2025 está relacionado com o incremento e os gastos de utilidades e serviços, em virtude principalmente do aumento da visitação ao parque.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Custos com pessoal	19.664	17.168	20.050	19.040
Custos de serviços prestados	21.622	16.104	21.622	16.198
Custos de depreciação e amortização	2.731	3.879	2.743	3.887
Custos gerais e administrativos	5.939	4.721	6.321	4.993
Custos com impostos e taxas	1.953	1.991	1.953	1.991
	51.910	**43.863**	**52.690**	**46.109**

24 Despesas com vendas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas com propaganda e marketing	10.754	6.974	10.761	6.974
Outras despesas com vendas	773	718	773	718
	11.527	**7.692**	**11.535**	**7.692**

No exercício de 2025, houve aumento dessas despesas em função da intensificação das campanhas de marketing voltadas à promoção do parque e busca de maior volume de vendas.

25 Despesas gerais e administrativas	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas com pessoal	40.619	34.588	41.427	35.287
Despesas de serviços prestados	16.377	13.576	16.662	13.866
Despesas com perdas de clientes	800	624	1.064	753
Despesas de depreciação e amortização	4.287	2.382	4.403	2.509
Outras despesas gerais e administrativas	2.938	1.453	3.140	2.326
Despesas com impostos, multas e taxas	786	1.110	806	1.138
Reembolso Taxa Administrativa	(2.630)	-	-	-
	63.177	**53.733**	**67.501**	**55.879**

A taxa administrativa refere-se ao repasse de despesas administrativas incorridas pela CCAPA à PATUR, conforme premissas e critérios estabelecidos em contrato, abrangendo custos relacionados à estrutura administrativa compartilhada. Embora já existente em exercícios anteriores (R$ 631 em 2024), no ano 2025, houve aumento no montante dessa taxa em relação ao exercício anterior, em decorrência do maior volume de despesas alocadas à CCAPA, principalmente aquelas recebidas da ITER por meio de rateio, o que impactou diretamente a base de cálculo utilizada para o repasse à PATUR, razão pela qual o valor passou a ser apresentado de forma destacada.

26 Receitas e despesas financeiras	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receitas Financeiras				
Juros recebidos	380	263	446	268
Variação cambial	8.571	43	8.573	43
Descontos Recebidos	20	58	20	58
Receita com Proteção Financeira	3.730	-	3.730	-
Rendimentos de aplicação financeira	22.635	18.783	28.058	21.457
	35.337	**19.147**	**40.827**	**21.826**
Despesas Financeiras				
Pis sobre receita financeira	212	94	212	94
Cofins sobre receita financeira	1.295	719	1.295	719
Tarifa bancárias	232	92	242	102
Juros fornecedores	42	48	42	56
Juros sobre pagamento de impostos	117	48	126	65
Juros sobre debêntures/Nota Comercial e empréstimos	29.747	19.425	29.747	19.425
Juros sobre arrendamento	96	52	96	52
Amortização custo de transação de debêntures	142	2.947	142	2.947
Despesa variação cambial	9.659	(59)	9.661	(59)
Despesa com Proteção Financeira	9.392	-	9.392	-
IRRF sobre empréstimos	192	166	192	166
Descontos concedidos	85	194	105	212
	51.210	**23.726**	**51.252**	**23.779**
Resultado Financeiro	**(15.874)**	**(4.577)**	**(10.425)**	**(1.952)**

27 Despesa de I.R. e C.S.

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	178.217	138.489	182.708	139.413
Resultado antes do IRPJ e CSLL	178.217	138.489	182.708	139.413
Despesas não dedutíveis	17.541	7.330	17.541	7.330
Exclusões à base de cálculo	(30.925)	(2.084)	(30.925)	(2.084)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(27.812)	(24.119)	-	-
JCP calculados a título de dividendos	26.750	-	26.750	-
Lucro Tributável	163.771	119.616	196.074	144.659
IRPJ	(32.175)	-	(35.471)	(667)
CSLL	(11.968)	-	(13.163)	(249)
Impostos Diferidos	(504)	(816)	(504)	(816)
Total dos impostos sobre o lucro	(44.647)	(816)	(49.138)	(1.732)
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	25,05%	0,59%	26,89%	1,24%

De acordo com o benefício do PERSE, instituído pela Lei nº 14.148/2021, a partir/03/2022 o Grupo passou a apurar os tributos IRPJ, CSLL, PIS e COFINS com alíquota zero, em razão de todas as suas receitas operacionais estarem enquadradas no CNAE 93.21-2-00 – Parques de diversão e parques temáticos, atividade abrangida pelo referido programa. No exercício de 2025, por força de ato da Secretaria da Receita Federal, o Grupo voltou a apurar e recolher os referidos tributos conforme a legislação tributária vigente, aplicando-se as alíquotas regulares (vide nota 1.4(b) supra). **28 Saldos e transações com partes relacionadas:** A CCAPA possui um contrato com a PATUR para cobrança de despesas administrativas. O valor de receita da CCAPA foi de R$ 2.630 (R$ 347 em 2024). No ativo, consta o valor de R$ 3, referente a notas de débito emitidas pela CCAPA às demais empresas do grupo, relacionadas ao compartilhamento de gastos com empresas de administração comum. Adicionalmente, a Cia. mantém transações com partes relacionadas, incluindo a ITER, referentes ao rateio de despesas anuais, conforme previsto em contrato firmado entre as partes. No exercício de 2025, foi reconhecido o montante de R$ 3.927, o qual será liquidado em 2026. Além do rateio, a Cia. possui debêntures com partes relacionadas, com saldo de passivo no valor de R$ 69.993. No exercício, foram reconhecidas despesas financeiras no montante de R$ 11.040, as quais foram integralmente liquidadas em 2025. **29 Seguros:** Em 31/12/2025, a apólice de seguros contra Riscos Operacionais possuía uma cobertura de R$ 207,7 milhões, incluindo danos materiais, alagamentos e inundações, tremor de terra, maremoto e terremoto, além de lucros cessantes. Para Riscos Ambientais cobertura de R$ 37,5 milhões. Para riscos de Responsabilidade Civil de Obras a cobertura contratada possuía limite máximo de garantia de R$ 60 milhões. Para riscos de Responsabilidade Civil de Engenharia a cobertura contratada possuía limite máximo de garantia de R$ 98,1 milhões. Os seguros contratados incluem a C2RIO, DESTINOW, ITER e sua controlada PATUR como cosseguradas, com exceção das apólices de Responsabilidade Civil de Obras e de Engenharia. **30 Eventos Subsequentes: (a) Renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU):** Na data de 13/01/2026, a Cia. obteve a renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU). **(b) Prorrogação da Autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN"):** Na data de 12/02/2026, a CCAPA obteve junto ao IPHAN a prorrogação da autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar e, portanto, estando autorizada a retomar as obras do projeto Tirolesa. Esse evento não altera as condições patrimoniais ou financeiras da Cia. existentes na data de 31/12/2025, mas representa um fato relevante ao confirmar a integridade e a viabilidade do projeto. A administração entende que a divulgação deste evento subsequente contribui para melhor compreensão da situação da Cia., em conformidade com as melhores práticas contábeis aplicáveis. **31 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **31.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **(a) Controladas:** Controlada é a entidade na qual a Cia. detém o controle. A controlada é totalmente consolidada a partir da data em que o controle é transferido para a Cia.. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Cia. deixa de ter o controle. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **(b) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **31.2 Conversão de moeda estrangeira: (a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **(b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **31.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. **31.4 Ativos financeiros: 31.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: . Mensurados ao valor justo por meio do resultado. . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. **31.4.2 Reconhecimento e desreconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **31.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: . Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **31.4.4 *Impairment:*** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **31.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **31.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **31.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **31.7 Arrendamentos:** A Cia. aluga câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos de seis meses a dois anos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber) . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e . quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI e pequenos itens de mobiliário de escritório. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **31.8 Ativos intangíveis: (a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada. As marcas não são amortizadas. **(b) Softwares:** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. **31.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. **31.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **31.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **31.12 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **31.13 I.R. e C.S. corrente e diferido:** As despesas de I.R. e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de I.R. e a C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O I.R. e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O I.R. e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o I.R. e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O I.R. e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **31.14 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **31.15 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **(a) Receita de serviços prestados:** A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **31.16 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **32 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** No exercício corrente, a Cia. adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/2024
Alterações ao CPC 03 / CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Cia. ou sobre as divulgações nestas DFs.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das DFs	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das DFs	01/01/2027
IFRS 19–Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas DFs.	01/01/2027
IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	Estabelece critérios para a contabilização e conversão de transações em moeda estrangeira, determinando como avaliar diferenças cambiais e como apresentar DFs consolidadas quando há operações em moedas diferentes.	01/01/2027
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros. Inclui também regras para provisão por perda esperada e requisitos de hedge accounting.	01/01/2027
IFRS 7 – Divulgações sobre Instrumentos Financeiros	Exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira da Entidade, além de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos associados.	01/01/2027

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise detalhada dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas, incluindo a IFRS 18. Diferentemente de outras normas, a IFRS 18 traz mudanças significativas na apresentação das DFs, com impactos relevantes para todas as empresas, no entanto sem alterações do resultado da Cia.. Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a administração não espera que os impactos da adoção das demais normas e interpretações novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, sejam relevantes para as DFs da Cia.

Diretor Presidente: Sandro Roberto Fernandes; Diretor Vice Presidente de Operações e Vice Presidente de Finanças: Sergio Luiz Gonçalves Andreoli. Contadora: Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - CRC/RJ: 088926/O-3;

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e sua controlada ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e sua controlada em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de DFs no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 22 e 31.15):** A principal fonte de receita do Consolidado advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administração da Cia. e da sua controlada para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos das sua controlada. Verificamos a totalidade das emissões de notas fiscais no exercício. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício e as liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2025 e início de 2026 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às DFs. Os resultados desses procedimentos nos proporcionam evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o reconhecimento dessas receitas no contexto das DFs individuais e consolidadas. **Outras informações que acompanham as DFs individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos obje-

Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar CNPJ: 33.229.410/0001-68

Demonstrações Financeiras encerradas em 31/12/2025 e 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado em contrário)

tivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e sua controlada, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e sua controlada, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 13/02/2026. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/F-5; Cáren Henriete Macohin - Contadora - CRC 1PR038429/O-3 'T' SC

TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A

CNPJ/MF nº 10.938.103/0001-50 - NIRE 33.3.0033445-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os senhores acionistas da **TRANSMISSORA PORTO ALEGRENSE DE ENERGIA S/A**, sociedade anônima, com sede na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, sala 1.801 (parte), Botafogo, CEP 22.250-040, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.938.103/0001-50 ("Companhia"), na forma do art. 13, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada em 30 de abril de 2026, às 15:00h, ***NA MODALIDADE ASSEMBLEIA DIGITAL***, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, sendo considerada realizada na sede da Companhia para os fins legais, com a finalidade de deliberar sobre a seguinte ordem do dia:

(i) examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das Notas Explicativas e do parecer dos Auditores Independentes;
(ii) deliberar sobre a destinação dos resultados apurados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2025;
(iii) Eleger como membros do Conselho de Administração da Companhia: Sr. José Guilherme Cruz Souza, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 835772, expedida pelo SSP/ES, inscrito no CPF/ME sob o nº 003.669.617-05, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia; Sr. Felipe Monteiro Bastos Viveiros de Moura, brasileiro, casado, economista, portador da carteira de identidade nº 28.854.743-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 158.823.107-09, para o cargo de membro de Conselho de Administração da Companhia e Sr. Rodrigo Costa Rocha, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 64842263, inscrito no CPF/ME sob o nº 005.456.317-85, para o cargo de membro do Conselho de Administração da Companhia, todos com o escritório na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Bartolomeu Mitre nº 336, 5º andar, parte, Leblon, CEP 22.431-002; e
(iv) autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários para formalizar e implementar as deliberações eventualmente aprovadas em AGO.

Os documentos pertinentes às matérias que serão deliberadas na AGO, incluindo o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2025, se encontram à disposição dos acionistas na sede da Companhia e em seu endereço eletrônico: https://www.v2ienergia.com/info-financeiras-tpae/ ("Website").

A **ASSEMBLEIA SERÁ REALIZADA *NA MODALIDADE DIGITAL* E A PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS SERÁ APENAS A DISTÂNCIA**, **POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO**, nos termos da Seção VIII, do Capítulo II, do Anexo V, da IN DREI nº 81/2020, mediante utilização da plataforma *Microsoft Teams*, conforme as instruções detalhadas contidas no Website. A fim de viabilizar o acesso à plataforma, os acionistas deverão enviar solicitação à Companhia pelo e-mail bruno.sieiro.ext@v2ienergia.com, com antecedência mínima de 30 minutos antes da realização da AGO (ou seja, até às 14:30 do *horário de Brasília* no dia 30 de abril de 2026), com a documentação comprobatória dos poderes do participante e observados os procedimentos detalhados no Website. A Companhia enviará as respectivas instruções para acesso ao sistema eletrônico de participação na AGO aos acionistas que tenham apresentado sua solicitação no prazo e nas condições acima.

Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026.
José Guilherme Cruz Souza
Presidente do Conselho de Administração

MONTE PASCOAL HOLDING S.A.

CNPJ/ME 44.103.111/0001-07 - NIRE 33.3.0034079-3

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE ABRIL DE 2026

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada em 07 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da Monte Pascoal Holding S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **2. MESA:** Sra. Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca como Presidente e Bruno Miguel Sieiro Ferreira como Secretário. **PRESENÇA:** Acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. CONVOCAÇÃO:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 124, §4º da Lei nº 6.404/76, em virtude da presença da acionista representando 100% (cem por cento) do capital social votante da Companhia. **4. ORDEM DO DIA:** (i) Exame, discussão e aprovação das contas da administração, do balanço patrimonial, das demonstrações financeiras, do parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, conforme publicado no Jornal Diário do Acionista, na edição digital de 02 de abril de 2026 e na impressa de 02 de abril de 2026, páginas 5 e 8 e (ii) destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **5. DELIBERAÇÕES:** Após discutir e analisar os temas propostos na ordem do dia e documentos correlatos, os acionistas, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram: (i) Aprovar as contas da Administração, o balanço patrimonial, as demonstrações financeiras, o parecer dos auditores independentes e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, constantes do Anexo I desta ata. (ii) Tendo a Companhia apresentado lucro líquido no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025 no montante de R$ 42.922.561,12 (quarenta e dois milhões novecentos e vinte e dois mil cento quinhentos e sessenta e um reais e doze centavos), aprovar a destinação de (a) R$ 2.146.128,06 (dois milhões cento e quarenta e seis mil cento e vinte e oito reais e seis centavos) à reserva legal, conforme o disposto no art. 193 da Lei nº 6.404/76 e no inciso I do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia; (b) R$ 20.142.379,51 (vinte milhões cento e quarenta e dois mil trezentos e setenta e nove reais e cinquenta e um centavos) ao pagamento de dividendos prioritários ao Acionista Preferencial, consoante disposto no inciso II do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, pagos ao longo do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025; (c) R$ 5.158.513,39 (seis milhões cento e cinquenta e oito mil quinhentos e treze reais e trinta e nove centavos) à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios ao Acionista Ordinarista, consoante disposto no inciso III do parágrafo 3º do artigo Décimo Sétimo do Estatuto da Companhia, a serem pagos até dia 31/12/2026 e (d) R$ 15.475.540,17 (quinze milhões quatrocentos e sessenta e cinco mil setecentos e treze reais e dezessete centavos) à constituição de reserva de retenção de lucros. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração das deliberações desta Assembleia, incluindo os registros públicos e societários e as correspondentes anotações nos livros sociais. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois da lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca (Presidente) e Bruno Miguel Sieiro Ferreira (Secretário). Acionista: V2I Energia S.A., representando o quórum necessário para as deliberações tomadas. A presente é cópia fiel do original lavrado em livro. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca -** *Presidente da Mesa,* **Bruno Miguel Sieiro Ferreira -** *Secretário*. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007727822, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 1 - GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.

CNPJ/MF Nº 11.643.458/0001-85 - NIRE 33.3.0034028-9

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de abril de 2026, às 11:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 1 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007728899, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

SANTA ÁDRIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 16.668.829/0001-05

Relatório de Administração: Srs. Acionistas: Em cumprimento ás determinações legais e estatutárias, submetemos ao exame e apreciaçãode V.Sas, O Balanço Patrimonial acompanhado das Demonstrações Contábeis, referente ao exercício social encerrado em 31/12/25, substanciada pelo parecer dos Auditores Independentes. A Diretoria

Balanço Patrimonial em 31/12/2025 e 2024 - (Em MR$)

ATIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante	**11.936**	**8.114**	**6.372.128**	**5.268.751**
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.310	4.769	322.355	77.728
Contas a receber	-	-	1.689.230	1.246.648
Estoques	-	-	4.113.358	3.724.843
Tributos a Recuperar	1.174	1.078	189.334	95.003
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a receber	4.452	2.267	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	-	-	13.362	12.036
Iinstrumentos Financeiros	-	-	-	69.550
Outros Créditos	-	-	44.489	42.943
Ativo não circulante	**136.528**	**134.377**	**3.472.036**	**3.679.436**
Depósitos judiciais	-	-	34.514	59.931
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido	-	-	280.519	210.276
Imposto a recuperar	-	-	221.387	312.655
Instrumentos financeiros	-	-	11.432	24.219
Outros créditos	-	-	1.212	312
Investimentos	84.875	82.724	-	-
Imobilizado	-	-	855.213	881.347
Intangível	-	-	328.426	341.650
Ativo de Direito de uso	-	-	1.687.680	1.797.393
Ágio	51.653	51.653	51.653	51.653
Total do Ativo	**148.464**	**142.491**	**9.844.164**	**8.948.187**

PASSIVO	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante	**30.998**	**26.368**	**4.751.312**	**4.136.454**
Fornecedores	-	-	3.178.881	2.621.032
Empréstimos e financiamentos	-	-	389.118	448.041
Salários e encargos sociais	-	-	303.133	278.801
Imposto de Renda e Contribuição Social	-	-	79.581	815
Impostos e contribuições a recolher	198	69	99.540	96.097
Impostos e contribuições - parcelamento	-	-	11.687	10.672
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio	30.800	26.299	138.024	75.533
Arrendamento por direito de uso	-	-	485.222	575.469
Instrumentos Financeiros	-	-	51.772	-
Outras contas a pagar	-	-	14.354	29.994
Não Circulante	**-**	**-**	**2.700.616**	**2.476.556**
Empréstimos e financiamentos	-	-	817.906	701.156
Instrumentos Financeiros	-	-	7.345	-
Passivo de Arrendamento	-	-	1.568.286	1.511.112
Impostos e contribuições - parcelamento	-	-	16.907	27.344
Provisão p/ riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	290.172	231.183
Outras contas a pagar	-	-	-	5.761
Patrimônio líquido	**117.466**	**116.123**	**2.392.236**	**2.335.177**
Capital social	78.034	78.034	78.034	78.034
Reserva legal	2.916	2.602	2.916	2.602
Reserva de Retenção de Lucros	36.516	35.487	36.516	35.487
Dos Acionistas controladores	**117.466**	**116.123**	**117.466**	**116.123**
Participação de não controladores	**-**	**-**	**2.274.770**	**2.219.054**
Total do Passivo	**148.464**	**142.491**	**9.844.164**	**8.948.187**

Demonstração de Resultado - Em 31/12/25 e 2024 (Em MR$)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita Operacional Líquida	-	-	17.122.703	15.516.357
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-	(11.766.246)	(10.767.741)
Lucro Bruto	-	-	**5.356.457**	**4.748.616**
Despesas e Receitas Operacionais				
Vendas	-	-	(3.849.721)	(3.570.638)
Gerais e Administrativas	(630)	(426)	(652.016)	(466.123)
Equivalência Patrimonial	6.192	4.853	-	-
Outras (despesas) receitas operacionais líquidas	-	-	71.072	(16.032)
Total Despesas Operacionais	**5.562**	**4.427**	**(4.430.665)**	**(4.052.793)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro	**5.562**	**4.427**	**925.792**	**695.823**

Resultado Financeiro	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Despesas Financeiras	-	-	(1.079.561)	(812.760)
Receitas Financeiras	778	547	333.976	279.449
Total Resultado Financeiro	**778**	**547**	**(745.585)**	**(533.311)**
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.340**	**4.974**	**180.207**	**162.512**
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntres	(25)	-	(79.155)	(41.020)
Diferido	-	-	70.243	12.867
Lucro líquido do exercício	**6.315**	**4.974**	**171.295**	**134.359**
Atribuíveis aos acionistas controladores	-	-	6.316	4.974
Atribuíveis aos acionistas não controladores	-	-	164.979	129.385
Lucro por ação	**0,08**	**0,06**	**-**	**-**

Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido - Em 31 de dezembro 2025 e 2024 (Em MR$)

Movimentações	Capital Social	Reserva Legal	Retenção de Lucro	Total de Reservas	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido Controladora	Participação não Controladores	Total
Saldo final em 31/12/23	**78.034**	**2.354**	**33.367**	**35.721**	**-**	**113.754**	**2.058.218**	**2.171.972**
Lucro Líquido					4.974	4.974	129.386	134.360
Efeito reflexo de ajuste em controlada							1.940	1.940
Aumento de Capital							105.596	105.596
Dividendos							(6.573)	(6.573)
Destinações Propostas:								
Reserva Legal		249		249	(249)	-		
Retenção de Lucro			4.725	4.725	(4.725)	-		
Juros sobre o capital próprio			(2.605)	(2.605)		(2.605)	(69.513)	(72.118)
Saldo final em 31/12/24	**78.034**	**2.603**	**35.487**	**38.090**	**-**	**116.123**	**2.219.054**	**2.335.177**
Lucro Líquido					6.315	6.315	164.979	171.294
Efeito reflexo de ajuste		(2)	(18)	(20)		(20)		(20)
Aumento de Capital							34.928	34.928
Dividendos							(12.208)	(12.208)
Destinações Propostas:								
Reserva Legal		316		316	(316)	-		
Retenção de Lucro			5.999	5.999	(5.999)	-		
Juros sobre o capital próprio			(4.952)	(4.952)		(4.952)	(131.983)	(136.935)
Saldo final em 31/12/25	**78.034**	**2.917**	**36.516**	**39.433**	**-**	**117.466**	**2.274.770**	**2.392.236**

Diretoria: Bruno Barata Adler - Diretor; Myrian Helena Barata - Diretora; Robson Carvalho dos Santos - Contador - CRC-RJ 083929-O2

As Demonstrações Contábeis completas para os em 31/12/2025 e 2024 se encontram a disposição dos acionistas na sede social da Companhia

Demonstração do Fluxo de Caixa - Em 31/12/25 e 2024 (Em MR$)

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**6.340**	**4.974**	**180.207**	**162.512**
Ajustes para reconciliar o lucro liquido com o caixa gerado pelas atividades Operacionais				
Efeito reflexo de ajuste	(20)	-	-	-
Depreciação e amortização	-	-	758.868	723.443
(Reversão) perdas por redução no valor recuperável do ativo imobilizado	-	-	398	(5.227)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	-	822	332
Resultado de venda de ativo imobilizado e baixa de Intangível	-	-	23.122	26.954
Provisão para giro lento do estoque	-	-	(77)	(6.204)
Provisão (Reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	-	-	174.376	79.003
Atualização monetária de arrendamento	-	-	295.888	249.444
Encargos financeiros sobre financiamento	-	-	89.519	210.087
Atualização Monetaria de Tributos	-	-	(3.204)	(2.870)
Encargos financeiros sobre parcelamento	-	-	(25.365)	2.564
Imposto de Renda e Contribuição Social	(25)	-	8.887	28.153
Aumento Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a receber	(2.185)	(6.119)	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	-	3.909	10.331
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) redução em contas a receber	-	-	(378.139)	(981)
Redução em impostos a recuperar	(96)	71	83.794	(77.727)
Redução em salários, provisões e contribuições sociais	-	-	24.332	36.608
Parcelamento de tributos	-	-	(10.540)	(8.724)
Estoques	-	-	(405.444)	(651.201)
Depósitos judiciais	-	-	28.621	2.470
Aumento Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio a pagar	4.501	2.163	-	-
Fornecedores	-	-	567.138	633.342
Outros Créditos	-	-	(2.446)	(2.879)
Valor Justo de SWAP	-	-	136.830	(93.770)
Variação Cambial s/Empréstimos e Financiamentos	-	-	(76.548)	(23.634)
Riscos tributários,cíveis e trabalhistas pagos	-	-	(115.387)	(50.144)
Aumento (redução) de impostos, taxas e contribuições diversas	129	(40)	(5.489)	13.358
Outras contas a pagar	-	-	(21.402)	(161.275)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-	-	(69.042)	(51.448)
Caixa (aplicado) gerado (nas) pelas atividades operacionais	**8.644**	**1.049**	**1.263.628**	**1.042.517**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa e equivalência de caixa recebidos na integralização de capital com investimento em controladas				
Aquisições de ativo imobilizado	-	-	(284.748)	(379.435)
Direito de Uso Cessão de Ponto	-	-	(5.178)	-
Investimento em coligada	(2.151)	2.044	-	-
Caixa (aplicado) gerado (nas) pelas atividades de investimento	**(2.151)**	**2.044**	**(289.926)**	**(379.435)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de financiamentos	-	-	(365.349)	(326.928)
Juros Pagos	-	-	(104.795)	(115.777)
Empréstimos obtidos	-	-	515.000	385.000
Juros sobre o capital próprio pagos	(4.952)	(2.605)	(38.354)	(14.747)
Juros Sobre Parcelamento de impostos	-	-	(1.768)	(2.208)
Pagamentos de passivo de arrendamento	-	-	(368.010)	(325.522)
Juros Pagos sobre arrendamentos	-	-	(295.888)	(249.444)
Pagamento de taxas por antecipação de recebiveis	-	-	(69.911)	(29.312)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas (nas) atividades de financiamento	**(4.952)**	**(2.605)**	**(729.075)**	**(678.938)**
(Redução) aum. no caixa e equiv. de caixa	**1.541**	**488**	**244.627**	**(15.856)**
Caixa e equivalentes no início do período	4.769	4.281	77.728	93.584
Caixa e equivalentes no final do período	6.310	4.769	322.355	77.728
(Redução) aumento no caixa e equivalente de caixa	**1.541**	**488**	**244.627**	**(15.856)**

Diário do Acionista
publicidade@diariodoacionista.com.br
Tel.: (21) 99122-4278
Tel.: (11) 2655-1899

ITER Participações S.A.

CNPJ 43.697.470/0001-69

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório das principais atividades no exercício findo em 31/12/25, em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis aceitas no Brasil, a qual consideramos importantes para divulgar o desempenho. **Mensagem da Administração:** Somos movidos pela paixão por viajar, descobrir e viver novas experiências. Para o Grupo Iter, o turismo vai muito além de visitar lugares, ele conecta pessoas, desperta emoções e cria memórias que permanecem por toda a vida. É esse espírito de descoberta que orienta nossa trajetória e inspira cada projeto que desenvolvemos. Fundada em 2022, a Iter é uma holding genuinamente brasileira que reúne em seu portfólio alguns dos mais emblemáticos destinos turísticos do país, como o Parque Bondinho Pão de Açúcar, no RJ, e o Parque do Caracol, em Canela, na Serra Gaúcha — lugares que fazem parte da memória afetiva de gerações de brasileiros e encantam visitantes de todo o mundo. Em cada um de nossos ativos, buscamos proporcionar experiências que conectem pessoas à natureza, à cultura e à história do Brasil. Construímos, assim, um ecossistema de atrações que encanta crianças, jovens e adultos, criando lembranças inesquecíveis e fortalecendo o turismo como uma ponte entre destinos e emoções. Nosso compromisso é contribuir para a transformação do turismo brasileiro, oferecendo hospitalidade genuína, valorizando a diversidade cultural do país e operando de forma cada vez mais sustentável e eficiente. Para isso, investimos continuamente em inovação, colaboração e excelência operacional, sempre guiados pelo propósito de encantar pessoas e valorizar os destinos que ajudam a contar a história do Brasil. **Marcas do Grupo Parque Bondinho Pão de Açúcar**: Transporta pessoas para um mundo de encantamento, lazer, entretenimento, gerando experiências sustentáveis inesquecíveis e, principalmente, felizes. **Parque do Caracol**: Um presente da Serra Gaúcha, um local de turismo sustentável, com cachoeiras, trilhas e diversas atividades localizado no município de Canela – Rs. **Parque Estadual do Tainhas**: Uma Unidade de Conservação situada no Sul do país, entre os municípios de Jaquirana, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, uma região de natureza rústica e intocada. **C2Rio**: Uma das maiores operadoras de turismo receptivo do RJ, com tours em português, inglês e espanhol, para brasileiros e estrangeiros de todas as idades. **Sustentabilidade:** As responsabilidades ambientais, sociais e de governança (ASG) estão integradas às ações do Grupo Iter. Como reflexo desse compromisso, a operação do Parque Bondinho é certificada pelos padrões globais do Sistema B, possuímos o selo Great Place to Work (GPTW), que reconhece a empresa como um excelente ambiente de trabalho, e somos signatários do Pacto Global da ONU. No eixo ambiental, adotamos diretrizes internas e metas relacionadas à preservação ambiental, investindo em projetos de reflorestamento e conservação de áreas verdes, neutralização de gases de efeito estufa, educação ambiental e gestão de resíduos em nossas operações. No âmbito social, conduzimos projetos internos voltados ao bem-estar, desenvolvimento, capacitação, diversidade e inclusão, bem como à promoção da saúde de nossos colaboradores. Em 2025, realizamos ainda o Censo de Diversidade do Grupo Iter, instrumento que fortalece a compreensão sobre o perfil de nossos colaboradores e subsidia a evolução contínua das políticas de inclusão e equidade, cujos principais indicadores são apresentados a seguir. Externamente, mantemos monitoramento e escuta ativa de nossas partes interessadas por meio de canais de comunicação e indicadores específicos, buscando gerar impacto positivo nas comunidades do entorno por meio de ações conjuntas e investimentos diretos e indiretos. Entre as iniciativas de inclusão, destaca-se também a distribuição do Colar do Girassol — símbolo de apoio a pessoas com deficiências não visíveis — no Parque Bondinho e no Parque do Caracol, em Canela (RS). No pilar de governança, o Grupo Iter vem evoluindo de forma consistente ao longo dos anos e atualmente conta com rotinas estruturadas de compliance, incluindo canal de denúncias independente, auditorias internas e externas, emissão de relatório de sustentabilidade, avaliação de riscos estratégicos e atuação de comitês de assessoramento, como os de ética, auditoria, segurança e privacidade de dados e sustentabilidade, entre outros. Como parte do fortalecimento de sua agenda de diversidade e inclusão, o Censo de Diversidade realizado em 2025 identificou a seguinte composição do quadro de colaboradores do Grupo Iter: • 48% de pretos, amarelos e indígenas; • 46% de mulheres; • 13% de LGBTQIAPN+. • 5% de pessoas acima de 50 anos; • 2% de PCDs. **Comentários de Desempenho consolidado relativos ao ano de 2025:** Em 2025, os parques do Grupo Iter receberam aproximadamente 2,3 mm de visitantes, sendo 2,1 mm no Bondinho e 0,2 mm no Parque do Caracol., A receita total do grupo foi de R$ 370 milhões, sendo a receita de bilheteria a principal fonte de faturamento do Grupo e representando 87% do total no período. A estrutura de custos do Grupo Iter está totalmente associada à operação dos parques, com destaque para despesas com pessoal, prestadores de serviços operacionais, marketing e outorgas de concessão. No resultado financeiro, observa-se um saldo negativo de juros sobre empréstimos no montante de R$ 49 milhões, decorrente das captações realizadas com o objetivo de suportar o pipeline de investimentos da Cia., alinhado à sua estratégia de crescimento e expansão de LP. **Demais eventos ocorridos em 2025: a) Captação de empréstimos:** Em 14/11/25, a ITER contratou um novo empréstimo relativo à Resolução 4.131 junto ao Banco Itaú no montante de R$ 100 milhões pelo prazo de cinco anos, com fluxo trimestral para pagamento de principal e juros e carência de dois anos para o pagamento de principal. Em conjunto com o empréstimo, foi contratado com a instituição financeira um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI + 1,50% ao ano, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. **b) Emissão de debêntures com partes relacionadas:** Em 06/10/25, a NCT realizou sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única para colocação privada no valor de R$ 35 milhões, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela ITER, possibilitando o repasse à NCT de recursos destinados à gestão ordinária de seus negócios e ao reforço de seu caixa para investimentos futuros nos Parques Caracol e Tainhas. As novas debêntures emitidas possuem prazo de vencimento de 10 anos, remuneração de CDI + 2,30% ao ano e pagamento de principal e remuneração apenas em sua data de vencimento, sem prejuízo de pagamentos em decorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstosno respectivo contrato. **c) Reforma Tributária** ("Reforma"): A Reforma Tributária sobre o consumo prevê a substituição de PIS, COFINS, ICMS e ISS pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), além da criação do Imposto Seletivo (IS) e da redução do campo de incidência do IPI. A implementação ocorrerá de forma gradual a partir de 2027, com transição completa até 2033, não havendo impactos nas DFs de 2024 e 2025. Em 2025, a Cia. iniciou análise técnica dos impactos potenciais dos novos tributos sobre suas operações, contando com consultoria especializada para avaliação dos efeitos fiscais, contábeis e operacionais e para apoiar o planejamento tributário diante do novo ambiente regulatório. Paralelamente, estão em andamento adequações no sistema ERP, com suporte de consultoria especializada, visando assegurar conformidade nos processos de emissão e recebimento de documentos fiscais a partir de 2026. **d) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O PERSE, instituído pela Lei 14.148/21 para mitigar os impactos da pandemia no setor de eventos, concedeu alíquota zero de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS às empresas habilitadas. Em 2024, alterações legais limitaram o programa e resultaram em sua descontinuidade. Até dezembro de 2024, as controladas CCAPA, PATUR, C2Rio e Destinow usufruíam do benefício. A partir de 2025, a alíquota zero de IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à CCAPA, em razão do enquadramento no Lucro Real, e os benefícios relativos a PIS e COFINS foram extintos para todas as controladas a partir/04/25, ocasionando impacto nos resultados pela retomada da tributação integral. Diante do encerramento do programa, o grupo segue acompanhando os desdobramentos legais e adotou medidas judiciais para resguardar seus direitos. Em ação proposta pela CCAPA, foi concedida decisão parcialmente favorável, assegurando, com base no princípio da anterioridade tributária, a manutenção da alíquota zero de PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025 e de IRPJ até janeiro de 2026, além do direito à compensação de valores recolhidos indevidamente, após o trânsito em julgado, estando o processo atualmente em fase recursal. A controlada PATUR também ajuizou mandado de segurança visando à manutenção do benefício, porém a liminar foi indeferida, permanecendo o processo em tramitação e aguardando decisão de mérito. RJ, 13/02/26 A Diretoria.

Balanços patrimoniais Em 31 de dezembro Em MR$	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo		598.779	487.251	757.777	631.292
Circulante		100.792	49.540	345.346	290.156
Caixa e equivalentes de caixa	6	77.805	10.419	288.300	242.851
Aplicações financeiras restritas	7	-	-	6.829	5.245
Contas a receber	8	120	-	33.203	22.626
Estoques		-	-	1.914	1.549
Despesas Antecipadas	9	651	607	2.382	1.896
Tributos a recuperar	10	5.186	1.659	6.493	5.761
Adiantamento a fornecedores	11	40	747	1.539	4.496
Instrumentos financeiros derivativos	20	3.659	-	4.624	5.445
Partes Relacionadas - Ativo	12	4.142	35.913	-	-
Outros ativos circulantes		9.189	195	60	287
Não Circulante		497.987	437.711	412.431	341.135
Realizável a LP					
Tributos Diferidos	13	-	-	34.887	21.934
Tributos a recuperar	10	635	871	1.963	5.031
Despesas Antecipadas	9	-	-	14.648	13.867
Partes Relacionadas	12	289.001	225.262	-	-
Depósitos judiciais	24	-	-	1.972	1.799
Outros Ativos		-	1.825	36	1.861
Aplicações financeiras	7	269	268	269	2.568
Investimentos	4	183.473	190.110	4.711	-
Ativo de Direito de Uso	14	1.389	2.028	4.197	2.839
Imobilizado	16	16.111	12.063	146.601	135.433
Intangível	15	7.109	5.284	203.147	155.803
Passivo e Patrimônio Líquido		598.779	487.252	757.777	631.292
Circulante		85.870	30.456	175.345	83.831
Fornecedores	17	1.756	1.654	12.784	9.745
Salários e encargos a pagar	18	8.916	7.684	16.297	13.159
Tributos a recolher	19	2.778	1.398	19.756	4.349
Empréstimos e Financiamentos	20	2.163	2.397	18.941	24.241
Debêntures/Nota comercial	21	-	107	12.523	6.374
Passivo de arrendamento	14	778	1.119	2.455	1.639
Dividendos e participações a pagar	22	68.473	10.550	79.463	19.727
Receita Diferida	23	-	-	6.670	2.340
Partes Relacionadas	12	-	5.428	-	-
Outros passivos circulantes		1.007	118	6.457	2.257
Não Circulante		314.623	208.109	412.056	326.117
Tributos em discussão judicial		-	-	737	737
Passivo de arrendamento	14	840	1.111	2.055	1.446
Empréstimos e Financiamentos	20	108.947	3.934	159.767	56.770
Debêntures/Nota comercial	21	198.769	198.299	229.656	241.538
Tributos Diferidos	13	2.092	2.092	2.092	2.092
Provisão encargos acessórios		-	-	5.901	3.486
Provisão para perda de investimentos	4	3.976	2.673	-	-
Provisão para contingências	24	-	-	821	1.656
Participações a pagar	22	-	-	10.990	18.355
Comodato - Passivo		-	-	36	36
Total do passivo		400.493	238.563	587.401	409.947
Patrimônio líquido	25	198.286	248.688	170.376	221.345
Capital social		137.206	137.206	137.206	137.206
Reserva de capital		57.809	60.595	57.809	60.595
Reserva legal		3.270	3.270	3.270	3.270
Reserva de Lucros		-	46.934	-	46.934
Reserva de contingência		-	983	-	983
Outros Resultados Abrangentes		-	(300)	-	(300)
		198.286	248.688	198.286	248.688
Participação dos não controladores		-	-	(27.910)	(27.343)

Demonstração das mutações no patrimônio Em 31 de dezembro Em MR$

(Em MR$)	Capital social	Reserva Capital	Reserva Legal	Para contingências	Reserva de retenção	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total	Participação dos não Controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31/12/23	137.206	68.148	3.270	983	63.867	-	-	273.474	24.208	297.682
Dividendos distribuídos 2023	-	-	-	-	(63.867)	-	-	(63.867)	(32.748)	(96.615)
Incorporação de Empresa	-	(4.890)	-	-	-	-	-	(4.890)	-	(4.890)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	100.679	-	100.679	(7.104)	93.575
Outras Movimentações		(2.663)			2.663			-	-	-
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-	-	-	-	(300)	(300)	-	(300)
Reserva Legal não constituída	-	-	-	-	-	-		-		-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	(56.408)	-	(56.408)	(11.699)	(68.107)
Retenção de lucros	-	-	-	-	44.271	(44.271)		-	-	-
Saldos em 31/12/24	137.206	60.595	3.270	983	46.934	-	(300)	248.688	(27.343)	221.345
Dividendos distribuídos 2024	-	-	-	-	(46.934)	-	-	(46.934)	-	(46.934)
Reversão da Reserva de Contingências	-	-	-	(983)	-	-	-	(983)	-	(983)
Outras movimentações	-	(2.785)	-	-	-	-	-	(2.785)	-	(2.785)
Outros Resultados Abrangentes		-	-	-	-	-	300	300-	-	300
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.473	-	68.473	(567)	67.906
Retenção de Lucros	-	-	-	-	68.473	(68.473)	-	-	-	-
Dividendos a pagar	-	-	-	-	(68.473)	-	-	(68.473)	-	(68.473)
Saldos em 31/12/25	137.206	57.809	3.270	-	-	-	-	198.286	(27.910)	170.376

Demonstração do resultado do exercício Em 31 de dezembro Em MR$	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita operacional líquida	26	-	-	343.017	264.940
Custo dos serviços prestados	27	-	-	(67.788)	(57.752)
Lucro bruto		-	-	275.229	207.188
Despesas com vendas	28	(3.462)	(1.864)	(17.737)	(11.705)
Despesas gerais e administrativas	29	(29.003)	(24.658)	(113.487)	(101.462)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(27)	1.550	526	1.420
Resultado de equivalência patrimonial	4	99.237	122.019	-	-
Lucro operacional		66.745	97.046	144.532	95.440
Receitas financeiras		51.153	10.641	56.755	28.586
Despesas financeiras		(49.426)	(8.221)	(96.910)	(50.760)
Resultado financeiro	30	1.728	2.420	(40.155)	(22.174)
Lucro antes dos impostos		68.473	99.467	104.377	73.265
IR e C.S. corrente	31	-	1.212	(49.424)	201
IR e C.S. diferido	31	-	-	12.953	20.108
Lucro líquido do exercício		68.473	100.679	67.906	93.575
Atribuível aos acionistas da Cia.				68.473	100.679
Participação dos não controladores				(567)	(7.104)
				67.906	93.575

Demonstração do resultado abrangente Em 31 de dezembro

Em MR$	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	68.473	100.679	67.906	93.575
Outros resultados abrangentes	300	(300)	300	(300)
Resultado abrangente total	68.773	100.379	68.206	93.275

Demonstração dos fluxos de caixa Em 31 de dezembro Em MR$

Fluxo de caixa das atividades operacionais	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro do exercício	68.473	100.679	67.906	93.575
Ajustes por:Depreciação e amortização	2.249	2.725	15.688	14.839
Equivalência Patrimonial em Controladas	(99.237)	(122.019)	-	-
(Ganhos)/perdas com valor justo de instrumentos financeiros derivativos	(3.116)	(300)	6.992	(1.713)
Arrendamentos	956	(1.670)	2.304	(1.212)
Juros arrendamentos	-	202	-	281
Amortização de custo de transação de debêntures	252	-	252	-
IR e CSLL	-	-	49.424	-
Imposto Diferido	-	-	(12.953)	(20.108)
Baixa de ativos imobilizado/intangível/Direito de uso	6	(4.185)	743	(1.137)
Provisão para contingências	(106)	-	833	446
Perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	-	-	689	(1.932)
Variação cambial empréstimo	4.570	(97)	5.909	1.425
Juros sobre debêntures	(7.188)	5.961	31.309	11.783
Juros sobre empréstimos	2.293	686	17.721	5.881
Variações nos ativos e passivos	(30.849)	(18.018)	186.817	102.128
(Aumento)/Redução em contas a receber	(120)	-	(10.577)	(510)
(Aumento)/Redução em Estoque	-	-	(365)	(158)
(Aumento)/Redução em tributos a Recuperar	(3.291)	122	2.337	(1.028)
(Aum.)/Red. em Adiantamento a fornecedores	707	(397)	2.956	927
(Aumento)/Redução IR/CSLL Diferidos	-	-	(12.953)	-
(Aumento)/Redução em Despesas Antecipadas	(44)	(234)	(1.267)	254
(Aum.)/Redução em outros ativos circulantes	(8.994)	(10)	227	(1.481)
(Aumento)/Redução em Depósitos judiciais	-	-	(173)	(386)
(Aumento)/Redução em Partes Relacionadas	6236	(28.379)	-	31
(Aumento)/Redução em Aplicações Financeiras	(1)	(2)	(1.584)	(478)
(Aumento)/Redução em Arrendamento	27	-	68	-
Aum./(Red.) em Dividendos e participações	(10.550)	(10.000)	(16.103)	17.532
Aumento/(Redução) em fornecedores	102	631	3.039	2.637
Aumento/(Redução) em Salários e férias a pagar	1.231	1.911	3.138	1.490
Aumento/(Redução) em tributos a recolher	1.380	(1.036)	15.407	(2.519)
Aumento/(Redução) em Endividamentos	363	-	(5.733)	-
Aumento/(Redução) em outros passivos	889	(165)	4.200	(1.300)
Aumento/(Redução) em receita diferida	-	-	4.329	2.065
Aumento/(Redução) em encargos acessórios	-	-	2.415	1.550
Aumento/(Redução) em tributos em discussão judicial	-	-	-	2
Aumento/(Redução) com valor Justo de instrumentos Financeiros derivativos	(3.659)	-	821	-
Caixa líq. gerado das ativ. operacionais	(46.573)	(55.577)	177.000	120.756
Juros de empréstimos pagos	(533)	-	(6.797)	-
Juros de Nota Comercial/Debêntures pagos	(31.164)	-	(37.690)	(2.799)
Dividendos e JCP de controlada recebidos	108.939	229.727	-	
IR e CSSL Pagos	-	-	(30.392)	-
Caixa líq. gerado das ativ. operacionais	77.242	229.727	(74.882)	117.957
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Adições de ativo imobilizado	(5.480)	(4.157)	(21.177)	(19.690)
Adições de intangível	(3.377)	(1.499)	(57.954)	(8.716)
Aquisição participação societária	(4.711)	(18.450)	(4.711)	(18.450)
Aporte para controladas	(12.986)	(12.437)	-	-
Contrato de mútuo	(1.060)	-	-	-
Caixa líq. usado nas ativ.de investimento	(27.614)	(36.543)	(83.842)	(46.856)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Captação de empréstimos	100.000	-	100.000	50.000
Amortização de empréstimo e financiamentos	(1.787)	(1.514)	(19.646)	(12.127)
Dividendos e participações pagos	(46.934)	(120.274)	(46.934)	(120.274)
Dividendos pagos a acionistas não controladores	-	-	-	(30.877)
Captação de debêntures	-	200.000	-	250.000
Amortização de debêntures	-	(5.854)	(6.250)	(210.543)
Custo de transação debêntures	-	(1.701)	-	(5.359)
Partes Relacionadas	13.053	(219.463)	-	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento	64.332	(148.806)	27.170	(79.180)
(Redução)/ Aumento do caixa e equivalentes de caixa no exercício	67.386	(11.198)	45.448	(8.078)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	10.419	21.617	242.851	250.928
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	77.805	10.419	288.300	242.851

Notas explicativas da administração às DFs em 31 de dezembro Em MR$, exceto quando indicado de outra forma

1.1 Contexto operacional: A Iter Participações S.A. ("ITER" ou "Cia."), S.A. de capital fechado sediada na Praia de Botafogo, nº 501, sala 702, Bl. I, Botafogo, RJ – RJ, Brasil, foi constituída em 21/09/21. A Cia. tem por objeto social a participação em outras sociedades simples ou empresariais, na qualidade de sócia, acionista ou quotista, sob qualquer forma jurídica admitida, bem como a representação de sociedades nacionais ou estrangeiras. A ITER atua como holding operacional e é a controladora da Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. ("CCAPA"), responsável pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar, um dos principais atrativos turísticos do Brasil. A CCAPA, por sua vez, possui como subsidiária integral a Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos S.A. ("PATUR"), dedicada à prestação de serviços complementares de turismo, entretenimento e mídia. A ITER é também controladora indireta (por meio, respectivamente, das subsidiárias direta e indireta Iter Parques Participações Ltda. e Iter Parques Caracol Ltda.) da Novo Caracol e Tainhas S.A. ("NCT"). A NCT foi constituída em 11/10/22, com o objetivo específico de executar e explorar a concessão de uso das áreas, atrativos e instalações dos Parques Estaduais do Caracol e do Tainhas, situados no Estado do Rio Grande do Sul, conforme leilão realizado pelo Governo do Estado em 11/08/22. Em julho de 2024, a ITER adquiriu 100% do controle da NCT, passando a consolidar integralmente suas operações e reforçando sua posição como operadora relevante no setor de parques naturais concessionados contribuindo para a ampliação da presença do Grupo nos segmentos de turismo sustentável e conservação ambiental. Assim, a ITER detém participações societárias nas seguintes pessoas jurídicas, as quais, conjuntamente com suas respectivas controladas, integram o Grupo ITER ("Grupo"): • Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar S.A. ("CCAPA"), responsável pela operação do Parque Bondinho Pão de Açúcar, com controle de 100% pela ITER; • Iter Administradora Ltda. ("Iter Adm") – responsável por atividades administrativas e operacionais do Grupo, com controle de 100% pela ITER; • C2Rio Viagens e Turismo Ltda. ("C2Rio") – uma das maiores empresas de receptivo turístico do RJ, focada em experiências personalizadas. A ITER detém 70% de participação; • Destinow Viagens e Turismo S.A. ("Destinow") – agência de viagens on-line com plataforma e tecnologia proprietárias. A ITER possui 90% de participação. • Global Gondola Partners Holdings B. V. - negócio global de turismo experiencial na indústria de turismo de gondolas, bondes, teleféricos e funiculares, na qual a ITER possui participação de 30%. • Iter Fotografia Ltda. ("Iter Foto") – responsável por serviços de fotografia, com controle de 100% pela ITER; Essa estrutura diversificada permite ao Grupo ITER ampliar sua atuação nos setores de turismo, entretenimento e tecnologia, capturando sinergias operacionais e fortalecendo sua competitividade no mercado. A ITER é controlada pela G3LC Holding Ltda., conforme detalhado na Nota 25. A emissão dessas DFs foi autorizada pela administração da Cia. em 13/02/26. **1.2 Base de preparação:** As DFs foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das DFs, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na condução da gestão da Cia. As políticas contábeis relevantes aplicadas na preparação destas DFs estão sumariadas na Nota 34. As DFs foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros, inclusive instrumentos derivativos, que são mensurados ao valor justo. A elaboração das DFs requer o uso de estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Cia. no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que demandam maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as DFs, estão divulgadas na Nota 2. **a) DFs individuais:** As DFs individuais da ITER (controladora) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as DFs consolidadas. **b) DFs consolidadas:** As DFs consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). **1.3 Mudanças futuras nas políticas contábeis: . Alteração ao IAS 1/CPC 26(R1) e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** políticas contábeis materiais". A alteração também define o que é "informação de política contábil material", explica como identificá-las e esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. O "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements", também alterado, fornece orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. **. Alteração ao IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. **• Alteração ao IAS 12/CPC 32 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exige o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. **• IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas DFs:** essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis", introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas DFs, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das DFs. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas DFs da Cia. **1.4 Consolidação:** A Cia. consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na Nota 1.1 e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das DFs consolidadas estão descritas na Nota 1.2 b). **1.5 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025: a) Captação de empréstimos:** Em 14/11/25, a ITER contratou um novo empréstimo relativo à Resolução 4.131 junto ao Banco Itaú no montante de R$ 100 milhões pelo prazo de cinco anos, com fluxo trimestral para pagamento de principal e juros e carência de dois anos para o pagamento de principal. Em conjunto com o empréstimo, foi contratado com a instituição financeira um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI + 1,50% ao ano, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. **b) Emissão de debêntures com partes relacionadas:** Em 06/10/25, a NCT realizou sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única para colocação privada no valor de R$ 35 milhões, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela ITER, possibilitando o repasse à NCT de recursos destinados à gestão ordinária de seus negócios e ao reforço de seu caixa para investimentos futuros nos Parques Caracol e Tainhas. As novas debêntures emitidas possuem prazo de vencimento de 10 anos, remuneração de CDI + 2,30% ao ano e pagamento de principal e remuneração apenas em sua data de vencimento, sem prejuízo de pagamentos em decorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstos no respectivo contrato. **c) Reforma Tributária** ("Reforma"): A Reforma Tributária sobre o consumo ("Reforma tributária"), estabelece a substituição de quatro tributos atualmente incidentes sobre o consumo: PIS, COFINS, ICMS e ISS, por dois tributos: Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), institui o Imposto Seletivo (IS) (sobre produtos identificados como nocivos à saúde e/ou que causam danos ao meio ambiente), assim como estabelece uma diminuição do campo de incidência do IPI. Os novos tributos e as novas alíquotas, entram em vigor gradualmente a partir de 1º/01/27, com a substituição total dos tributos atuais até 2033. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas DFs de 31/12/24 e de 31 de dezembro 2025. No exercício de 2025, a Cia. identificou a necessidade de conduzir uma análise técnica voltada à mensuração dos impactos que os novos tributos — Imposto Seletivo (IS), Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) — poderão gerar sobre suas operações, considerando exclusivamente o cenário futuro de incidência. Para esse fim, foi contratada uma consultoria especializada, com o objetivo de desenvolver estudo técnico detalhado sobre os potenciais efeitos fiscais, contábeis e operacionais decorrentes da Reforma, reforçando o compromisso da Cia. com o planejamento tributário e a adequada preparação para o novo ambiente fiscal. Paralelamente, a Cia. conta com o suporte de uma consultoria responsável pela implementação e adequação do sistema ERP, de forma a garantir a aderência às exigências legais para a emissão e o recebimento de notas fiscais a partir de 1º/01/26. **d) Atualizações sobre o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE):** O Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (PERSE) foi instituído pela Lei 14.148/21, com o objetivo de mitigar os impactos econômicos decorrentes da pandemia da COVID-19 sobre as empresas do setor de eventos e atividades correlatas. O programa estabeleceu a possibilidade de redução a zero das alíquotas dos tributos federais IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, pelo prazo de até cinco anos, a contar da habilitação da pessoa jurídica junto à Receita Federal do Brasil, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis. Ao longo de 2024, a legislação do PERSE passou por revisões relevantes, com a publicação da Lei 14.859/24, sancionada em maio de 2024, que alterou o programa, estabelecendo um limite global de gasto de R$ 15 bilhões e revogando dispositivo da MP 1.202/23. O principal objetivo da alteração foi restringir o acesso ao benefício, criar mecanismos de controle para prevenção de fraudes e conferir maior previsibilidade fiscal aos gastos públicos decorrentes do programa. Até dezembro de 2024, as controladas CCAPA, PATUR, C2RIO e DESTINOW, atendiam aos critérios de elegibilidade e estavam habilitadas ao PERSE, usufruindo da alíquota zero para IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A partir/01/25, o benefício da alíquota zero para IRPJ e CSLL deixou de ser aplicável à sua controlada CCAPA, em razão de seu enquadramento no Regime de Lucro Real. O benefício relativo ao PIS e à COFINS permaneceu vigente durante o primeiro trimestre de 2025, sendo integralmente extinto a partir/04/25, com o encerramento do programa. Em decorrência da extinção integral dos benefícios fiscais, houve impacto no resultado da Cia. e de sua controlada no exercício de 2025, em virtude da retomada da tributação plena dos tributos anteriormente abrangidos pelo PERSE. A Cia. permanece acompanhando os desdobramentos legais e regulamentares relacionados ao programa e eventuais medidas que possam ser editadas pelo Governo Federal, de forma a avaliar tempestivamente seus efeitos contábeis, fiscais e operacionais. Sem prejuízo deste acompanhamento, as controladas CCAPA e PATUR adotaram medidas judiciais relacionadas ao encerramento do PERSE. Em mandado de segurança impetrado pela CCAPA (Processo n° 5035567-61.2025.4.02.5101), foi deferida liminar e posteriormente proferida sentença parcialmente favorável, reconhecendo que o encerramento dos benefícios fiscais deve observar os princípios da anterioridade tributária — permitindo a manutenção da alíquota zero para PIS, COFINS e CSLL até junho de 2025, e para IRPJ até janeiro de 2026. A decisão também assegurou o direito à compensação administrativa de valores recolhidos indevidamente, após o trânsito em julgado. A Fazenda Nacional interpôs recurso contra esta decisão e o processo ainda segue pendente de julgamento pelo Tribunal Regional Federal. Por sua vez, a PATUR, controlada da CCAPA, também impetrou mandado de segurança (Processo n° 5035568-46.2025.4.02.5101), no qual a liminar requerida foi indeferida pelo juízo. A empresa segue trabalhando junto aos seus advogados objetivando o êxito em sentença que ainda não foi proferida no processo. **e) Reconhecimento do ativo diferido sobre prejuízo fiscal:** O Grupo reconheceu ativos e passivos de IR e C.S. diferidos (IR/CSLL diferidos) em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, convergente à norma internacional IAS 12 – Income Taxes. Em 2025, a NCT reconheceu ativos de IR diferido sobre prejuízos fiscais apurados no exercício, no montante de R$ 13.457 mil. O reconhecimento desses ativos reflete a expectativa da Administração quanto à probabilidade de realização dos benefícios fiscais correspondentes, com início estimado a partir do exercício de 2028, com base em projeções de resultados tributáveis futuros. As projeções financeiras que suportam o reconhecimento dos ativos diferidos foram elaboradas considerando, principalmente, a retomada e o crescimento do fluxo de visitantes, bem como os efeitos positivos decorrentes da entrada em operação de novas atrações e da modernização dos Parques Caracol e Tainhas, incluindo o aumento gradativo do ticket médio por visitante. **2 Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **2.1 Estimativas e premissas contábeis críticas:** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **a) Capitalização e amortização dos ativos intangíveis:** A controlada NCT reconhece o efeito da amortização dos ativos intangíveis, decorrentes do contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas, de forma linear pelo prazo do contrato. A administração entende que essa é a melhor estimativa para o período inicial das operações dos Parques Caracol e Tainhas. **b) Perda (*impairment*) de ativos financeiros:** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 3.2 **c) Revisão de vida útil e recuperação do ativo imobilizado:** A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades do Grupo é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares. **2.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: a) Determinação do prazo de arrendamento:** Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido). As opções de prorrogação em arrendamentos não foram incluídas no passivo de arrendamento porque a Cia. não possui certeza razoável quanto a prorrogação dos contratos. **3 Gestão de risco financeiro: 3.1 Fatores de risco financeiro:** O Grupo realiza transações com instrumentos financeiros e estes instrumentos são administrados através de estratégias e controles internos, buscando ter os recursos necessários para Administração no dia a dia, a geração de resultados e gestão dos riscos financeiros. Nossas políticas de controle são periodicamente monitoradas e não são utilizados investimentos e instrumentos derivativos com intuito especulativo. Os valores estimados de realização dos ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de avaliação adequadas. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para desenvolver a estimativa do valor de realização mais adequada. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição.

ITER Participações S.A.

CNPJ 43.697.470/0001-69

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras Monitoramento dos limites de crédito/ *ratings* Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

a) Risco cambial: O Grupo não possui risco relevante de variação cambial tanto para os anos de 2025 e 2024. Os empréstimos em moeda estrangeira são na modalidade da Resolução 4.131 e foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os derivativos, configurando-se como operação casada de modo que economicamente a resultante seja uma dívida em Reais. **b) Risco de crédito:** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes do atacado e do varejo, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente e são aceitos somente títulos de entidades classificadas com rating mínimo "A" determinado pela S&P ou rating similares de outras agências. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes de bilhetes são liquidadas em dinheiro, através de PIX ou por meio dos principais cartões de crédito e débito existentes no mercado. As vendas para clientes corporativos, tais como agências de viagens, locatários e produtores de eventos são avaliadas pela área financeira, que verifica a qualidade de crédito de cada cliente, levando em consideração a sua posição financeira. Desta forma, não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. ***Impairment* de ativos financeiros:** Os seguintes ativos financeiros mantidos pelo Grupo estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: . contas a receber de clientes decorrentes de locação; . ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.**Contas a receber de clientes:** O Grupo está construindo uma base histórica para a aplicação da abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Atualmente, as perdas de créditos esperadas são efetuadas com base na análise individual dos locatários, agências e vencimento dos títulos, conforme determinado em política interna de contas a receber. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o Grupo utiliza a análise de créditos vencidos. As contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. A composição de vencimento do contas a receber está demonstrada na nota 8. A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	Contas a receber	
	2025	2024
Saldo inicial da provisão para perdas em 1º de janeiro	**(611)**	**(2.544)**
Aumento na provisão para perdas	(871)	(476)
Reversão de provisão	183	2.409
Atualização juros	-	-
Saldo final da provisão para perdas em 31 de dezembro	**(1.300)**	**(611)**

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com o Grupo ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 120 dias. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no resultado operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada em todas as empresas do Grupo e agregada pela sua tesouraria. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez do Grupo para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e planos de investimento. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é transferido para a tesouraria do Grupo, que investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e TVM, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Os valores apresentados abaixo são brutos sem descontos e incluem projeções de juros. A tabela abaixo apresenta os principais passivos financeiros em 31/12/25 e 2024:

	Controladora 2025			
	A Vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.756	-	-	1.756
Emprést. e Financiamentos	-	2.163	108.947	111.110
Debêntures/Nota comercial	-	-	198.769	198.769
	1.756	**2.163**	**307.716**	**311.635**

	Controladora 2024			
	A Vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	1.654	-	-	1.654
Empréstimos e Financiamentos	-	2.397	3.934	6.331
Debêntures/Nota comercial	-	107	198.299	198.406
	1.654	**2.504**	**202.233**	**206.391**

	Consolidado 2025			
	A Vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	12.784	-	-	12.784
Empréstimos e Financiamentos	-	18.941	159.767	178.707
Debêntures/Nota comercial	-	12.523	229.656	242.179
	12.784	**31.463**	**389.423**	**433.670**

	Consolidado 2024			
	A Vencer	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Fornecedores	9.745	-	-	9.745
Empréstimos e Financiamentos	-	24.241	56.770	81.011
Debêntures/Nota comercial	-	6.374	241.538	247.912
	9.745	**30.614**	**298.309**	**338.667**

3.2 Gestão de capital: Os objetivos da Cia. ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Cia. monitora o capital com base na disponibilidade de caixa e dependendo das necessidades de caixa para dar continuidade do programa de investimentos e manutenção das suas operações, e pode se utilizar de novas linhas de financiamento de acordo com as políticas e aprovação do Conselho de Administração. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida. As tabelas abaixo apresentam os principais índices financeiros do Grupo, que atendem, em 31.12.2025 integralmente aos atuais *covenants* contratuais das linhas de financiamento da ITER e suas controladas:

	Consolidado 2025
Caixa	**289**
Caixa e equivalentes de caixa	289
Aplicações financeiras	-
Dívida Bruta	**443**
Empréstimos e financiamentos - CP	19
Instrumentos financeiros derivativos	(5)
Endividamentos - CP	13
Empréstimos e financiamentos - LP	160
Endividamentos - LP	230
Participações a Pagar - CP	11
Participações a Pagar - LP	11
Passivo de Arrendamento - CP	2
Passivo de Arrendamento - LP	2
Dívida Líquida	154
Ebitda LTM	160
Alavancagem	1,00
Covenants	2,50

3.3 Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: . Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. Os preços cotados incorporam as premissas do mercado tais como o aumento das taxas de juros e da inflação. . Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). . Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). Este é o caso dos títulos patrimoniais não cotados.A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo em 31 de dezembro.

	Controladora							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo		**374.996**		**374.996**		**271.862**		**271.862**
Caixa e equivalentes de caixa		77.805		77.805		10.419		10.419
Aplicações financeiras		269		269		268		268
Instrumentos financeiros derivativos		3.659		3.659		-		-
Contas a receber		120		120		-		-
Empréstimos com Partes Relacionadas		293.143		293.143		261.175		261.175
Passivo		**112.866**		**112.866**		**7.985**		**7.985**
Empréstimos e Financiamentos		111.110		111.110		6.331		6.331
Fornecedores		1.756		1.756		1.654		1.654

	Consolidado							
	2025				2024			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Saldo Total
Ativo		**333.226**		**333.226**		**278.735**		**278.735**
Caixa e equivalentes de caixa		288.300		288.300		242.851		242.851
Aplicações financeiras		7.098		7.098		7.813		7.813
Instrumentos financeiros derivativos		4.624		4.624		5.445		5.445
Contas a receber		33.203		33.203		22.626		22.626
Empréstimos com Partes Relacionadas		-		-		-		-
Passivo		**191.492**		**191.492**		**90.755**		**90.755**
Empréstimos e Financiamentos		178.707		178.707		81.011		81.011
Fornecedores		12.784		12.784		9.745		9.745

4 Investimentos: a) Participação societária nos investimentos

Nome	País	Negócio	Relacionamentos	Participação direta nas ações ordinárias %	Participação indireta nas ações ordinárias %
Cia. Caminho Aéreo Pão de Açúcar	Brasil	Serviços de turismo	Controlada	100	
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	Brasil	Serviços complementares de entretenimento e mídia	Controlada		100
ITER Administradora Ltda.	Brasil	*Holding*	Controlada	100	
ITER Parques Participações Ltda.	Brasil	*Holding*	Controlada	100	
ITER Parques Caracol Ltda.	Brasil	*Holding*	Controlada	100	
Novo Caracol e Tainhas S. A	Brasil	Serviços de turismo	Controlada		100
ITER Fotografias LTDA	Brasil	Serviços de fotografia	Controlada	100	
Global Gondola Partners Holdings B. V	Exterior	Serviços de turismo	Não Controlada	30	
C2Rio Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Operador turístico e agência de viagens e turismo	Controlada	70	
Destinow Viagens e Turismo Ltda.	Brasil	Marketplace de experiências turísticas	Controlada	90	

b) Movimentação dos investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	**190.110**	**269.150**
Resultado da Equivalência Patrimonial	100.540	122.019
Compra participação da C2Rio	-	(66)
Incorporação grupo TAH na C2Rio	-	1.816
Baixa investimento- TAH	-	1.061
Recebimento de dividendos antecipados - CCAPA	(95.339)	(229.727)
Aporte de capital- Iter Parques	12.223	18.450
Reversão ORA 2024 – CCAPA	(2.785)	-
Aporte capital - ITER Administradora	-	600
Aporte capital- Destinow	-	2.791
Aporte capital- C2Rio	-	18
Aporte capital- ITER FOTO	764	-
Aporte capital- GLOBAL GONDOLA	4.711	-
Recebimento JCP calculados a título de dividendos	(26.750)	-
Recebimento de dividendos adicionais - CCAPA	-	(360)
Ágio na aquisição da C2Rio	-	4.359
Em 31 de Dezembro	**183.473**	**190.110**

c) Movimentação da perda de investimentos

	Controladora	
	2025	2024
Em 1º de Janeiro	**(2.673)**	**-**
Perda de Investimento C2RIO	(1.303)	(2.673)
Em 31 de dezembro	**(3.976)**	**(2.673)**

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Controladora		Consolidado	
Ativos financeiros	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Ativos ao custo amortizado e valor justo				
Caixa e equivalentes de caixa	77.805	10.419	288.300	242.851
Aplicações financeiras	269	268	7.098	7.813
Contas a receber de clientes	120	-	33.203	22.626
Outros créditos	9.189	195	60	287
	87.383	**10.882**	**328.662**	**273.578**

	Controladora		Consolidado	
Passivos financeiros	**2025**	**2024**	**2025**	**2024**
Passivos ao custo amortizado e valor justo				
Fornecedores	1.756	1.654	12.784	9.745
Empréstimos	111.110	6.331	178.707	81.011
Debêntures/ Nota comercial	198.769	198.406	242.179	247.912
Outras contas a pagar	1.007	118	6.457	2.257
Derivativos ao valor justo	(3.659)	-	(4.624)	(5.445)
Passivos de arrendamento	1.618	2.230	4.511	3.085
	310.601	**208.739**	**440.014**	**338.565**

6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e bancos	28	32	993	371
Aplicações Financeiras	77.778	10.387	287.307	242.480
	77.805	**10.419**	**288.300**	**242.851**

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a produtos bancários de baixo risco e com liquidez diária, todas no segmento de renda fixa, em bancos de primeira linha, e remuneradas a taxas de mercado (Iter 100% do CDI, CCAPA 101,7% do CDI, PATUR 98,9% do CDI e NCT 95,1% do CDI). **7 Aplicações financeiras restritas:** Existem aplicações financeiras restritas no grupo, destaca-se na controlada NCT que possui um montante em aplicação financeira registrada no ativo circulante curto prazo no montante de R$ 6.829 (R$ 5.245 em 2024) que está sendo utilizado para cumprimento de obrigações de encargos acessórios determinadas no contrato de concessão dos Parques Caracol e Tainhas.

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras - CP	-	-	6.829	5.245
Aplicações financeiras	269	268	269	2.568
	269	**268**	**7.098**	**7.813**

8 Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Clientes	120	-	17.718	11.203
Administradoras de cartão de crédito	-	-	16.784	12.034
Perdas estimadas	-	-	(1.300)	(611)
	120	**-**	**33.203**	**22.626**

O saldo de contas a receber de clientes, segregado por prazo de vencimento encontra-se demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	120	-	27.870	19.380
Vencidos: Até 30 dias	-	-	2.180	2.073
Entre 31 e 60 dias	-	-	161	120
Entre 61 e 180 dias	-	-	2.642	231
Acima de 181 dias	-	-	1.126	1.434
Total (desconsiderando perdas estimadas)	**120**	**-**	**33.978**	**23.238**

Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

9 Despesas Antecipadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Prêmio de seguros	337	341	1.141	919
Prestação de serviços - concessão a)	-	-	15.213	14.383
Outras despesas antecipadas	314	266	676	462
	651	607	17.030	15.763
Circulante	651	607	2.382	1.896
Não Circulante	-	-	14.648	13.867
	651	607	17.030	15.763

a) Valores pagos a prestadores de serviço em decorrência do contrato de Concessão de uso firmado pela NCT, que serão apropriados ao longo de sua vigência (30 anos), sendo 3.259 no curto prazo e 11.954 no LP em 2025, e 3.380 no curto prazo e 11.002 no LP em 2024.

10 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ a compensar	156	1.539	573	5.103
CSLL a compensar	114	114	519	519
Contribuições ao INSS retido na fonte	-	-	-	-
Contribuições sociais retidas na fonte	375	-	427	48
IR retido na fonte	523	-	558	13
IR s/ aplicação financeira	635		1.963	
IR s/ JCP	4.013	871	4.232	5.031
IRPJ antecipação anos anteriores	-	-	-	-
ISS s/Receita de Patrocínio	-	-	120	23
INSS a compensar	6	6	63	55
	5.822	**2.530**	**8.455**	**10.792**
Circulante	5.186	1.659	6.493	5.761
Não circulante	635	871	1.963	5.031

A Cia. adota como prática regular a revisão dos impostos e contribuições incidentes sobre suas operações, com o objetivo de garantir a conformidade com a legislação tributária vigente. Essa prática busca assegurar que os pagamentos sejam efetuados corretamente, evitando tanto eventuais inconsistências quanto recolhimentos desnecessários, promovendo assim uma gestão tributária eficiente e alinhada aos interesses do negócio. Em 2025, com o término do PERSE, o Grupo passou a utilizar saldos de impostos a recuperar decorrentes do pagamento regular de tributos.

11 Adiantamento a Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adiantamento Fornecedor tirolesa (i)	-	-	-	2.058
Adiantamento Fornecedor outros	40	747	1.539	2.438
	40	747	1.539	4.496

(i) Em 2025, a Cia. reclassificou os valores registrados como adiantamentos relacionados ao Projeto Tirolesa para o grupo de adiantamentos a fornecedores, no ativo imobilizado, de forma a refletir de maneira mais adequada a natureza e alinhar a classificação contábil às características do projeto.

12 Partes relacionadas

Partes Relacionadas - Ativo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
C2 Rio Viagens e Turismo Ltda.	2.018	688	-	-
Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar	74.094	105.901	-	-
Novo Caracol e Tainhas S. A	217.026	154.581	-	-
Pão de Açúcar Empreendimentos Turísticos Ltda.	6	5	-	-
	293.143	**261.175**	**-**	**-**
Circulante	4.142	35.913	-	-
Não Circulante	289.001	225.262	-	-
	293.143	**261.175**	**-**	**-**

Partes Relacionadas - Passivo	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Cia Caminho Aéreo Pão de Açúcar	-	5.428	-	-
	-	**5.428**	**-**	**-**

C2RIO: Os saldos de partes relacionadas referem-se a contratos de empréstimos que poderão ser futuramente convertidos em capital social, conforme determinados no acordo de acionistas. CCAPA: A CCAPA possui atualmente uma debênture oriunda de sua segunda emissão, simples, não conversível em ações, da espécie quirografária emitida em 07/10/24 no valor de R$ 70 milhões e taxa de juros de CDI + 2,30%, subscrita e integralizada integralmente pela ITER. Tal instrumento tem vencimento no dia 07/10/2034 com pagamento de principal e remuneração apenas nesta data, sem prejuízo da ocorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstos no respectivo contrato. Além disso, A CCAPA possui transações com partes relacionadas, como a ITER, referentes ao rateio das despesas, conforme estipulado no contrato entre as partes, que está registrado o montante de R$ 3.675, referentes ao exercício de 2025, as quais serão liquidadas em 2026. NCT: Em 06/10/25, a NCT realizou sua terceira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única para colocação privada no valor de R$ 35 milhões, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela ITER, possibilitando o repasse à NCT de recursos destinados à gestão ordinária de seus negócios e ao reforço de seu caixa para investimentos futuros nos Parques Caracol e Tainhas. As novas debêntures emitidas possuem prazo de vencimento de 10 anos, remuneração de CDI + 2,30% ao ano e pagamento de principal e remuneração apenas em sua data de vencimento, sem prejuízo de pagamentos em decorrência de resgates antecipados e amortizações extraordinárias facultativas. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstos no respectivo contrato. Somado ao instrumento descrito acima, a NCT também possui debêntures simples oriundas de sua segunda emissão, não conversíveis em ações, da espécie quirografária em série única para colocação privada, emitidas em 07/10/24, no valor de R$ 150 milhões com taxa de juros de CDI + 2,30% ao ano, as quais foram integralmente subscritas e integralizadas pela ITER. Por se tratar de uma operação entre partes relacionadas com a ITER, não há covenants previstos no respectivo contrato.

13 Tributos Diferidos

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IR e C.S. diferidos - Ativo (CCAPA)	-	-	505	1.010
IR e C.S. diferidos - Ativo (NCT) (i)	-	-	34.382	20.924
IR e C.S. diferidos - Passivo	(2.092)	(2.092)	(2.092)	(2.092)
	(2.092)	**(2.092)**	**32.796**	**19.842**

A Cia. controla o IR e a C.S. diferidos, oriundos de diferenças temporárias tributáveis, em conformidade com o CPC 32 - Tributos sobre o Lucro. (i) No exercício de 2025, a controlada NCT reconheceu ativos de IR diferido sobre prejuízos fiscais apurados no exercício, no montante de 13.457 mil. Os ativos de tributos diferidos são reconhecidos com base nos prejuízos fiscais acumulados, na medida em que existe expectativa de realização dos respectivos benefícios fiscais por meio da geração lucros tributáveis futuros, conforme suportado por projeções financeiras elaboradas pela Administração. Destaca-se que, em 24/05/25, o Parque Estadual do Caracol foi reaberto ao público após a execução de relevantes obras de modernização e instalação de novas atrações. A Cia. entende que a plena recuperação do fluxo de visitantes na região da Serra Gaúcha, combinada com a requalificação do Parque, deverá resultar em incremento no número de visitantes e no ticket médio, premissas que foram incorporadas às projeções financeiras utilizadas. A partir de 2028, as projeções indicam que a NCT passará a gerar lucro líquido, possibilitando o início da compensação do saldo de IR diferido reconhecido a partir de então. **14 Aluguéis/Arrendamentos: (i) Saldos reconhecidos no balanço patrimonial:** O balanço patrimonial contém os seguintes saldos relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativos de direito de uso				
Edificações	1.389	2.028	1.389	2.028
Máquinas e equipamentos	-	-	2.808	811
	1.389	2.028	4.197	2.839
Passivos de arrendamentos				
Arrendamento Circulante a)	778	1.119	2.455	1.639
Arrendamento Não circulante a)	840	1.111	2.055	1.446
	1.617	2.230	4.511	3.085

a) Em 31/10/24 a controladora ITER encerrou antecipadamente, em comum acordo das partes, o contrato de arrendamento referente ao aluguel do escritório corporativo. **(ii) Saldos reconhecidos na demonstração do resultado:** A demonstração de resultado inclui os seguintes montantes relacionados a arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Encargo de depreciação dos ativos de direito de uso	-	-	-	-
Edificações	693	989	693	1.468
Equipamentos	-	-	1.183	-
	693	989	1.876	1.468
Despesas com juros	263	322	429	401

15 Intangível:

a) Controladora	Software	Marca em Andamento	Softwares em Andamento	Total
Saldos em 1º/01/24	461	-	-	461
Adições	1.138	145	214	1.498
Baixas	-	-	-	-
Transferências	2.830	-	1.169	3.999
Depreciações	(673)	-	-	(673)
Saldos em 31/12/24	3.755	145	1.384	5.284
Custo do intangível	4.445	145	1.384	5.974
Amortização acumulada	(689)	-	-	(689)
Valor contábil	3.755	145	1.384	5.284
Saldos em 01/01/25	3.755	145	1.384	5.284
Adições	1.394	-	1.982	3.377
Baixas	(6)	-	-	(6)
Transferências	(302)	-	(387)	(690)
Depreciações	(857)	-	-	(857)
Saldos em 31/12/25	3.985	145	2.979	7.109
Custo do intangível	5.531	145	2.979	8.655
Amortização acumulada	(1.545)	-	-	(1.545)
Valor contábil	3.985	145	2.979	7.109

(b) Consolidado	Software	Marca	Outorga	Intangível em infraestrutura	Direito de uso de Infraestrutura	Marca em Andamento	Softwares em Andamento	Adto Fornecedores - Infra em andamento	Total
Saldos em 1º/01/24	4.127	188	144.583	2.937	-	-	-	-	151.835
Adições	1.448	-	-	6.780	-	145	342	-	8.716
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	62	-	-	-	-	-	1.169	-	1.231
Depreciações	(978)	-	(5.000)	-	-	-	-	-	(5.984)
Saldos em 31/12/24	4.659	188	139.582	9.717	-	145	1.512	-	155.803
Custo do intangível	7.111	188	150.000	9.717	-	145	1.512	-	168.673
Amortização acumulada	(2.452)	-	(10.418)	-	-	-	-	-	(12.870)
Valor contábil	4.659	188	139.582	9.717	-	145	1.512	-	155.803
Saldos em 1º/01/25	4.659	188	139.582	9.717	-	145	1.512	-	155.803
Adições	1.525	-	-	48.309	-		2.103	6.017	57.954
Baixas	(6)	-	-	-	-		-		(6)
Transferências	426	-	-	(5.724)	4.762	-	(387)	(3.115)	(4.040)
Depreciações	(1.501)	-	(5.000)	-	(63)	-	-	-	(6.565)
Saldos em 31/12/25	5.104	188	134.583	52.301	4.698	145	3.228	2.902	203.146
Custo do intangível	9.037	188	150.000	52.301	4.762	145	3.228	2.902	222.561
Amortização acumulada	(3.933)	-	(15.418)	-	(63)	-	-	-	(19.414)
Valor contábil	5.104	188	134.582	52.301	4.698	145	3.228	2.902	203.147

15.1 Intangível em Infraestrutura: No exercício de 2025, o Parque do Caracol realizou investimentos relevantes em infraestrutura, direcionado à modernização dos ativos, ampliação da capacidade operacional e qualificação da experiência do visitante. A principal entrega foi o novo Mirante da Cascata do Caracol com vista frontal para cascata e uma área aproximada de 1.400m2 (anterior de 40m2), incluindo deck em madeira e piso de vidro, dois pavimentos destinados à operação de restaurantes e um pavimento dedicado à outro ativo que está em construção, o atrativo de aventura Corajoso (operação inédita no Brasil, com circulação suspensa a 130 metros no Vale). No âmbito das obras estruturais, foi inaugurada a Trilha e o Deck do Moinho (intervenção voltada à melhoria do acesso e segurança no percurso até a Cascata do Moinho), 12 novas unidades de churrasqueiras, subestação de energia elétrica com capacidade instalada de 300 kVA, reforma completa do Observatório. Adicionalmente, o parque investiu em um atrativo inédito de aventura na Serra Gaúcha com a implantação do Salto de Pêndulo, que oferece uma experiência única de saltar no Vale e próximo à Cascata do Caracol.

16 Imobilizado

a) Controladora	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Veículos	Equipamentos de Informática	Edificações	Adto. Fornecedores – Imob em andamento	Imobilizações em andamento	Total Controladora
Saldos em 1º/01/24	237	-	383	817	4.347	-	2.694	8.478
Adições	28	47	-	750	-	-	3.332	4.157
Baixas	(8)	-	-	(3)	-	-	-	(11)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(41)	(41)
Depreciações	(27)	(2)	(83)	(227)	(184)	-	-	(523)
Saldos em 31/12/24	231	45	300	1.337	4.164	-	5.985	12.061
Custo do imobilizado	264	47	417	1.604	4.721	-	5.985	13.037
Depreciação acumulada	(32)	(2)	(117)	(267)	(557)	-	-	(975)
Valor contábil	231	46	300	1.337	4.164	-	5.985	12.063
Saldos em 1º/01/25	231	46	300	1.337	4.164	-	5.985	12.063
Adições	-	9	-	967	-	2.953	1.551	5.480
Baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	(102)	1.304	-	(1.936)	(733)
Depreciações	(28)	(8)	(83)	(353)	(227)	-	-	(698)
Saldos em 31/12/25	204	47	216	1.850	5.241	2.953	5.600	16.111
Custo do imobilizado	264	56	417	2.469	6.025	2.953	5.600	17.784
Depreciação acumulada	(60)	(9)	(200)	(619)	(784)	-	-	(1.673)
Valor contábil	204	47	216	1.850	5.241	2.953	5.600	16.111

b) Consolidado	Móveis e utensílios	Máquinas e Equipamentos	Instalações	Veículos	Equipamentos de Informática	Teleférico	Benfeitorias	Edificações	Terrenos	Imobilizações em andamento	Adto Fornecedores - Imob em andamento	Escultura	Total
Saldos em 1º/01/24	2.478	24.663	3.401	415	3.074	1.258	35.681	5.664	5	47.195	-	110	123.945
Adições	159	1.095	-	634	1.619	256	44	-	-	14.499	-	14	18.319

ITER Participações S.A.

CNPJ 43.697.470/0001-69

Baixas	(20)	-	-	(26)	(3)	-	-	-	-	-	-	-	(49)
Transferências	-	-	-	-	24	-	-	-	-	(310)	-	-	(286)
Depreciações	(338)	(2.767)	(585)	(115)	(1.065)	(157)	(1.258)	(212)	-	-	-	-	(6.497)
Saldos em 31/12/24	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	124	135.433
Custo do imobilizado	6.073	53.734	10.568	1.263	9.481	12.957	57.907	6.844	5	61.385	-	124	220.341
Depreciação acumulada	(3.794)	(30.742)	(7.752)	(355)	(5.832)	(11.600)	(23.441)	(1.392)	-	-	-	-	(84.908)
Valor contábil	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	124	135.433
Saldos em 1°/01/25	2.279	22.991	2.816	908	3.649	1.358	34.466	5.452	5	61.385	-	124	135.433
Adições	746	793	68	-	2.206	160	146	-	-	12.351	4.697	9	21.177
Baixas	(9)	-	-	-	(88)	-	-	-	-	(646)	-	-	-(743)
Transferências	(53)	114	5.553	-	(60)	-	2.275	1.304	-	(11.148)	-	-(5)	(2.018)
Depreciações	(358)	(2.769)	(985)	(149)	(1.192)	(189)	(1.346)	(257)	-	-	-	-	(7.247)
Saldos em 31/12/25	2.605	21.130	7.453	758	4.516	1.329	35.541	6.499	5	61.942	4.697	129	146.602
Custo do imobilizado	6.758	54.642	16.190	1.262	11.535	13.117	60.328	8.148	5	61.942	4.697	129	238.753
Depreciação acumulada	(4.152)	(33.513)	(8.737)	(502)	(7.019)	(11.789)	(24.788)	(1.649)	-	-	-	-	(91.152)
Valor contábil	2.605	21.130	7.453	758	4.516	1.329	35.540	6.499	5	61.942	4.697	129	146.602

16.1. Imobilizações em Andamento: As adições à conta de Imobilizações em Andamento no exercício de 2025 estão relacionadas às obras do projeto da Tirolesa e aos projetos de revitalização melhorias na infraestrutura do Parque Bondinho Pão de Açúcar. O andamento das obras de tais projetos está temporariamente paralisado em razão da necessidade de renovação das licenças e autorizações de obras necessárias juntos aos órgãos licenciadores competentes, após a recente reversão de decisão liminar proferida no âmbito de ação civil pública (ACP) ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF) contra a CCAPA e o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em tramitação perante a 20ª. Vara Federal do RJ. Sem prejuízo de tal paralisação, foram realizadas movimentações relacionadas à manutenção e preservação do investimento, assegurando que a estrutura permaneça em condições adequadas para a retomada das obras. Em junho de 2023, a CCAPA ingressou com recurso de agravo de instrumento junto ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) visando à cassação da medida liminar referida acima. Após decisão favorável à CCAPA em julgamento realizado pelo TRF-2, o MPF interpôs recurso especial contra a decisão, ao qual foi concedido efeito suspensivo, mantendo-se os efeitos da medida liminar até a apreciação do recurso especial pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em junho de 2025, o STJ concluiu o julgamento do recurso especial, decidindo pelo não provimento ao recurso e a consequente derrubada da liminar. Após esta decisão do STJ, a CCAPA iniciou os procedimentos administrativos junto aos órgãos licenciadores responsáveis visando a renovação das licenças e autorizações necessárias para retorno das obras do projeto Tirolesa, tendo obtido até então a renovação do (i) Alvará de Obras dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, expedido pela GEO-RIO, da (ii) Autorização Ambiental Municipal dos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento e (iii) da Licença de Obras do Morro da Urca, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU), ainda estando em curso na presente data os demais procedimentos para renovação de autorizações e licenças pendentes. Em paralelo, segue em andamento o processo em primeiro grau. Recentemente foi concluída a fase pericial, tendo os resultados dos laudos periciais apresentados sido bastante favoráveis a continuidade e a conclusão das obras do projeto da Tirolesa. Por tais motivos, a administração mantém a convicção de que o desfecho do processo será favorável, possibilitando a continuidade do projeto e garantindo a plena realização do valor investido. **16.2 Vida útil do ativo imobilizado:** A Cia. realizou, com base em laudo produzido por empresa especializada, estudo de revisão da vida útil dos itens dos ativos imobilizados do Grupo, passando a considerar o resultado desta avaliação a partir de 01/20. A administração não identificou alterações na vida útil dos ativos registrados contabilmente. ***16.3 Impairment:*** Não houve indicativos de perda no valor recuperável nos itens do ativo imobilizado do Grupo para os exercícios findos em 31/12/25.

17 Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fornecedores	1.756	1.654	12.784	9.745
	1.756	**1.654**	**12.784**	**9.745**

Referem-se as obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios do Grupo.

18 Salários e encargos a pagar	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Salários a Pagar	17	1	55	7
Provisão Férias e 13° salário	2.998	2.549	5.007	4.254
Provisão PLR/PPR	3.880	3.330	6.195	4.346
Provisão Bônus	2.022	1.804	5.039	4.551
	8.916	**7.684**	**16.297**	**13.158**

19 Tributos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
PIS s/ faturamento e Receita Financeira	211	18	463	38
IRRF s/ JCP	-	-	1.613	-
ISS retido a recolher	-	3	222	47
ISS s/ faturamento	-	-	1.683	1.294
COFINS s/ faturamento e Receita Financeira	1.025	113	2.206	223
FGTS a recolher	199	176	352	298
INSS a recolher	640	558	1.344	1.028
CSRF- lei 10.833	74	34	417	267
SIMPLES NACIONAL a recolher	-	-	8	42
IR retido - terceiros	9	12	74	37
IR retido - empregados	612	466	1.056	718
INSS retido s/ serviços	2	13	570	151
Outros - (Contribuição Sindical, Inss s/ 13 e Fgts s/ 13)	5	5	16	10
IRPJ/CSLL - Pessoa Jurídica	-	-	9.732	197
	2.778	**1.398**	**19.756**	**4.349**

20 Empréstimos	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	**2.163**	**2.397**	**18.941**	**18.796**
Empréstimos Bancários	2.163	2.397	18.941	24.241
Não circulante	**108.947**	**3.934**	**159.767**	**56.770**
Empréstimos Bancários	108.947	3.934	159.767	56.770
Total dos empréstimos	**111.110**	**6.331**	**178.708**	**75.566**

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Instrumentos financeiros derivativos	(3.659)	-	(4.624)	(5.445)

i) ITER: Em 14/11/25, a ITER contratou um novo empréstimo relativo à Resolução 4.131 junto ao Banco Itaú no montante de R$ 100 milhões pelo prazo de cinco anos, com fluxo trimestral para pagamento de principal e juros e carência de dois anos para o pagamento de principal. Em conjunto com o empréstimo, foi contratado com a instituição financeira um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI + 1,50% ao ano, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. A ITER também possui um outro empréstimo da mesma modalidade (Resolução 4.131) contratado em junho de 2023 junto ao Banco Itaú no valor de R$ 7 milhões, taxa de juros de CDI + 3,00% ao ano e com vencimento em 2028. Para este, também foi contratado um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Este Swap foi contratado com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a ITER. **ii) CCAPA:** A CCAPA possui atualmente três contratos vigentes de empréstimos relativos à Resolução 4.131, dois com o Banco Itaú e um com o Banco BOCOM BBM. O primeiro empréstimo com o Itaú no valor captado de R$ 20 milhões possui taxa de juros de CDI + 3,00% ao ano e vencimento em 2028. O segundo empréstimo com o Itaú no valor captado de R$ 40 milhões possui taxa de juros de CDI + 2,34% ao ano e vencimento em 2029. Já o empréstimo com o Banco BOCOM BBM, possui valor captado de R$ 10 milhões e taxa de juros de CDI + 2,65% ao ano e vencimento em 2029. Para os empréstimos com o Banco Itaú, foram contratados Swaps (instrumentos derivativos) que visam a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Estes Swaps foram contratados com a instituição financeira em conjunto com os empréstimos, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a CCAPA. O empréstimo com o Banco BOCOM BBM já é denominado em Reais, não tendo sido necessária a contratação de instrumentos derivativos para a troca de taxas e exposição cambial. **iii) C2Rio:** A C2Rio possui um contrato vigente de empréstimo relativo à Resolução 4.131 tomado junto ao Banco Itaú em junho de 2023, no valor de R$ 3 milhões com taxa de juros de CDI+ 3,00% ao ano e com vencimento no ano de 2028. Para este empréstimo foi contratado um Swap (instrumentos derivativos) para a troca de taxas flutuantes em Euros para CDI mais uma componente prefixada. Este Swap foi contratado com a instituição financeira em conjunto com o empréstimo, configurando-se como operação casada, de modo a resultar economicamente em uma dívida em Reais para a C2Rio. Os valores contábeis dos empréstimos do Grupo são denominados nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
REAIS	107.452	6.331	174.083	75.385
EUROS (Travados por NDFs por Resol. 4.131)	17.106	1.191	25.994	12.990

21 Debêntures/Nota comercial	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante	-	107	12.523	6.374
Não Circulante	198.769	198.299	229.656	241.538
	198.769	**198.406**	**242.179**	**247.912**

(i) ITER: A ITER possui debêntures simples oriundas de sua primeira emissão, não conversíveis em ações, com garantia real e fidejussória, em série única, para distribuição pública, emitidas em 28/09/24, no valor de R$ 200 milhões, com prazo de vencimento de 7 anos e remuneração de CDI + 2,00% ao ano paga trimestralmente. A amortização do título terá início em 28/12/26 em periodicidade trimestral. **(ii) CCAPA:** Em 20/06/24, a CCAPA contratou um empréstimo junto ao Banco do Brasil, estruturado na modalidade de Nota Comercial, conforme disposto no Art. 45 da Lei 14.195. A operação foi realizada no montante de R$ 50 milhões, com vencimento em junho de 2029 e taxa de juros de CDI + 1,90% ao ano.

22 Dividendos e Participações	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
CCAPA (i)	-	10.550	-	10.550
PIANURA (ii)	-	-	21.979	27.532
Dividendos a pagar	68.473	-	68.473	-
Total	68.473	10.550	90.453	38.082
Circulante	68.473	10.550	79.463	19.727
Não circulante	-	-	10.990	10.550

(i)Em 26/12/23, a ITER adquiriu 25% do capital da controlada CCAPA, consolidando 100% do capital. O preço certo e ajustado da compra e venda das ações era de R$40.550 corrigido pela variação do IPCA, tendo a aquisição sido totalmente liquidada em dezembro de 2025. (ii) Em 19/07/24, a Iter Parques Caracol adquiriu a totalidade da participação acionária então detida pela outra acionista da NCT contra o pagamento de R$ 45.887 a serem realizados em quatro parcelas anuais, sendo a primeira em julho de 2024 no valor de R$ 18.355 e as demais nos meses de julho dos anos de 2025, 2026 e 2027 no valor de R$ 9.177 cada, corrigidas pela variação positiva de 100% do CDI desde a data de fechamento até a data efetiva dos pagamentos. Os valores remanescentes estão distribuídos no passivo de curto prazo (R$ 10.857) e no de LP (R$ 10.857). A partir dessa data, 19/07/24, a Iter Parques Caracol Ltda. passa a ser a única acionista da NCT.

23 Receita Diferida	Consolidado	
	2025	2024
Circulante	6.670	2.340
	6.670	**2.340**

Os valores registrados em Receita Diferida correspondem principalmente aos valores de bilhetes vendidos e ainda não utilizados pelos visitantes, bem como aos montantes recebidos antecipadamente de contratos de patrocínio e parcerias comerciais firmados pelo Grupo.Esses valores são reconhecidos como passivo até que a obrigação de desempenho associada seja cumprida. No caso dos bilhetes, a receita é reconhecida no resultado quando ocorre a efetiva utilização pelo visitante ou quando expirado o prazo de validade do bilhete (*no show*). No que se refere aos contratos de patrocínio, a receita é apropriada ao resultado de forma linear ao longo do prazo contratual, refletindo o padrão de transferência contínua dos benefícios e obrigações previstos em contrato. **24 Provisão para contingências e depósitos judiciais:** O Grupo é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis e fiscais. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, analisa as demandas judiciais pendentes e através de experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constitui provisão em montante considerado suficiente para cobrir as ações cujas probabilidades de perda foram consideradas prováveis. Os valores apresentados a seguir estão líquidos dos depósitos judiciais correspondentes:

24.1 Provisão para contingências – prováveis	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhistas	1.081	1.330
Tributárias	-	586
(-) Depósitos Judiciais	(260)	(260)
	821	1.656

24.2 Provisão para contingências – possíveis	Consolidado	
	2025	2024
Trabalhistas	5.888	4.052
Cíveis (i)	50.119	50.620
	56.007	54.672

Estes valores não estão provisionados na contabilidade do Grupo em consonância com as normas contábeis vigentes.(i) Valor atribuído a causa na Ação Civil Pública n° 5062735-09.2023.4.02.5101 referente aos pedidos formulados pelo Ministério Público Federal, autor do processo. A classificação como perda possível ocorre em razão da natureza dos pedidos formulados pelo MPF e considerando o atual estágio do processo, que se encontra em fase de alegações finais e aguarda sentença. **24.3 Depósitos judiciais:** Os depósitos judiciais são decorrentes de interposição de recursos, realizados em juízo pelo Grupo, conforme demonstração abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Depósitos judiciais	-	-	1.972	1.799

25 Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 31/12/25, o capital social e o quadro acionário da Cia. estavam representados conforme abaixo:

	Controladora	
	2025	2024
Em MR$		
Capital Social	137.206	137.206
Em quantidade ações		
Ações ordinárias	52.066.350	52.066.350
Total ações	52.066.350	52.066.350

Participação Acionária	
G3LC Holding LTDA	80,85%
Acionistas Minoritários	19,15%
Total Participação Acionária	100,00%

b) Reserva Legal: Trata-se de reserva estatutária composta da retenção de 5% do lucro líquido do exercício, com valor máximo estabelecido de 20% do capital social e limitado a 30% das reservas de capital. **c) Reserva de Contingência:** Em 2025, a Cia. reverteu a reserva de contingência, em função da perda de seu objeto, tendo o respectivo montante sido reclassificado para reservas de lucros e distribuído aos acionistas. **d) Dividendos:** Estatutariamente, a Cia. deve destinar como dividendos mínimos 25% do lucro líquido, ainda que seja na forma de juros sobre capital próprio. Estes dividendos mínimos são transferidos para o passivo. Adicionalmente, é possível destinar resultado superior aos 25%, que permanecem registrados no patrimônio líquido até que sejam aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

		2025
Lucro do exercício		68.473
Reserva Legal (i)	5%	-
Lucro Líquido ajustado		68.473
Dividendo obrigatório	25%	17.118
Saldo de lucro a destinar		51.355
Dividendos adicionais propostos		51.355

(i) Conforme Art. 193 da Lei 6.404, a Cia. poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. **e) Reserva de retenção de lucros:** Nessa reserva, são registrados os valores remanescentes dos lucros do exercício não destinados a outras reservas e que serão destinados em exercício futuros conforme decisão da administração.**26 Receita operacional líquida:** A reconciliação entre a receita operacional bruta e a receita operacional líquidas apresentadas nas demonstrações do resultado é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receita Operacional Bruta				
Receita com prestação de serviço	-	-	369.855	277.999
Deduções				
Imposto sobre Prestações de Serviços	-	-	(26.837)	(13.059)
Receita operacional líquida	-	-	-	-
	-	**-**	**343.017**	**264.940**

27 Custo dos serviços prestados	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custos com pessoal	-	-	24.752	20.193
Custos de serviços prestados	-	-	28.078	21.051
Custos de depreciação e amortização	-	-	5.924	8.940
Custos gerais e administrativos	-	-	7.071	5.573
Custos com impostos e taxas	-	-	1.963	1.993
	-	**-**	**67.788**	**57.752**

28 Despesas com vendas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com propaganda e marketing	3.462	31	13.227	8.950
Outras despesas com vendas	-	1.833	4.510	2.755
	3.462	**1.864**	**17.737**	**11.705**

29 Despesas gerais e administrativas	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas com pessoal	17.322	15.255	64.645	61.378
Despesas de serviços prestados	8.166	6.204	29.669	24.011
Despesas com Perdas de Clientes	-	-	1.378	812
Despesas de depreciação e amortização	2.183	1.665	9.713	5.039
Outras despesas gerais e administrativas	947	1.109	6.600	8.473
Despesas com impostos, multas e taxas	385	425	1.482	1.749
	29.003	**24.658**	**113.487**	**101.462**

30 Receitas e despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
Receitas Financeiras	2025	2024	2025	2024
Juros Recebidos	39.381	7.292	1.431	1.167
Variação cambial	1.980	57	11.048	152
Descontos recebidos	-	1	21	78
Receita com Proteção Financeira	5.908	-	9.822	-
Rendimentos de Aplicação Financeira	3.885	3.291	34.433	27.158
	51.153	**10.641**	**56.755**	**28.556**
Despesas Financeiras				
Pis sobre receita financeira	(737)	(69)	(965)	(179)
Cofins sobre receita financeira	(3.857)	(426)	(5.252)	(1.242)
Tarifa bancárias	(308)	(187)	(863)	(500)
Juros fornecedores	(1.028)	(519)	(1.108)	(605)
Juros sobre pagamento de impostos	(37)	(14)	(192)	(124)
Juros sobre debêntures	(31.309)	(5.961)	(38.965)	(33.662)
Juros sobre Arrendamento	(263)	(322)	(429)	(401)
Juros sobre empréstimos	(2.293)	(686)	(13.753)	(5.890)
Juros s/ mútuo	-	-	(233)	(724)
Custo de transação sobre debêntures	(252)	(63)	(394)	(6.775)
Despesa variação cambial	(6.549)	(37)	(16.957)	49
Despesa c/Aplicação Financeira	-	-	-	(36)
Despesa com Proteção Financeira	(2.792)	-	(12.549)	-
IRRF sobre empréstimos	-	-	(192)	(166)
Despesa c/ atualização monetária	-	-	(4.769)	-
Descontos concedidos	-	-	(288)	(507)
	(49.426)	**(8.221)**	**(96.910)**	**(50.760)**
Resultado Financeiro	**1.728**	**2.421**	**(40.155)**	**(22.205)**

31 Despesa de IR e C.S.	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro antes do IRPJ e CSLL	68.473	99.436	104.377	73.235
Resultado antes do IRPJ e CSLL	68.473	99.436	104.377	73.235
Despesas não dedutíveis	3.515	2.292	22.934	9.760
Exclusões à base de cálculo	-	(8)	(30.925)	(2.083)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(99.237)	(122.019)	-	-
JCP calculados a título de dividendos	26.750	-	-	-
Lucro Tributável	(499)	(20.299)	96.386	80.912
IRPJ - Corrente	-	(1.212)	(36.040)	487
CSLL - Corrente	-	-	(13.384)	(286)
Impostos Diferidos	-	-	12.953	20.108
Total dos impostos sobre o lucro	-	(1.212)	(36.471)	20.309
Alíquota efetiva dos tributos sobre o lucro	0,00%	1,22%	34,94%	(27,73)%

32 Seguros: A Cia. e suas controladas adotam a política de contratar coberturas de seguros para seus bens, operações e responsabilidades, em montantes que a Administração considera adequados para mitigar os principais riscos inerentes às suas atividades, de acordo com a natureza de cada operação e as práticas de mercado.Em 31/12/25, o Grupo mantinha apólices de Responsabilidade Civil, D&O (administradores e diretores), Riscos Operacionais, Riscos Ambientais, Riscos Cibernéticos, Responsabilidade Civil de Obras e Engenharia, Responsabilidade Civil Geral, Responsabilidade Civil Profissional e Contratos de Contragarantia, com limites máximos de garantia que variavam entre R$ 1 milhão e R$ 207,7 milhões, incluindo coberturas para danos materiais, lucros cessantes e responsabilidades decorrentes das atividades operacionais. As apólices contratadas contemplam, conforme aplicável, as empresas do Grupo como cosseguradas, bem como terceiros específicos, incluindo entes públicos, quando requerido contratualmente. **33 Eventos Subsequentes: a) Renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU):** Na data de 13/01/26, a Cia. obteve a renovação da Licença de Obras do Morro do Pão de Açúcar, emitida pela Secretaria de Controle e Licenciamento Urbanístico (SUBCLU). **b) Prorrogação da Autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar, emitida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ("IPHAN"):** Na data de 12/02/26, a CCAPA obteve junto ao IPHAN a prorrogação da autorização para implantação das obras da Tirolesa nos Morros da Urca e do Pão de Açúcar e, portanto, estando autorizada a retomar as obras do projeto Tirolesa. Esse evento não altera as condições patrimoniais ou financeiras da Cia. existentes na data de 31/12/25, mas representa um fato relevante ao confirmar a integridade e a viabilidade do projeto. A administração entende que a divulgação deste evento subsequente contribui para melhor compreensão da situação da Cia., em conformidade com as melhores práticas contábeis aplicáveis. **34 Resumo das políticas contábeis materiais:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas DFs estão sumariadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. **34.1 Consolidação:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das DFs consolidadas. **a) Controladas:** Controladas são todas as entidades na qual a Cia. detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da controlada é alterada, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. **b) Transações com participações de não controladores:** O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial".**c) Perda de controle em controladas:** Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **34.2 Conversão de moeda estrangeira: a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas DFs são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional"). As DFs individuais e consolidadas estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Cia. e, também, a moeda de apresentação do Grupo. **b) Transações e saldos:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como Outras receitas (despesas), líquidas". As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio. **34.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante. **34.4 Ativos financeiros: 34.4.1 Classificação:** O Grupo classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração: . Mensurados ao valor justo por meio do resultado. . Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. O Grupo classifica os seguintes ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: . Investimentos em títulos de dívida que não se qualificam para mensuração ao custo amortizado. Para ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas serão registrados no resultado ou em outros resultados abrangentes. Para investimentos em instrumentos de dívida, isso dependerá do modelo do negócio no qual o investimento é mantido. O Grupo reclassifica os investimentos em títulos de dívida somente quando o modelo de negócios para gestão de tais ativos é alterado. Em 31/12/25 e 2024, o Grupo não possuía nenhum ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado. **34.4.2 Reconhecimento e desconhecimento:** Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade. **34.4.3 Mensuração:** No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado. **Instrumentos de dívida:** A mensuração subsequente de títulos de dívida depende do modelo de negócio do Grupo para gestão do ativo, além das características do fluxo de caixa do ativo. O Grupo classifica seus títulos de dívida de acordo com as três categorias de mensuração a seguir: . Custo amortizado – os ativos, que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/(perdas) juntamente com os ganhos e perdas cambiais. As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio de outros resultados abrangentes – os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por *impairment*, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativas que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos e as perdas cambiais são apresentados em outros ganhos/(perdas) e as despesas de *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. . Valor justo por meio do resultado – os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem. **34.4.4 *Impairment:*** O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para as contas a receber de clientes, o Grupo aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **34.4.5 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. **34.5 Instrumentos financeiros derivativos:** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. **34.6 Contas a receber:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. O Grupo mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. **34.7 Arrendamentos:** A Cia. aluga uma sala de prédio comercial para a sua área administrativa e câmeras para monitoramento e gestão de segurança patrimonial através do sistema CFTV. Em geral, os contratos de aluguel são realizados por períodos fixos, porém eles podem incluir opções de prorrogação. Os prazos dos contratos de arrendamentos são negociados individualmente e contêm uma ampla gama de termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: . pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na essência, menos quaisquer incentivos de arrendamentos a receber; . valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; . pagamentos de multas por rescisão do arrendamento se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento. Os pagamentos de arrendamentos são descontados utilizando a taxa de juros implícita no arrendamento. Caso essa taxa não possa ser prontamente determinada, a taxa incremental de empréstimo do arrendatário é utilizada, sendo a taxa que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Não há nenhum contrato de arrendamento onde a Cia. utilizou a taxa incremental. Os pagamentos de arrendamentos são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: . o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; . quaisquer pagamentos de arrendamentos feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; e . quaisquer custos diretos iniciais. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se o Grupo estiver razoavelmente certo de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. **(i) Opções de prorrogação e extinção:** As opções de prorrogação e extinção estão incluídas nos arrendamentos de ativos imobilizados do Grupo. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pelo Grupo, e não pelo respectivo arrendador. **34.8 Ativos intangíveis: a) Marcas registradas e licenças:** As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada. **b) *Softwares:*** As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software,* incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do *software*. Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos. ***c) Direito de Outorga:*** O contrato de concessão obtido pela controlada NCT junto ao Estado do Rio Grande do Sul (Poder Concedente) se enquadra como um

ITER Participações S.A.

CNPJ 43.697.470/0001-69

contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado pelo valor pago, sendo a amortização calculada de forma linear pelo prazo do contrato. **d) Intangível em infraestrutura:** Nos termos do contrato de Concessão e dentro do alcance da interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a controlada NCT atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operar e manter essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre o Poder Concedente e a Cia. não determina nenhuma remuneração à Cia. em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao Poder Concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários. A amortização deste ativo intangível é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão. **34.9 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

	Anos
Edificações	25-40
Máquinas e Equipamentos	10-20
Veículos	3-5
Móveis e utensílios	5-20

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o seu valor contábil e são reconhecidos em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado. **34.10 Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **34.11 Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **34.12 Debêntures:** As debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as debêntures estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Cia. tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de debêntures gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de debêntures são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **34.13 Provisões:** As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **34.14 IR e C.S. corrente e diferido:** As despesas de IR e C.S. do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado. O encargo de IR e a C.S. corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O IR e a C.S. corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O IR e a C.S. diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas DFs. Entretanto, o IR e a C.S. diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal). O IR e a C.S. diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pelo Grupo, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **34.15 Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. **34.16 Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. **a) Receita serviços prestados:** A receita da Cia. é gerada a partir da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, abertas em linhas de bilheteria, locação, cessão de espaços para eventos, propaganda e publicidade. A linha de receita de locação não se enquadra nas especificidades do CPC 06 (R2) no que se refere a arrendamentos, não produzindo, dessa forma, efeitos nas DFs ora apresentadas. **b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **34.17 Arredondamento de valores:** Todos os valores divulgados nas DFs e notas foram arredondados com a aproximação de MR$, salvo indicação contrária. **35. Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). No exercício corrente, a Cia. adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º/01/24.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/24
Alterações à IAS 1	Passivo Não Circulante com *Covenants*	
Alterações ao CPC 06/ IFRS 16	Contabilização de *leaseback*	01/01/24
Alterações ao CPC 03 / CPC 40/ IAS 7 / IFRS 7	Divulgação de informações sobre acordos financeiros	01/01/24

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Cia. ou sobre as divulgações nestas DFs. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18 Apresentação e divulgação das DFs	A IFRS 18 substituirá a IAS 1/CPC 26 – Apresentação das DFs	01/01/27
IFRS 19 - Subsidiárias sem responsabilidade pública: Divulgações	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis IFRS nas suas DFs.	01/01/27
IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio	Estabelece critérios para a contabilização e conversão de transações em moeda estrangeira, determinando como avaliar diferenças cambiais e como apresentar DFs consolidadas quando há operações em moedas diferentes.	01/01/27
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Trata da classificação, mensuração, reconhecimento e baixa de ativos e passivos financeiros. Inclui também regras para provisão por perda esperada e requisitos de hedge accounting.	01/01/27
IFRS 7 – Divulgações sobre Instrumentos Financeiros	Exige a divulgação de informações sobre a relevância dos instrumentos financeiros para a posição patrimonial e financeira da Entidade, além de informações qualitativas e quantitativas sobre riscos associados.	01/01/27

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise detalhada dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas, incluindo a IFRS 18. Diferentemente de outras normas, a IFRS 18 traz mudanças significativas na apresentação das DFs, com impactos relevantes para todas as empresas, no entanto sem alterações do resultado da Cia. Com base nas análises preliminares realizadas até o momento, a administração não espera que os impactos da adoção das demais normas e interpretações novas e revisadas, emitidas e ainda não aplicáveis, sejam relevantes para as DFs da Cia.

Diretor Presidente: Sandro Roberto Fernandes; Diretor Vice Presidente de Operações e Vice Presidente de Finanças: Sergio Luiz Gonçalves Andreoli. Contadora: Valéria Aparecida da Silva Ramos Garcia - CRC/RJ: 088926/O-3;

Relatório do auditor independente sobre as DFs individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas Iter Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as DFs individuais da Iter Participações S.A. ("Cia."), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as DFs consolidadas da Cia. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as DFs acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cia. e da Cia. e suas controladas em 31/12/2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Cia. e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de DFs de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das DFs individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas DFs individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Porque é um PAA: Reconhecimento de receita (Notas 26 e 34.16):** A principal fonte de receita da Cia. e suas controladas advém da prestação de serviços de turismo, entretenimento e mídia, composta basicamente pela bilheteria de seus parques, especialmente o Teleférico do Bondinho do Pão de Açúcar. A receita é gerada por um grande volume de transações com baixo valor individual, o que requer a manutenção de um sistema adequado de captura das vendas. Tendo em vista o alto volume das transações e a complexidade relacionada à captura das vendas em sistema, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos principais procedimentos de auditoria em resposta a esse assunto consideraram, entre outros, o entendimento dos controles relevantes identificados pela administraçãoda Cia. e das suas controladas para monitoramento e apuração dos serviços prestados, bem como do ambiente de tecnologia que suporta a estrutura de controles internos da Cia. e suas controladas. Verificamos a totalidade das emissões de notas fiscais no exercício. Em base amostral, verificamos os bilhetes emitidos ao longo do exercício e as liquidações financeiras. Obtivemos os relatórios analíticos dos bilhetes emitidos ao final do exercício de 2025 e início de 2026 e testamos, em base amostral, o reconhecimento da receita no período correto de competência. Adicionalmente, avaliamos a divulgação destes assuntos nas notas explicativas às DFs. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia utilizada e as divulgações feitas são consistentes com os dados e informações obtidas ao longo dos nossos trabalhos. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável dos tributos diferidos ativos (Notas 13, 31 e 34.14):** Conforme descrito na Nota 9, os tributos diferidos ativos reconhecidos nas DFs consolidadas totalizam R$ 34.382 mil em 31/12/2025. A avaliação do valor recuperável dos tributos diferidos ativos, fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do Consolidade, envolve estimativas e julgamentos críticos por parte da administração. O processo de avaliação da recuperabilidade dos tributos diferidos ativos é complexo e envolve um alto grau de subjetividade por parte da administração, considerando a entidade como uma UGC, pois é realizado com base em projeções de resultados esperados. Essas projeções consideram premissas, tais como estimativas de crescimento das receitas, rentabilidade, custos e despesas. A utilização de diferentes premissas poderia modificar significativamente os valores recuperáveis apurados pelo Consolidado. Por essa razão, bem como pela magnitude dos montantes envolvidos e pela subjetividade dos julgamentos envolvidos, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controles internos dos processos de mensuração do valor recuperável dos tributos diferidos ativos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura. Avaliamos a razoabilidade das principais premissas operacionais, financeiras e econômicas utilizadas pela administração, a coerência lógica e aritmética das projeções, além da revisão da modelagem das projeções de resultado e das premissas significativas do cálculo, incluindo as respectivas análises de sensibilidade. Efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração na mensuração do valor recuperável dos ativos são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos. **Outras informações que acompanham as DFs individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Cia. é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as DFs individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das DFs individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as DFs ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas DFs individuais e consolidadas:** A administração da Cia. é responsável pela elaboração e adequada apresentação das DFs individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de DFs livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das DFs individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das DFs, a não ser que a administração pretenda liquidar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Cia. são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das DFs. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das DFs individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as DFs individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas DFs. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas DFs individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cia. e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cia. e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas DFs individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cia. e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das DFs individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas DFs representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as DFs individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das DFs do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. RJ, 13/02/2026.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/F-5
Cáren Henriete Macohin - Contadora CRC 1PR038429/O-3 "T" SC

PW 238 PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 04.833.820/0001-15

RELATÓRIO DA ADMINSTRAÇÃO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 - Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V. Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026. **PW 238 Participações S.A.**

Balanços Patrimoniais - Em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

Ativo	2025	2024	Passivo	2025	2024
Circulante			**Circulante**		
Caixa e equivalentes de caixa	1.595	1.565	Obrigações fiscais	5	4
Tributos a recuperar	39	24	Obrigações societárias	1.895	2.027
	1.634	**1.589**		**1.900**	**2.031**
			Não Circulante		
			Dividendos a pagar	562	-
Não Circulante			**Patrimônio Líquido**		
Aplicações financeiras	1.223	1.223	Capital social	359	359
			Reservas de lucros	36	422
				395	**781**
Total do Ativo	**2.857**	**2.812**	**Total do Passivo**	**2.857**	**2.812**

Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)*

Resultado operacional	2025	2024
Despesas administrativas	(5)	(5)
Despesas tributárias	(1)	(1)
	(6)	**(6)**
Resultado financeiro		
Receitas financeiras	217	156
Lucro antes dos tributos	211	150
Imposto de renda e contribuição social	(52)	(37)
Lucro líquido do exercício	**159**	**113**
Resultado abrangente do exercicio	**159**	**113**
Quantidade de ações	**6.176.267**	**6.176.267**
Lucro por ação do capital social	**0,0257**	**0,0183**

Notas Explicativas - Em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

1. Contexto Operacional: A PW 238 Participações S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, com sede no Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista, em empreendimentos imobiliários e como cotista em fundos de investimento regularmente constituídos. A Companhia não exerce atividades operacionais. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: 2.1 - Base de Preparação -** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC - PME. **2.2 - Moeda funcional e de apresentação -** As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais. O Real (R$) é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional"). **2.3 - Uso de estimativas e julgamentos -** A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possui maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota 3. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração do Resultado -** O resultado contábil é apurado pelo regime de competência. **b) Caixa e Equivalentes de Caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, com risco irrelevante de mudança de seu valor de mercado. **c) Tributos a recuperar -** São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais. **d) Ativo não circulante – aplicações financeiras -** Referem-se a investimentos em fundos de renda variável, classificadas como mantidos até o vencimento. **e) Passivo circulante -** São demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos. **f) Imposto de renda e contribuição social -** Esses impostos e contribuições são calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações contábeis. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido. **4. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Referem-se a aplicações financeiras em renda fixa de curto prazo e de alta, prontamente conversíveis em caixa e sem riscos significantes de alteração de valor.

5. Tributos a recuperar	31/12/2025	31/12/2024
IRRF sobre fundos de renda fixa	15	-
IRPJ 2024	11	11
IRPJ 2023	13	13
Total	**39**	**24**

6. Ativo Não Circulante – Aplicações financeiras: As cotas do fundo de investimento em ações estão contabilizadas ao valor de custo. **7. Obrigações societárias:** Referem-se ao saldo de redução de capital a pagar. **8. Dividendos a pagar:** Referem-se a dividendos deliberados para distribuição entre os acionistas. **9. Patrimônio Líquido: a) Capital Social -** O capital social está representado por 6.176.267 ações ordinárias, sem valor nominal. **b) Dividendos -** Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo não inferior a 25% do lucro líquido ajustado de cada exercício, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e Estatuto Social. **c) Reservas de Lucros -** I - A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. II. A reserva de retenção de lucros é constituída com saldo remanescente de lucros acumulados em observância da Lei das Sociedades por Ações. **10. Instrumentos Financeiros:** A Companhia não efetua transações com instrumentos financeiros derivativos ou quaisquer outros que tenham caráter especulativo.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios Findos em 31/12/2025 e 2024 *(Em milhares de reais)*

	Capital Social	Reservas de Lucros - Legal	Reservas de Lucros - Retenção	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 01 de Janeiro de 2024	**359**	**22**	**314**	**-**	**695**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	113	113
Destinação:					
Reservas de lucros	-	6	80	(86)	-
Dividendos propostos	-	-	-	(27)	(27)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	**359**	**28**	**394**	**-**	**781**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	159	159
Destinação:					
Reservas de lucros	-	8	17	(4)	21
Dividendos propostos	-	-	(411)	(155)	(566)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	**359**	**36**	**-**	**-**	**395**

Diretoria

Norberto Aguiar Tomaz - Diretor Itamar Benigno Filho - Procurador
Marcelo Seixas Cavalcanti de Albuquerque - Contador - CRC-RJ 087065/O-8

Manhã Tarde Noite 30º 16º 5% 06:25 18:00 **OUTONO:** Sol com névoa ao amanhecer e à noite.

ELEIÇÕES

Rede endossa candidatura de Marina ao Senado

MARIA MAGNABOSCO/AE

JOSÉ CRUS/ABRASIL

A Executiva Estadual de São Paulo do partido Rede Sustentabilidade manifestou apoio à pré-candidatura da ex-ministra do Meio Ambiente Marina Silva (**foto**) ao Senado e à do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT) ao governo do estado. A sigla também classificou o governo de Tarcísio de Freitas (Republicanos) como "desastroso", apontando a "necessidade de retomar a capacidade" do estado.

"Os desafios atuais do estado, agravados pelo governo desastroso de Tarcísio de Freitas, evidenciam a necessidade de retomar a capacidade de planejamento, fortalecer políticas sociais, enfrentar desigualdades e preparar o território para os impactos das mudanças climáticas", diz a nota.

Ainda na nota, a Rede reconhece a ex-ministra do Meio Ambiente como "uma das maiores referências éticas e políticas do Brasil e do mundo" e elogia sua trajetória, descrita pela "coerência" e pela "defesa intransigente da vida, da democracia e da sustentabilidade".

O posicionamento da Rede ocorre após tensões internas envolvendo a candidatura da ex-ministra ao Senado. No início do mês, o diretório nacional do partido havia publicado uma nota criticando a decisão de Marina de permanecer na legenda, em meio a rumores, durante a janela partidária deste ano, de que ela deixaria a sigla.

No dia 4 de abril, ela confirmou que ficaria no partido, que ajudou a fundar, e agradeceu os convites recebidos e os diálogos com outras siglas, como PT, PV e PSOL. No dia 8, a direção afirmou ter recebido o anúncio com "indignação e perplexidade" e acusou Marina de se recusar a dialogar.

No dia seguinte, Marina rebateu, afirmando que existiam discordâncias internas dentro das lideranças do partido, mas que não se tratava de falta de diálogo ou desrespeito ao manifesto da Rede.

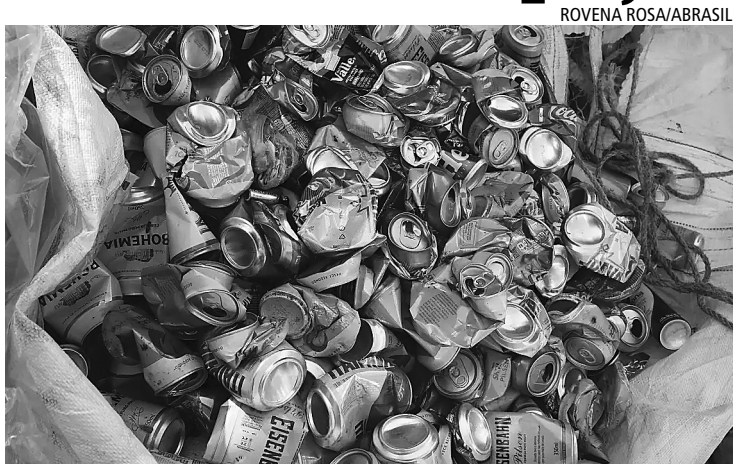
"Não consigo imaginar que alguém possa propor me negar a legenda na Rede Sustentabilidade", afirmou em entrevista à GloboNews.

MEIO AMBIENTE

Cooperativa histórica de catadores recebe ordem de despejo

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

ROVENA ROSA/ABRASIL



A Cooperativa de Catadores Autônomos de Papel, Aparas e Materiais Reaproveitáveis (Coopamare) recebeu uma notificação da Prefeitura de São Paulo para que desocupe o local em que está instalada há mais de três décadas.

A Coopamare é considerada a cooperativa de reciclagem de materiais mais antiga em funcionamento no Brasil. Procurada pela *Agência Brasil*, a prefeitura não respondeu até o fechamento desta reportagem.

A notificação, do último dia 31 de março, é baseada em um auto de fiscalização expedido no dia 18 de março. O documento aponta que a ocupação da área de 675 metros quadrados sob o Viaduto Paulo VI, em Pinheiros, é ilegal por ter sido invadida. O prazo para a cooperativa se defender é de 15 dias, e a defesa foi apresentada no dia 2 de abril.

A permissão de uso da área foi revogada em 2023, para proteção do bem público, e sob a alegação de que o local oferecia risco de incêndio. Segundo a presidente da Coopamare, Carla Moreira de Souza, naquele período a cooperativa apresentou defesa e iniciou um diálogo com a prefeitura, que teria se comprometido a encontrar um local adequado para a mudança.

"Estamos aqui há 37 anos. Aceitamos ir para outro lugar, desde que seja um galpão onde tenhamos condições de continuar trabalhando. A prefeitura nos oferece outro viaduto, mas o espaço é pequeno e não dá para levar nossas coisas", disse.

"Não queremos ir para outro viaduto. Nossa expectativa hoje é de que ela nos deixe onde estamos ou arrume um galpão, na mesma região, para podermos trabalhar em paz, com todos os direitos que temos como trabalhadores", complementou.

A Coopamare recupera cerca de 100 toneladas de material reciclável por mês, a partir do trabalho de 24 cooperados e cerca de 60 catadores de lixo autônomos.

Em um manifesto que faz parte de um abaixo-assinado por sua permanência em Pinheiros, a cooperativa diz que defender a Coopamare é defender o trabalho digno, o meio ambiente e a justiça social.

"A Coopamare é um símbolo de luta, dignidade e sustentabilidade, construída por trabalhadoras e trabalhadores. Muitos estiveram em situação de rua, mas mudaram suas vidas e encontraram na reciclagem uma forma honesta de trabalho, contribuindo com a cidade"

Segundo o manifesto, além de gerar trabalho e renda, a cooperativa presta um serviço essencial para toda a região, com a separação e destinação correta dos materiais recicláveis.

Esse trabalho reduz a poluição, diminui o volume de lixo enviado aos aterros, preserva o meio ambiente e gera economia aos cofres públicos, com a redução dos custos de coleta, argumenta a cooperativa.

"Além disso, é exemplo de organização social para milhares de catadores que se mobilizaram e aprenderam com sua experiência, combatendo o desemprego e a informalidade ao integrar oficialmente catadores, muitas vezes marginalizados pela sociedade", diz o manifesto.

A Associação Nacional de Catadores/as de Materiais Recicláveis (Ancat) declarou apoio à Coopamare, destacando que ela é a primeira cooperativa de catadores do Brasil, "a história viva da organização da categoria" e uma das pioneiras no país a consolidar a reciclagem com inclusão social.

Para a Ancat, a permanência da Coopamare no local não se trata de um favor, mas do reconhecimento de um trabalho essencial para a cidade. Também registraram apoio à Coopamare a Unicatadores e o Movimento Nacional dos Catadores (as) de Materiais Recicláveis (MNCR).

JUSTIÇA

Motorista condenado por matar ciclista é preso em Minas Gerais

LUIS FILIPE SANTOS/AE

O empresário José Maria da Costa Júnior, condenado em 2025 por atropelar e matar a sociológa e pesquisadora Marina Kohler Harkot em novembro de 2020, foi preso nesta quarta-feira em Pouso Alegre (MG), após cinco meses foragido. A informação foi confirmada pelo advogado de defesa de Costa Júnior, José Miguel da Silva Júnior.

De acordo com o advogado, a audiência de custódia já foi realizada e agora a defesa aguarda o julgamento de um habeas corpus do motorista junto ao Supremo Tribunal Federal (STF), além dos recursos pertinentes ao caso.

José Maria foi condenado a 13 anos de prisão em janeiro de 2025, sentença confirmada pelo Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) em novembro do mesmo ano. Na ocasião, o TJ-SP rejeitou recurso do Ministério Público que pedia por um tempo de prisão maior (18 anos) e determinou o cumprimento imediato da pena. Desde então, o motorista era considerado foragido.

A prisão ocorre no dia em que Marina Harkot completaria 34 anos, se ainda estivesse viva. No dia 8 de novembro de 2020, José Maria dirigia em alta velocidade pela Avenida Paulo VI, em São Paulo, após ingerir bebida alcoólica, quando colidiu com a vítima, que estava de bicicleta na mesma via.

Após o acidente, o motorista fugiu sem prestar socorro. A jovem chegou a ser socorrida por médicos que passavam pelo local, mas não resistiu aos ferimentos. Marina era socióloga e estudava ciclomobilidade e questões de gênero.

A identificação do carro foi possível graças a uma policial testemunha, que anotou a placa do veículo. Depois, a polícia confirmou por meio de câmeras que aquele veículo circulava pela região no horário do ocorrido.

TRÂNSITO

Governo cria Plano de Segurança Viária para todo o estado

O Governo de São Paulo instituiu o Plano de Segurança Viária do Estado de São Paulo (PSV-SP), com o objetivo de enfrentar a letalidade do trânsito e reduzir pela metade as mortes nas vias paulistas em cinco anos, poupando 19 mil vidas. Alinhado aos compromissos globais da Organização das Nações Unidas (ONU), e fundamentado nos conceitos de Visão Zero e Sistema Seguro, o PSV-SP parte da premissa de que "acidentes de trânsito" são, na verdade, "sinistros de trânsito", porque podem ser evitados.

O decreto assinado pelo governador Tarcísio de Freitas e publicado nesta quarta-feira no Diário Oficial do Estado, institui o Plano de Segurança Viária do Estado de São Paulo e seus objetivos estratégicos que devem ser alcançados até 2035: desde a institucionalização de uma política estadual de segurança viária até o fortalecimento do atendimento e da assistência às vítimas, passando pela promoção de uma infraestrutura viária segura, que priorize usuários vulneráveis de acordo com o Sistema Seguro, até a qualificação da fiscalização pelo uso de tecnologias e aprimoramento na gestão de dados.

A abordagem de Sistema Seguro parte da premissa de que a segurança no trânsito resulta da conjunção de diversos fatores, e que a responsabilidade deve ser compartilhada entre todos os atores do ecossistema de trânsito, de forma integrada e proativa, para mitigar a gravidade dos sinistros. Já o princípio da Visão Zero estabelece que nenhuma morte ou lesão grave no trânsito é aceitável, já que falhas humanas, estas sim inevitáveis, podem ser antecipadas e prevenidas.

O estado prestará suporte técnico aos municípios para a elaboração de planos estratégicos e para a operação de observatórios municipais de segurança viária, que atuarão de forma integrada ao Observatório Estadual de Segurança no Trânsito, visando o fortalecimento da governança territorial da segurança viária. Ao Detran-SP, caberá a elaboração e a publicação de guias técnicos específicos.

A premência de ações para elevar a segurança no trânsito e sobretudo para proteger os motociclistas, grupo que reúne mais vítimas de sinistros, levou o governo de São Paulo a lançar recentemente o Mão na Roda, pacote de medidas voltadas a quem ganha a vida sobre duas rodas, que passa a ter acesso gratuito ao curso de especialização e ao exame obrigatório, facilitando o acesso a instrumentos que visam aumentar a segurança viária.

O decreto também institui o Comitê Gestor do Plano de Segurança Viária do Estado de São Paulo, a quem caberá acompanhar a implementação do PSV-SP, aprovar seus planos de ação, validando indicadores e analisando relatórios, promover a articulação intersetorial e, quando preciso, recomendar ajustes no plano, além de manter uma página atualizada na internet com informações sobre o PSV-SP.

O Comitê Gestor será formado em 60 dias por 13 membros titulares e seus suplentes. A composição será intersetorial, com representantes da Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD), que coordenará o comitê, da Casa Civil, das secretarias da Saúde, da Educação e da Segurança Pública, do Conselho Estadual de Trânsito (Cetran-SP), do Departamento de Trânsito (Detran-SP), do Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP) e da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp).

A governança, o monitoramento e a avaliação do PSVSP 2025-2035 se darão no âmbito do Sistema de Trânsito do Estado de São Paulo (Sistran-SP), sob a coordenação do Cetran-SP. O PSV-SP é o primeiro grande produto do Sistran-SP, órgão colegiado que já reúne 552 municípios paulistas e que em 2025 articulou diálogos para a criação do plano. O documento preliminar foi disponibilizado para consulta pública durante um mês, de 18 de setembro a 19 de outubro de 2025, e o processo contou com duas audiências públicas – uma virtual, aberta à participação de cidadãos e especialistas de todo o estado, e uma presencial, com representantes de órgãos públicos, sociedade civil e instituições parceiras.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DOS TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS, EM SÉRIE ÚNICA, DA 47ª EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO.

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários em Série Única da 47ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima 1234, 4º andar, CEP 01451.001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/ME") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 14 e seguintes do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários Para Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série Única da 47ª (Quadragésima Sétima) Emissão da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela LT Empreendimentos Imobiliários SPE LTDA.*, conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 1ª primeira convocação, a realizar-se no dia **13 de maio de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar alteração da Cláusula 8.1.1 do "*Instrumento Particular Da 1ª (Primeira) Emissão De Notas Comerciais, Com Garantias Reais E Fidejussória, Em Série Única, Para Colocação Privada, Da Lt Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda.*" ("Nota Comercial") para que sua redação passe a vigorar conforme abaixo: "*8.1.1 A Emitente deverá comunicar a Securitizadora com cópia ao Agente Fiduciário dos CRI com, no mínimo, 3 (três) Dias Úteis de antecedência da data do Resgate Antecipado Facultativo Total ("Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total"). A Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Facultativo incluindo (a) a projeção do Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos); (b) a data efetiva para o Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) demais informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.*" (ii) Aprovar a concessão de waiver, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, conforme previsto na Cláusula 10.2, subitem (i) da Nota Comercial, em decorrência do descumprimento das obrigações, pela Devedora, conforme indicadas e detalhadas no Anexo do presente Edital, bem como, Anexo II da Ata de Assembleia; (iii) Caso aprovada a concessão de waiver prevista no item "iii" acima da Ordem do Dia, aprovar a dispensa do cumprimento das referidas obrigações pela Devedora; e (iv) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail fiduciario@commcor.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI VISTAMAR (47) observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). Anexo do Edital - https://www.canalsecuritizadora.com.br/emissao/23e2094205

São Paulo, 23 de abril de 2026

Alejandro Merino - Diretor

Diário do Acionista Tel.: (11) 2655-1899

PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE DE CAXIAS
CONCESSÃO DE LICENÇA
29.138.328/0001-50

YE WANG PARTICIPAÇÕES LTDA. – CNPJ: 32.372.834/0001-14, torna pública que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Duque de Caxias – SMMA a AUTORIZAÇÃO PARA MOVIMENTAÇÃO DE SOLO E TERRAPLANAGEM de nº 004/2026, emitida em 15 de abril de 2026. Esta licença é válida até 15 de abril de 2027. Autoriza a empresa para movimentação de solo e terraplanagem para futura implantação de atividade comercial, com volume total estimado de 79.433,77m³ de solo a ser movimentado, localizado na Av. Arcampo, nº 151, Lote 01, Quadra 10, Bairro Santa Cruz da Serra, loteamento Chácaras Arcampo, 2º Distrito do Município de Duque de Caxias – RJ.

PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.
CNPJ/MF nº 05.078.186/0001-15 / NIRE 33.3.0027357-3

Ficam convocados os acionistas da **PERUGIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.** ("Companhia") a participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia **29 de abril de 2026 às 16:00hs,** através da modalidade semipresencial, ou seja, virtualmente através de plataforma digital que permitirá aos acionistas realizar votações de forma remota, atendendo à Instrução Normativa DREI 81/2020, ou presencialmente no endereço localizado na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Luiz Antônio Campos Mello nº 02, sala 704, Jacarepaguá, CEP 22.775-034, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Tomada das contas dos administradores e demonstrações financeiras; 2. Destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2025; 3. Eleição do Conselho de Administração; 4. Remuneração global dos administradores da Companhia;

Rafael Musiello Vieira
Presidente do Conselho de Administração

KEYSTONE EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/MF nº 61.170.414/0001-53 - NIRE: 33.3.0035963-0
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da companhia **Keystone Educação S.A.** ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia") que acontecerá no dia 30/04/2026, às 10:00h, de forma exclusivamente digital, por videoconferência, conforme instruções de acesso constante nas informações gerais, e terá como ordem do dia a deliberação sobre as seguintes matérias: (i) o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025; (ii) a destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos, se houver; (iii) a prévia reeleição do Diretor Presidente da Companhia, sr. Marco André Cavalcanti de Carvalho, para exercer mandato de mais 1 (um) ano a contar da expiração do mandato atual; (iv) a aprovação de investimentos em ativo(s) estratégico(s); (v) a aprovação de contas da administração da subsidiária da Companhia. Informações Gerais: 1. O link de acesso à Assembleia será oportunamente disponibilizado aos acionistas por e-mail, aos endereços cadastrados junto à Companhia. É responsabilidade dos acionistas manter atualizados os seus dados cadastrais. Qualquer acionista poderá atualizar o seu cadastro enviando suas informações atualizadas ao endereço eletrônico juridico@keystoneedu.com.br com até 24 (vinte e quatro) horas de antecedência da realização da Assembleia. 2. Todos os documentos pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas por meio da plataforma institucional da Companhia. 3. A Companhia disponibilizou aos acionistas nesta data o Boletim de Voto à Distância, os quais foram enviados aos endereços de e-mail dos acionistas cadastrados junto à Companhia. Os acionistas poderão exercer o seu direito de voto na Assembleia por meio de envio do Boletim de Voto à Distância preenchido e assinado conforme as instruções nele constantes, bem como por meio de votação a ser realizada durante a Assembleia. 4. Solicita-se aos acionistas que desejarem se fazer representar por procurador(a), que observem o disposto no parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76, devendo ser enviados à Companhia, ao e-mail juridico@keystoneedu.com.br, os instrumentos de mandato com poderes especiais para representação na Assembleia geral a que se refere o presente edital, com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da data marcada para sua realização. Rio de Janeiro, 20 de abril de 2026. **Marco André Cavalcanti de Carvalho** - Diretor Presidente.

EÓLICA MANGUE SECO 3 -
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 11.643.567/0001-00 - NIRE 33.3.0034031-9
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de abril de 2026, às 12:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 3 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007729108, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

STF

Mnistro suspende processo contra Eduardo Bolsonaro

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

CARLOS MOURA/SCO/STF

O ministro André Mendonça (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista e suspendeu o julgamento virtual do processo em que o ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) é acusado de difamação contra a deputada Tabata Amaral (PSB-SP).

O julgamento começou na sexta-feira (17). Até o momento, o placar está 4 votos a 0 pela condenação do ex-parlamentar. MAlém de Alexandre de Moraes, relator, os votos foram proferidos pelos ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin e Cármen Lúcia. A data para retomada do julgamento ainda não foi definida.

O processo foi movido pela deputada contra Eduardo Bolsonaro após uma postagem nas redes sociais. Em 2021, ele escreveu que o projeto de lei proposto pela parlamentar para garantir a distribuição gratuita de absorventes íntimos teria o objetivo de atender interesses empresariais de "seu mentor-patrocinador Jorge Paulo Lemann", acionista de uma companhia que fabrica produtos de higiene pessoal.

Moraes votou pela condenação e aplicou pena de um ano de prisão em regime aberto. O ministro entendeu que ficou configurada a difamação contra a deputada.

"A divulgação realizada pelo réu revela o meio de ardil por ele empregado, cujo objetivo foi tão somente atingir a honra da autora, tanto na esfera pública, na condição de agente política, como em sua vida privada, uma vez que o alcance proporcionado pela Internet, como é sabido, é gigantesco e tem enorme poder de proliferação", afirmou.

Durante a tramitação do processo, a defesa de Eduardo Bolsonaro disse que as declarações foram feitas no âmbito da imunidade parlamentar. O ex-deputado está nos Estados Unidos desde o ano passado e perdeu o mandato por acumular faltas às sessões da Câmara dos Deputados.

LEST - LINHAS DE ENERGIA DO SERTÃO TRANSMISSORA S.A.
CNPJ/MF Nº 24.100.518/0001-65 - NIRE 33.3.0032400-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de abril de 2026, às 10:00 horas, na sede da LEST - Linhas de Energia do Sertão Transmissora S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007728783, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

EÓLICA MANGUE SECO 4 -
GERADORA E COMERCIALIZADORA DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.
CNPJ/MF Nº 11.643.647/0001-58 - NIRE 33.3.0034051-3
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de abril de 2026, às 13:00 horas, na sede da Eólica Mangue Seco 4 - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade n°5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007728763, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ARCOVERDE TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.
CNPJ/MF Nº 28.008.887/0001-83 - NIRE 33.3.0033453-0
ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 02 DE ABRIL DE 2026

DATA, HORA E LOCAL: Em 02 de abril de 2026, às 8:00 horas, na sede da Arcoverde Transmissão de Energia S.A. ("Companhia"), na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. **CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença de todos os Conselheiros de Administração da Companhia. **COMPOSIÇÃO DA MESA**: Assumiu a presidência o Sr. José Guilherme Cruz Souza, que convidou o Sr. Rodrigo Costa Rocha para secretariar os trabalhos. **ORDEM DO DIA**: Deliberar sobre a reeleição dos membros da Diretoria da Companhia. **DELIBERAÇÕES**: Por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, após debates e discussões, os Membros do Conselheiro de Administração da Companhia aprovaram a reeleição das seguintes pessoas para compor a Diretoria da Companhia: Sr. **Vagner Alexandre Serratto**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da carteira de identidade nº 5.347.493-4, expedida pelo SSP/PR, inscrito no CPF/ME sob o nº 997.036.459-68, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908 e Sra. **Ana Paula Pousa Bacaltchuc de Salles Fonseca**, brasileira, casada, economista, portadora da carteira de identidade nº 09.712.232-9, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 025.141.547-31, com endereço comercial na cidade e Estado do Rio de Janeiro, Praia de Botafogo, nº 440, 18º andar (parte), Botafogo, CEP: 22.250-908. Os Diretores ora eleitos terão **mandato até 02 de maio de 2027** mediante a assinatura e apresentação dos respectivos termos de posse que integram a presente ata como Anexos I-A e I-B. Findas as deliberações, fica a administração da Companhia autorizada a praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias à formalização, efetivação e administração da deliberação desta Reunião, incluindo os registros públicos correspondentes. **ENCERRAMENTO**: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. **ASSINATURAS**: Mesa: José Guilherme Cruz Souza (Presidente) e Rodrigo Costa Rocha (Secretário). Conselheiros de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha e Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. A presente é cópia fiel da original lavrada no Livro de Registro de Atas de Reunião do Conselho de Administração. Mesa: José Guilherme Cruz Souza - Presidente da Mesa, Rodrigo Costa Rocha - Secretário. Membros do Conselheiro de Administração: José Guilherme Cruz Souza, Rodrigo Costa Rocha, Pedro Paulo Lobo do Carmo Guedes. JUCERJA: Certifico o arquivamento em 22/04/2026 sob o nº 00007728406, Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

ALLCARE INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 19.841.730/0001-43

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas 31 de dezembro de 2025 (Em Milhares de Reais)

Balanços patrimoniais - Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**37**	43	**47.361**	34.281
Créditos a receber de clientes	5	**-**	-	**26.335**	28.906
Impostos a recuperar	6	**681**	745	**5.975**	6.426
Bens e títulos a receber	7	**-**	-	**4.811**	11.773
Despesas antecipadas		**20**	19	**429**	74
Total do ativo circulante		**738**	807	**84.911**	81.460
Ativo não circulante					
Depósitos judiciais	8	**-**	-	**5.440**	5.155
Imposto diferido ativo	9	**-**	-	**1.397**	1.360
Investimentos	10	**69.595**	73.323	**-**	-
Imobilizado	11	**-**	3	**12.017**	8.439
Intangível	12	**34.899**	34.899	**81.136**	92.686
Total do ativo não circulante		**104.494**	108.225	**99.990**	107.640
Total do ativo		**105.232**	109.032	**184.901**	189.100

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Receita líquida	20	**-**	-	**389.825**	338.099
Custos dos serviços prestados	21	**-**	-	**(184.482)**	(137.559)
Lucro bruto		**-**	-	**205.343**	200.540
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	21	**(358)**	(271)	**(88.048)**	(76.932)
Depreciações e amortizações	12 e 13	**(3)**	(7)	**(53.873)**	(74.985)
Perdas com créditos incobráveis	22	**-**	-	**(30.522)**	(29.734)
Resultado de equivalência patrimonial	10	**26.171**	12.918	**-**	-
Outras receitas e despesas operacionais	23	**(121)**	-	**(1.308)**	1.757
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**25.689**	12.640	**31.592**	20.646
Receitas financeiras		**217**	15	**10.987**	8.070
Despesas financeiras		**(5.287)**	(3.515)	**(7.297)**	(5.284)
Resultado financeiro, líquido	24	**(5.070)**	(3.500)	**3.690**	2.786
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**20.619**	9.140	**35.282**	23.432
Imposto de renda e contribuição social - corrente	25	**-**	-	**(15.819)**	(14.490)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	25	**-**	-	**1.156**	198
Lucro líquido do exercício		**20.619**	9.140	**20.619**	9.140

Farias Pereira de Sousa - Presidente
Ivan Nassif Souza - Diretor Financeiro
Juliana Aparecida Loiacone Barbosa - Contadora Responsável
CRC: 1SP321785/0 0

Este relatério for apresentado de forma resumida. O relat6rio complete bem Como o parecer dos auditores independentes, encontra se a disposigéo dos investidores na sede da companhia.

	Nota	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Passivo circulante					
Débito de operações de assistência à saúde	13	**-**	-	**32.894**	29.883
Fornecedores		**29**	-	**8.537**	12.083
Obrigações com pessoal		**8**	8	**16.971**	16.880
Impostos e contribuições a recolher	14	**4**	2	**6.650**	6.587
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	**-**	-	**597**	2.091
Arrendamento	15	**-**	-	**1.620**	2.008
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	11.519	**88**	12.902
Partes relacionadas	18	**-**	-	**-**	-
Outras contas a pagar		**-**	-	**309**	275
Total do passivo circulante		**41**	11.529	**67.666**	82.709
Passivo não circulante					
Parcelamentos de tributos e contribuições	14	**-**	-	**514**	1.123
Arrendamento	15	**-**	-	**3.380**	676
Empréstimos e financiamentos	16	**-**	12.931	**-**	13.005
Provisão para contingências	17	**-**	-	**4.969**	2.714
Imposto diferido passivo	9	**-**	-	**3.181**	4.301
Total do passivo não circulante		**-**	12.931	**12.044**	21.819
Patrimônio líquido	19				
Capital social		**84.572**	179.576	**84.572**	179.576
Reserva de lucros (prejuízos) acumulados		**19.588**	-	**-**	-
Reserva legal		**1.031**	-	**-**	-
Prejuízos acumulados		**-**	(95.004)	**20.619**	(95.004)
Total do patrimônio líquido		**105.191**	84.572	**105.191**	84.572
Total do passivo e do patrimônio líquido		**105.232**	109.032	**184.901**	189.100

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**20.619**	9.140	**20.619**	9.140
Outros resultados abrangentes	**-**	-	**-**	-
Resultados abrangentes do exercício	**20.619**	9.140	**20.619**	9.140

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31/12/2023	179.576	-	-	(104.144)	75.432
Lucro líquido do exercício	-	-	-	9.140	9.140
Saldos em 31/12/2024	179.576	-	-	(95.004)	84.572
Redução do capital social para absorção de prejuízos acumulados	(95.004)	-	-	95.004	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	20.619	20.619
Constituição de reserva legal	-	1.031	-	(1.031)	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	19.588	(19.588)	-
Saldos em 31/12/2025	**84.572**	**1.031**	**19.588**		**- 105.191**

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Controladora 2025	Controladora 2024	Consolidado 2025	Consolidado 2024
Lucro líquido do exercício	**20.619**	9.140	**20.619**	9.140
Ajustes por:				
Depreciações e amortizações	**3**	7	**53.873**	74.985
Equivalência patrimonial	**(26.171)**	(12.918)	**-**	-
Constituição de provisão para contingências	**-**	-	**2.255**	626
Provisão para perdas esperadas	**-**	-	**4.278**	2.262
Juros com operações partes relacionadas	**-**	1.771	**-**	3.098
Juros e encargos sobre arrendamentos	**-**	-	**261**	427
Juros sobre parcelamento	**-**	-	**373**	800
Juros sobre empréstimos	**5.279**	1.327	**5.460**	1.375
Imposto corrente	**-**	-	**15.819**	14.490
Imposto diferido	**-**	-	**(1.156)**	(198)
	(270)	(673)	**101.782**	107.005
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos:				
Créditos a receber de clientes	**-**	-	**(1.708)**	(2.535)
Impostos a recuperar	**64**	11	**451**	598
Bens e títulos a receber	**-**	-	**6.962**	24.741
Despesas antecipadas	**(1)**	(19)	**(355)**	74
Depósitos judiciais	**-**	-	**(285)**	(1.005)
Débito de operações de assistência à saúde	**-**	-	**3.011**	(31.530)
Impostos e contribuições a recolher	**2**	2	**(15.756)**	(14.134)
Parcelamentos de tributos e contribuições	**-**	-	**(2.476)**	(3.627)
Obrigações com pessoal	**-**	-	**91**	2.271
Fornecedores	**29**	-	**(3.546)**	1.450
Outras contas a pagar	**-**	-	**34**	(256)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(176)**	(679)	**88.205**	83.052
Atividades de investimento				
Recebimento de dividendos	**29.900**	13.355	**-**	-
Adiantamento para futuro aumento de capital em controladas	**-**	(5.000)	**-**	-
Adição no intangível e no imobilizado	**-**	-	**(45.901)**	(62.000)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	**29.900**	8.355	**(45.901)**	(62.000)
Atividades de financiamento				
Partes relacionadas	**-**	(24.524)	**-**	(25.851)
Captação de empréstimos	**-**	22.500	**870**	23.429
Pagamento de empréstimos - Principal	**(24.450)**	(4.370)	**(26.689)**	(4.907)
Pagamento de empréstimos - Juros	**(5.279)**	(1.327)	**(5.460)**	(1.375)
Captação de arrendamentos	**-**	-	**4.681**	449
Contraprestações pagas dos arrendamentos	**-**	-	**(2.626)**	(2.282)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	**(29.729)**	(7.721)	**(29.224)**	(10.537)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	(45)	**13.080**	10.515
Caixa e equivalentes de caixa - saldo inicial	**43**	88	**34.281**	23.766
Caixa e equivalentes de caixa - saldo final	**37**	43	**47.361**	34.281
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**(5)**	(45)	**13.080**	10.515

VACINAÇÃO

Governo lança campanha em 100 mil escolas do país

PAULA FERREIRA/AE

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

O governo federal vai promover entre os dias 24 e 30 de abril uma semana de vacinação nas escolas públicas de todo o país. A expectativa é de que a ação, que faz parte do Programa Saúde na Escola, alcance 27 milhões de alunos em 104,9 mil escolas públicas. Mas será possível se vacinar nessas instituições até o dia 31 de maio.

A medida é uma estratégia do governo para ampliar a cobertura vacinal de crianças e adolescentes de 9 meses a 15 anos. Serão oferecidas as seguintes vacinas: tríplice viral, tríplice bacteriana, febre amarela, HPV, meningocócica ACWY e Covid-19.

Para receber as vacinas, os estudantes precisarão de uma autorização dos pais ou responsáveis. Pessoas de até 19 anos também poderão atualizar a vacinação contra o HPV nesse período.

Segundo o ministro da Saúde, Alexandre Padilha, a vacinação nas escolas facilita a rotina das famílias, uma vez que, muitas vezes, os pais têm dificuldade de levar os filhos nos postos de saúde devido ao horário de trabalho. Padilha disse ainda que é preciso combater o discurso antivacina. "Eu não aplicaria na minha filha todas as vacinas disponíveis no SUS se eu não tivesse confiança", disse.

Atualmente, 81,2% dos municípios brasileiros realizam ações de vacinação nas escolas. Entre os obstáculos para levar esse formato a todas as unidades públicas de ensino do país, o Ministério da Saúde destaca que, em alguns locais, há resistência dos pais, ou os profissionais de saúde não se sentem confortáveis para atuar nas escolas, entre outras questões.

"É fundamental que as crianças se vacinem na idade adequada, na primeira infância", reforçou o ministro da Educação, Leonardo Barchini.

O ministro da Saúde explicou que as ações de vacinação também podem chegar às escolas particulares por meio de parceria com o SUS. Padilha afirmou que a pasta pretende retomar um acordo com entidade representativa das escolas particulares para promover ações do Programa Saúde na Escola focadas na vacinação e na promoção de alimentação saudável.

"A gente tem capacidade de indução financeira que envolve as redes públicas, mas isso não impede que as equipes possam visitar as escolas privadas", informou. "Vamos procurar as escolas particulares para retomar esse acordo."

Além da campanha nas escolas, o Ministério da Saúde intensificou o envio de alertas sobre vacinação para o celular dos brasileiros. Neste ano, a pasta já enviou mais de 39 milhões de mensagens sobre imunização. Cerca de 10,2 milhões foram via WhatsApp.

Padilha critica Flávio Bolsonaro: 'Bolsonarinho é antivacina'

PAULA FERREIRA/AE

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, aproveitou o anúncio de ações para ampliar a vacinação, nesta quarta-feira, para criticar o senador e pré-candidato à Presidência da República, Flávio Bolsonaro, a quem chamou de "Bolsonarinho". Procurado, o senador não se havia se manifestado até a publicação deste texto.

Em declaração a jornalistas, após ser questionado sobre a força do movimento antivacina no País, Padilha criticou a postura do senador e de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

"Tem movimento (antivacina), tem candidato a presidente da República. O Bolsonarinho é antivacina. Não vem com esse papo agora de que ele é vacinado. O que que o Bolsonarinho fez quando o pai dele fazia chacota de vacina, falava que (quem) tomar vacina podia virar jacaré? Que que ele fez nessa época?", questionou o ministro da Saúde.

A postura de Bolsonaro durante a pandemia de covid-19 foi um dos principais entraves à sua reeleição. Na época, o presidente chegou a ironizar a doença dizendo que se tratava de uma "gripezinha" e adotou discurso negacionista, rechaçando vacinação e o uso de máscara.

Nesta quarta-feira, o ministro da Saúde afirmou que a vacinação é uma prioridade do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse que a população deve "estar alerta o tempo todo", uma vez que há candidato antivacina disputando a Presidência.

Segundo o ministro, o governo tem feito interlocução com religiosos para conscientizar a população sobre o benefício das vacinas. Padilha informou que o Ministério da Saúde fará um ato ecumênico nos próximos dias, com a presença de lideranças evangélicas, para celebrar o aumento da cobertura vacinal.

"Tenho feito muitos encontros com lideranças religiosas. Vamos realizar nos próximos dias um ato ecumênico aqui dentro do ministério com lideranças evangélicas para a gente fazer uma saudação desse resultado que tivemos na ampliação da cobertura vacinal.

"A gente pediu muito para essas lideranças religiosas falarem nos seus cultos da importância da vacina", disse o ministro.

O presidente Lula enfrenta uma forte resistência do setor evangélico. De acordo com pesquisa Quaest, divulgada na semana passada, a desaprovação de Lula neste setor avançou sete pontos percentuais em um mês, passando de 61% em março para 68% neste mês.

DOR

Defesa de Bolsonaro pede autorização para nova cirurgia

RICARDO CORRÊA/AE

A defesa de Jair Bolsonaro (PL) pediu ao ministro Alexandre de Moraes autorização para que o ex-presidente realize uma cirurgia no ombro nesta sexta-feira, ou no sábado, dia 25. A defesa diz que Bolsonaro "apresenta quadro de dor persistente e incapacidade funcional" no ombro direito, mesmo após tratamento conservador, e precisa de usar remédios para dor diariamente.

"O exame físico e os exames de imagem indicam lesão de alto grau do tendão do supraespinhal, com retração importante, comprometimento do terço superior do tendão do subescapular, subluxação da cabeça longa do bíceps e lesões associadas, contexto em que foi formalmente indicado procedimento cirúrgico para fixação das lesões do manguito rotador do ombro direito e lesões associadas, por via artroscópica, de acordo com Relatório Médico realizado pelo Dr. Alexandre Firmino Paniago, datado de 14/04/2026", aponta a defesa.

A defesa de Bolsonaro pede que Moraes libere "todos os atos médicos preparatórios, pré-operatórios, internação, realização do procedimento, pós-operatório e reabilitação correlata diretamente vinculados ao tratamento cirúrgico indicado".

Em 27 de março, o ex-presidente teve a prisão domiciliar humanitária concedida por 90 dias por Moraes para sua recuperação, após ter alta do hospital. No último mês, ele foi diagnosticado com "broncopneumonia bacteriana bilateral de provável origem aspirativa" e precisou ficar internado em tratamento intensivo por duas semanas.

DOCUMENTOS

O ministro Carlos Vuyk de Aquino, do Superior Tribunal Militar (STM), acolheu nesta quarta-feira pedido feito pelo ex-presidente Jair Bolsonaro para que as Forças Armadas enviem documentos sobre a trajetória dele no serviço militar.

ANTÔNIO AUGUSTO/STF

Os documentos deverão ser remetidos ao STM para auxiliar no julgamento que vai decidir se Bolsonaro será expulso do Exército em função da condenação na ação penal da trama golpista pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Bolsonaro é capitão da reserva.

Com a decisão, o Exército deverá remeter ao tribunal o prontuário funcional referente ao período de 1971 a 1988, histórico disciplinar completo, certidão de existência ou não de punições disciplinares, eventuais elogios recebidos e relação de condecorações, medalhas e honrarias.

A Marinha, a Força Aérea e o Ministério da Defesa deverão informar se há registros de condecorações e honrarias.

No dia 3 de fevereiro deste ano, o Ministério Público Militar (MPM) protocolou no STM ações para decretação da perda do oficialato de Bolsonaro.

De acordo com a Constituição, o oficial das Forças Armadas pode ser expulso no caso de condenação criminal superior a dois anos de prisão por condenação criminal. O ex-presidente foi condenado pelo Supremo a 27 anos e três meses de prisão.

Além de Bolsonaro, o MPM também pediu a perda da patente dos generais da reserva Augusto Heleno, Paulo Sergio Nogueira, Braga Netto e do almirante Almir Garnier, que também foram condenados pelo STF.

PRESIDÊNCIA

Zema descarta ser vice de Flávio Bolsonaro e manterá candidatura

WESLLEY GALZO/AE

O ex-governador de Minas Gerais Romeu Zema (Novo) afirmou nesta quarta-feira que não foi procurado oficialmente pelo senador e pré-candidato à Presidência, Flávio Bolsonaro (PL-RJ), para compor a sua chapa como vice, mas que, a despeito do eventual convite, pretende manter a sua candidatura presidência até o final.

"O que tem são três pré-candidatos (de direita). Vou levar a minha pré-candidatura e candidatura até o final", disse Zema em referência a Flávio e ao também pré-candidato Ronaldo Caiado. "Vamos estar juntos no segundo turno", garantiu.

Na avaliação do ex-governador, uma eleição com múltiplas candidaturas de direita tende a enfraquecer o campo da esquerda, que atualmente só possui viabilidade eleitoral com o presidente Lula, além de outros dois pré-candidatos de partidos radicais que figuram na casa do 1% nas pesquisas.

O ex-governador cita a experiência do Chile como exemplo, onde o ultradireitista Antônio Kast venceu as eleições após um primeiro turno repleto de candidatos de direita bem votados. Ainda segundo Zema, o ex-presidente Jair Bolsonaro endossa o lançamento de múltiplas candidaturas de direita.

"Em agosto do ano passado eu estive aqui em Brasília com o presidente Bolsonaro para comunicar a minha candidatura à presidência e o próprio Bolsonaro disse que quando mais candidatos à direita tiver melhor", relatou.

TRÂNSITO

PRF registra 84 mortes e 1.167 feridos nas estradas durante feriado

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O período do feriado de Tiradentes registrou 84 mortes e 1.167 feridos nas estradas federais, segundo balanço parcial divulgado nesta quarta-feira pela Polícia Rodoviária Federal (PRF). Foram 1.022 sinistros de trânsito ao longo dos cinco dias de feriado.

A PRF informou que, das 84 mortes, 14 ocorreram em dois acidentes de trânsito. Um foi em Formosa (GO), onde a colisão frontal entre uma van e um caminhão, na BR-020, deixou oito mortos. Os feridos foram encaminhados para hospitais da região. O segundo acidente grave ocorreu na cidade mineira de Salinas, na BR-251. A colisão entre um carro e um caminhão deixou seis pessoas mortas.

Equipes da PRF reforçaram, desde a última sexta-feira, a fiscalização em trechos considerados críticos, onde o número de sinistros de trânsito costuma ser maior e de maior risco, pela forma mais arriscada como alguns condutores dirigem.

Durante as fiscalizações nas rodovias, as irregularidades mais observadas pelos policiais foram ultrapassagens irregulares, que resultaram em 5.320 infrações, e a falta ou mau uso do cinto de segurança e do dispositivo de retenção para crianças, as cadeirinhas, que somaram 4.342 infrações.

Segundo a PRF, a fiscalização com uso de radares portáteis identificou 28.373 veículos acima do limite de velocidade estabelecido para as rodovias. Foram também registradas 1.183 infrações relacionadas a consumo de álcool (recusa e constatação).

"No total, as equipes fiscalizaram 192.921 pessoas e veículos. Os policiais realizaram 69.824 testes do etilômetro, para identificar possível consumo de álcool pelos motoristas, e 75 pessoas foram detidas por embriaguez ao volante", detalhou a PRF.

Duas ocorrências foram destacadas pela PRF. A apreensão de 1,3 tonelada de skunk, na BR-316, em Geminiano (PI) e a apreensão de 30 quilos de skunk e maconha com um casal de estrangeiros com uma criança.

VIGILÂNCIA

Suplementos com cúrcuma estão na mira da Anvisa

GABRIEL DAMASCENO/AE

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) atualizou as regras para suplementos alimentares que contêm cúrcuma, também conhecida como açafrão. As novas recomendações foram publicadas Na edição desta quarta-feira do Diário Oficial da União.

Segundo a agência, a atualização foi motivada pela identificação de possíveis danos ao fígado associados ao uso de suplementos e medicamentos com cúrcuma. Em março, a Anvisa já havia publicado um alerta de farmacovigilância sobre o tema.

O órgão ressalta que o risco não está relacionado ao uso tradicional da cúrcuma, isto é, como tempero no preparo diário de alimentos. "A cúrcuma tem uma ação sabidamente anti-inflamatória e antioxidante. Basicamente, em estudos experimentais, em pequena quantidade na alimentação ela é considerada segura", destaca Rogério Alves, hepatologista do Hospital Samaritano Higienópolis, da Rede Américas.

O perigo está relacionado com o uso de suplementos à base do tempero. Esses produtos apresentam concentrações mais elevadas de cúrcuma e, portanto, maior capacidade de absorção pelo organismo. "Já há relatos bem documentados de lesão hepática induzida por esse tipo de suplemento", comenta Alves.

Daniela Marreco, relatora do processo que originou a nova instrução normativa, defende que a atualização é uma resposta aos alertas científicos recentes sobre a segurança desses produtos.

OUTONO: Sol com poucas nuvens. Não chove. Manhã Tarde Noite 32º 19º 5% 06:10 17:40

ENEL

TCU aponta incerteza para recomendar renovação de contrato

RENAN MONTEIRO E JOÃO CAIRES/AE

WIKIPÉDIA

O Tribunal de Contas da União (TCU) apontou nesta quarta-feira que a recomendação de renovação contratual da Enel Rio de Janeiro "se apoiou em indicadores sobre os quais ainda recaem incertezas relevantes quanto à sua fidedignidade". A Corte de Contas declarou procedente uma representação sobre possíveis irregularidades na apuração dos indicadores de continuidade do serviço público de distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro.

O principal argumento da representação foi o suposto crescimento desproporcional dos eventos enquadrados como Interrupção em Situação de Emergência (ISE) entre 2022 e 2024. Eventos climáticos extremos costumam ser excluídos na análise de qualidade do serviço.

O deputado estadual pelo Rio de Janeiro, Flávio Serafini (PSOL-RJ) (**foto**), autor do pedido no TCU, argumentou que houve a exclusão indevida de ocorrências do cálculo dos indicadores regulatórios. Isso teria mantido artificialmente os resultados da concessionária dentro dos limites exigidos.

A Unidade de Auditoria Especializada em Energia Elétrica e Nuclear (AudElétrica), do TCU, mostrou que a fiscalização instaurada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) sobre os indicadores da Enel RJ relativos ao período de janeiro de 2022 a março de 2023 revelou indícios de "expurgos potencialmente indevidos". Foi mencionada ainda a "demora relevante na conclusão da atuação fiscalizatória".

Outro ponto de atenção é a inexistência de fiscalização específica sobre os períodos posteriores, embora persistissem dúvidas quanto à correção dos dados informados pela distribuidora. A Aneel já fez a recomendação de renovação do contrato da Enel RJ por mais 30 anos, mas ainda não houve decisão final do Ministério de Minas e Energia (MME) para as empresas do grupo Enel.

O TCU deu ciência para a Aneel sobre as potenciais irregularidades. Regimentalmente "dar ciência" não tem o mesmo peso de uma determinação expressa, mas, na prática, provoca obrigação da parte fiscalizada.

GUERRA

Irã nega intenção de negociar com os EUA no Paquistão

ISABELLA PUGLIESE VELLANI E PATRICIA LARA/AE

O Irã não tem, por enquanto, intenção de negociar com os Estados Unidos no Paquistão nesta sexta-feira e o presidente norte-americano, Donald Trump, está mentindo sobre a possibilidade de uma nova rodada de diálogo com o país persa no fim da semana, informou a agência de notícias iraniana Tasnim em publicação numa rede social.

A informação da agência iraniana acontece após Trump afirmar ao New York Post que "boas notícias" poderiam surgir sobre um acordo com Teerã, depois de conversas frustradas na terça-feira na capital paquistanesa de Islamabad.

Na esteira de incertezas, em outra mensagem, a Tasnim classificou o Estreito de Ormuz como uma "artéria vital" dos cabos de internet dos países do Golfo Pérsico. "Segundo dados de redes submarinas, pelo menos sete cabos principais de comunicação dos países do Golfo Pérsico passam por essa rota, enquanto mais de 97% do tráfego mundial de internet é transportado justamente por esses cabos de fibra ótica no leito do mar", relembrou.

O presidente do Irã, Masoud Pezeshkian (**foto**), por sua vez, disse nesta quarta-feira que a quebra de compromissos, o cerco e ameaças representam os principais obstáculos à negociação com os Estados Unidos.

"A República Islâmica do Irã sempre acolheu e acolhe o diálogo e o acordo. A quebra de compromissos, o cerco e as ameaças são o principal obstáculo à negociação real", disse o dirigente iraniano em uma rede social.

"O mundo é testemunha da retórica hipócrita e da contradição entre as suas alegações e os seus atos", registrou Pezeshkian na publicação, em uma observação indireta à postura do presidente dos EUA, Donald Trump.

Na terça-feira, Trump estendeu o cessar-fogo com o Irã. A decisão foi anunciada momentos depois de o governo norte-americano suspender a viagem do vice-presidente, J.D. Vance, ao Paquistão para uma segunda rodada de negociações com os iranianos, que não haviam confirmado presença.

Aprovação à política econômica de Trump cai, mostra pesquisa

AE

A aprovação do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, em relação à economia caiu no último mês, à medida que a guerra com o Irã eleva os preços, segundo uma nova pesquisa da Associated Press-NORC, com até mesmo os republicanos mostrando menos confiança em sua liderança.

Os resultados mostram um presidente que está lutando com promessas não cumpridas de domar a inflação e testando a paciência dos norte-americanos com um conflito no Oriente Médio que se prolongou mais do que o esperado.

A aprovação de Trump na economia caiu 38% em março para 30% em abril. Uma parcela igualmente baixa de adultos nos EUA, 32%, aprova a liderança do presidente em relação ao Irã, o que não mudou desde o mês passado.

Cerca de 2 em cada 10 independentes aprovam o desempenho de Trump na economia na nova pesquisa, uma ligeira baixa em relação a cerca de 3 em cada 10 em março. Já 62% do republicanos têm uma visão positiva da forma como Trump está lidando com a economia, mas essa parcela também caiu em relação aos 74% da pesquisa passada.

A imigração, outra questão emblemática de Trump, é um ponto relativamente positivo para o presidente. Cerca de 4 em cada 10 adultos nos EUA aprovam seu desempenho nessa questão.

As taxas de Trump estão em linha com a menor taxa de aprovação de seu antecessor, Joe Biden, nas pesquisas da AP-NORC de julho de 2022, após a inflação atingir o maior nível em quatro décadas

A pesquisa da AP-NORC foi realizada de 16 a 20 de abril, período durante o qual o Estreito de Ormuz foi reaberto pelo Irã e depois fechado novamente, um exemplo da volatilidade que caracteriza o conflito. Ela foi realizada com 2.596 adultos e usou uma amostra retirada do AmeriSpeak Panel, sistema de probabilidade que é projetado para ser representativo da população dos EUA. A margem de erro é de 2,6 pontos percentuais, para mais ou para menos.

FEMINICÍDIO

Modelo morre após cair de prédio na Barra da Tijuca

CAIO POSSATI/AE

A Polícia Civil do Rio de Janeiro investiga a morte da modelo e influenciadora Ana Luiza Mateus, de 30 anos, encontrada morta na manhã desta quarta-feira após cair de um prédio na Barra da Tijuca, na região sudoeste do Rio de Janeiro. A vítima era Miss Bahia e uma das representantes do estado no concurso Miss Cosmo Brasil deste ano.

O namorado dela, Endreo Lincoln Ferreira da Cunha, foi preso em flagrante, suspeito de ser o autor do crime. No início da noite, ele foi encontrado sem vida dentro da sua cela. As primeiras informações apontam que ele teria tirado a própria vida. "A Polícia Civil segue adotando todas as medidas necessárias para o completo esclarecimento dos fatos", informou a polícia, em comunicado.

O caso foi registrado como feminicídio e é apurado pela Delegacia de Homicídios da Capital (DHC). Segundo a Polícia Militar, agentes foram acionados para uma ocorrência de violência doméstica em um condomínio na Avenida Lúcio Costa. De acordo com informações iniciais colhidas com testemunhas, o casal teria brigado na noite de terça-feira. Por volta das 5h, vizinhos e funcionários teriam ouvido um barulho que seria o da queda.

"O principal suspeito é o companheiro da vítima. Ele foi preso e conduzido à Delegacia de Homicídios", informou a PM.

Já a Polícia Civil afirmou que a Delegacia de Homicídios da Capital (DHC) foi acionada e investiga a morte de Ana Luiza Mateus Souza. "Um homem foi conduzido à delegacia e preso em flagrante por feminicídio. Diligências estão em andamento para apurar as circunstâncias do crime."

De acordo com o delegado responsável pelo caso, Renato Martins, uma série de relatos de testemunhas indica que o namorado da modelo foi o autor do crime. "Havia entre eles uma relação muito abusiva, com uma discussão acalorada há alguns dias. Nesta madrugada, houve uma espécie de guerra entre eles, que foi ouvida por vizinhos e funcionários do condomínio", afirmou o delegado, em entrevista à TV Globo.

"Além disso, há mensagens trocadas entre a vítima e parentes, amigos e o próprio autor do fato. Todos esses elementos convergem para o entendimento de que o autor é partícipe dessa ação criminosa, desse feminicídio praticado contra a jovem", acrescentou. Segundo Martins, o suspeito ainda teria alterado a cena do crime e confessado que empurrou Ana Luiza.

"Ele, primeiro, alterou a cena do crime. Segundo relatos, tentou sair pela porta dos fundos, aparece chorando, mas mexendo no corpo. Isso não pode ser feito. É uma violação da prova processual", disse. "Ele tinha um ciúme doentio dela, seja pela beleza, pelas boas relações ou pelas amizades e, por conta disso, acaba dizendo que é culpado".

O CEO do Miss Cosmo Brasil, Fabrício Granito, lamentou a morte de Ana Luiza e disse que a organização do evento recebeu a informação com "tristeza e consternação". Granito descreveu a modelo como uma jovem em ascensão, "que construía, com esforço e talento, sua trajetória no universo miss".

Ele afirmou ainda que o caso "convoca a uma reflexão urgente sobre a violência contra a mulher no Brasil". "O feminicídio não pode ser tratado como estatística ou rotina. É uma realidade que precisa ser enfrentada com seriedade, compromisso e ação coletiva", afirmou.

ACIDENTE

Avião com R$ 15 milhões em espécie cai no Paraguai

ADRIANA VICTORINO/AE

Um avião com R$ 15 milhões caiu na cidade de Minga Guazú, no Paraguai, no último sábado. Após a queda, moradores da região saquearam a aeronave antes que autoridades chegassem ao local. A estimativa é de que US$ 2 milhões tenham sido perdidos. As informações são da Aeroin.

A queda da aeronave, pertencente à empresa Aerotax e fretado pela Prosegur, ocorreu a 750 metros da pista do Aeroporto Guaraní. O avião fazia parte de uma operação que transportava US$ 5 milhões e R$ 15 milhões de Ciudad del Este para Assunção. Após o acidente, os malotes de dinheiro ficaram espalhados pela região. A polícia analisa conversas registradas no WhatsApp para identificar os envolvidos no saque do dinheiro.

Um comunicado da Direção Nacional de Aeronáutica Civil do governo do Paraguai informou que avião emitiu um alerta de falhas no motor às 15h38. O piloto, Fernando Noldin, morreu no local. Já o copiloto, Yeruti Nuñez, está em estado estável. Dois passageiros, Hiron Bogado e Freddy Recalde, estão em estado grave. Relatórios preliminares indicam que a aeronave sofreu uma falha no motor esquerdo durante o voo, o que resultou na queda, informou a DNAC.

O comissário Carlos Duré, do Departamento de Cooperação Policial Internacional, confirmou o desaparecimento do montante. "A investigação presume que parte do capital foi subtraída por pessoas que compareceram ao local imediatamente após o acidente", afirmou o chefe policial ao ABC Color. Segundo comissário, equipes fizeram buscas pela região, mas não conseguiram recuperar o dinheiro.

Após o episódio, autoridades informaram que criminosos estariam se passando por agentes para extorquir os moradores e roubarem o dinheiro recolhido. "Foi registrado ao menos um caso em que indivíduos exigiram a devolução do dinheiro por meio de engano", informou o comissário.

MÉXICO

Brasileiras feridas a tiros nas pirâmides estão bem

ABRASIL

As duas brasileiras que ficaram feridas após ataque a tiros nas pirâmides mexicanas de Teotihuacan já estão bem, segundo o Itamaraty. Uma mulher canadense morreu e o atirador tirou a própria vida na sequência na segunda-feira.

Uma adolescente brasileira de 13 anos recebeu assistência médica, já foi liberada e está com a família. A outra brasileira, uma mulher de 55 anos, segue internada, mas sem risco de morte.

As autoridades de segurança mexicanas disseram que 13 pessoas ficaram feridas no incidente. Não ficou imediatamente claro quantas foram baleadas. Uma testemunha, que pediu anonimato, disse à Reuters que um menino foi baleado na perna.

Promotores locais disseram que o atirador era Julio Cesar Jasso Ramirez, um cidadão mexicano. O tiroteio começou pouco depois das 11 horas na Pirâmide da Lua, uma das estruturas mais proeminentes do local fora da Cidade do México, de acordo com a testemunha, que tinha acabado de descer do mezanino do templo quando ouviu "estalos" e viu uma debandada de visitantes.

O atirador permaneceu no topo do mezanino, disse a testemunha, acrescentando que ele parecia disparar a maioria dos tiros para o ar, em vez de diretamente contra as pessoas, enquanto carregava um tablet e gritava.

Os espectadores, incluindo alguns com treinamento médico, prestaram os primeiros socorros aos feridos, usando garrafas de água e panos limpos para diminuir o sangramento até a chegada dos paramédicos, acrescentou a testemunha.

As autoridades de segurança disseram que alguns dos feridos foram levados a hospitais, incluindo três colombianos, um deles uma criança de 6 anos, além de cidadãos norte-americanos, russos e brasileiros.

Um segundo canadense também foi ferido no ataque, de acordo com uma postagem numa rede social da ministra das Relações Exteriores do Canadá, Anita Anand.

A presidente do México, Claudia Sheinbaum, disse em uma postagem na rede social: "O que aconteceu hoje (segunda-feira) em Teotihuacan nos causa profunda dor. Expresso minhas mais profundas condolências às pessoas afetadas e suas famílias".

O tiroteio deve aumentar o esquema de segurança do México nos principais locais turísticos e culturais, já que o país se prepara para sediar a Copa do Mundo da Fifa 2026 ao lado dos Estados Unidos e do Canadá. Espera-se que o evento atraia milhões de visitantes do exterior.

A cidade pré-hispânica de Teotihuacan foi um dos centros culturais mais importantes da Mesoamérica e é um dos locais turísticos mais populares do México, recebendo 1,8 milhão de visitantes no ano passado.